



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)/ UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CATALÃO (UFCAT).
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE).
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.
PPGEDUC – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

NEIDE ABADIA CARNEIRO

**GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERY: a iniciativa particular
para o ensino secundário no interior de Goiás (1933-1946)**

CATALÃO-GO
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

NEIDE ABADIA CARNEIRO

3. Título do trabalho

GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERY: a iniciativa particular para o ensino secundário no interior de Goiás (1933-1946)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO*

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barros, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2022, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **NEIDE ABADIA CARNEIRO, Discente**, em 07/11/2022, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3312819** e o código CRC **C33A8062**.

NEIDE ABADIA CARNEIRO

**GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERY: a iniciativa particular para o ensino
secundário no interior de Goiás (1933-1946)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.

Unidade Acadêmica: Faculdade de Educação (FaE).

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto)biográfica.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Fernanda Barros.

Ficha de identificação da obra pelo bibliotecário documentalista
Joana Rocha de Souza / CRB-1 1465

C289g Carneiro, Neide Abadia.
Gymnasio Municipal de Ipamery [manuscrito]: a iniciativa particular para o ensino secundário no interior de Goiás (1933-1946) / Neide Abadia Carneiro. - 2022.
CXX , 120 f.

Orientadora: Profª Dra. Fernanda Barros.
Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal de Goiás UFG / Universidade Federal de Catalão (UFCAT), em implantação, Faculdade de Educação , Catalão, Programa de Pós-Graduação em Educação, Catalão, 2022.

Bibliografia. Apêndice.
Inclui lista de fotografias, figuras e tabelas.

1. Ensino Secundário 2. Gymnasio. 3. História da Educação. 4. Política Educacional . I. Barros, Fernanda. Orient. II. Título.

CDU: 37 (81) (091)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE Nº.218 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE NEIDE ABADIA CARNEIRO.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 14:00 horas, no Laboratório LAMUL - Universidade Federal de Catalão (UFCAT), reuniram-se os componentes da banca examinadora, a Profa. Dra. Fernanda Barros - PPGEDUC/UFG/UFCAT - Orientadora; Profa. Dra. Michelle Castro Lima - PPGEDUC/FAE/UFCAT - Membro Interno; Profa. Dra. Gisele Cristina do Vale Gatti - UNIUBE - Membro Externo, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de Neide Abadia Carneiro, discente do Programa de Mestrado em Educação – PPGEDUC da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão, área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERY: a iniciativa particular para o ensino secundário no interior de Goiás (1933-1946)”. A sessão foi aberta pela presidenta da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida a discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, as arguidoras atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: DEFESA APROVADA, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Educação, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - Regional Catalão/UFCAT Em transição. A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFCAT, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Castro Lima, Professora do Magistério Superior**, em 21/12/2022, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dulcéria Tartuci, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 21/12/2022, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Barros, Professora do Magistério Superior**, em 05/01/2023, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3406105 e o código CRC 46A225E0.

Referência: Processo nº 23070.045884/2022-17

SEI nº 3406105

Dedicatória

Dedico esse trabalho aos meus pais, América e Jerônimo (*in memoriam*). Às minhas filhas, Andreia e Camila, e aos netinhos, Pedro Henrique, Caio, Antônio Miguel e Lucas. Aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, porque corremos o risco de esquecer pessoas que foram fundamentais no desenvolvimento da pesquisa. Começo por Deus e Nossa Senhora Abadia, por ter me mantido firme durante este processo e por me concederem saúde e determinação para que pudesse concluí-lo.

Às professoras e professores da linha de pesquisa pela qualidade do ensino oferecido, em especial à minha orientadora, Profa. Dra. Fernanda Barros, que diante do seu escasso tempo dedicou parte dele para me apresentar o mundo da pesquisa, conduzindo tudo com muita sabedoria apontando o caminho no qual deveria seguir. Sua atenção foi além da sua responsabilidade como orientadora.

Às professoras Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti e Dra. Michelle Castro Lima que, solicitamente aceitaram fazer parte da banca, contribuindo de maneira significativa com o direcionamento para finalização da pesquisa.

Sou grata à minha família, em especial à Andreia e à Camila, pelo apoio que sempre me dedicaram e, ao externarem o orgulho que sentiam da minha conquista, minhas forças se renovavam. Peço desculpas pela ausência nos momentos importantes da vida de vocês que deixei de participar.

À minha querida mãe, pela presença constante que, do jeitinho dela, diz, corre, faz, escuta, sempre me falando que sou uma vencedora. Ao meu pai (*in memoriam*), exemplo de determinação que foi fundamental neste processo.

Ao Prof. Divino Camilo, Diretor do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini que, gentilmente permitiu o acesso ao arquivo da instituição, estendo o agradecimento aos funcionários da casa, pela acolhida e prontidão em disponibilizar os documentos.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Ipameri João Veiga, em especial à Bete Costa e à Lânia Aparecida, tenho ciência da importância de vocês em facilitar o acesso aos documentos disponíveis na biblioteca.

Aos meus amigos, que são muitos, em especial à Viviane, Lúcio e ao Júnior, com muita paciência compartilharam das minhas angústias e dúvidas.

Aos meus estimados colegas do curso de mestrado que, mesmo com a ausência física imposta pela pandemia, conseguimos estabelecer amizade e troca de muitos momentos de formação intelectual que certamente contribuíram com nossa formação. Ao Lucas, Alan, Maria Amélia e ao Fabiano pela troca de energia positiva em momentos críticos.

RESUMO

O trabalho tem como objeto o Gymnasio Municipal de Ipamery e seu funcionamento entre os anos de 1933 a 1946, para delimitação do período estudado foi levado em consideração o ano de sua criação e seu encampamento pelo estado de Goiás. Vincula-se à linha de pesquisa, Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto)biográfica do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão. Buscamos responder como a criação do Gymnasio refletiu as relações entre o poder público e a sociedade na oferta de ensino secundário no interior de Goiás para, desse modo, compreendermos a configuração e organização do ensino secundário goiano nos anos de 1930 e 1940, analisando-se então as relações entre o poder público em suas esferas municipal, estadual e federal, bem como a iniciativa particular na criação e funcionamento do Gymnasio Municipal de Ipamery. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental realizada na Biblioteca Municipal de Ipameri-GO, e no arquivo do Gymnasio Municipal de Ipamery, bem como a pesquisa bibliográfica relacionada com a história da educação nacional e estadual, com ênfase no ensino secundário na Era Vargas. Fizemos um diálogo teórico-metodológico com pesquisadoras e pesquisadores como Barros (2012), Haidar (2008), Horta (2012), Nagle (1974), Nepomuceno (1994), Pandolfi (2019), Rocha (2000), Schwarcz e Starling (2018), Veiga (1968). Os documentos analisados apontam que a criação do Gymnasio está associada ao desenvolvimento socioeconômico de Ipameri-GO, impulsionado pela chegada da energia elétrica e da estrada de ferro no ano de 1913, eventos que impulsionaram as reivindicações de setores da sociedade local para a oferta de ensino secundário na cidade, requerendo-se ao governo municipal apoio para sua criação e, ao estadual, a interferência junto ao Departamento de Ensino Secundário para a oficialização da instituição em fevereiro de 1933. As conclusões do estudo são de que os governos estadual e municipal apoiaram significativamente a criação e funcionamento do Gymnasio, enquanto a esfera federal se limitou a permitir sua constituição, fiscalizando se atendia as normas e regras estabelecidas, punindo inclusive quando a instituição não atendeu seus critérios e regras.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Gymnasio. História da Educação. Política Educacional.

ABSTRACT

The work has as its object the *Gymnasio Municipal de Ipamery* and its operation between the years 1933 to 1946, for the delimitation of the studied period, the year of its creation and its encampment by the state of Goiás was taken into account. It is linked to the line of research, Educational Policies, History of Education and (auto)biographical research of the Graduate Program in Education at the Federal University of Catalão. We seek to answer how the creation of the *Gymnasio* reflected the relations between the government and society in the provision of secondary education in the interior of Goiás, in order to understand the configuration and organization of secondary education in Goiás in the 1930s and 1940s, analyzing then the relations between the public power in its municipal, state and federal spheres, as well as the private initiative in the creation and operation of the *Gymnasio Municipal de Ipamery*. The methodology used was documentary research carried out in the Municipal Library of Ipameri-GO, and in the archives of the *Gymnasio Municipal de Ipamery*, as well as bibliographic research related to the history of national and state education, with emphasis on secondary education in the Vargas Era. We conducted a theoretical-methodological dialogue with researchers such as Barros (2012), Haidar (2008), Horta (2012), Nagle (1974), Nepomuceno (1994), Pandolfi (2019), Rocha (2000), Schwarcz and Starling (2018), Veiga (1968). The documents analyzed point out that the creation of the *Gymnasio* is associated with the socioeconomic development of Ipameri-GO, driven by the arrival of electricity and the railroad in 1913, events that boosted the demands of sectors of local society for the provision of education. secondary school in the city, requiring support from the municipal government for its creation and, from the state, the interference with the Department of Secondary Education for the officialization of the institution in February 1933. The conclusions of the study are that the state and municipal governments supported the creation and functioning of the *Gymnasio* significantly, while the federal sphere limited itself to allowing its constitution, inspecting if it complied with the established norms and rules, even punishing when the institution did not comply with its criteria and rules.

Keywords: Secondary Education. Gymnasium. History of Education. Educational politics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Propaganda do Collegio Regina Pacis de Araguari-MG.	61
Figura 2: Gymnasio Diocesano Municipal, Uberaba-MG.	62
Figura 3: Ginasio Diocesano Anchieta – Bonfim-GO.	63
Figura 4: Notas em jornal local da visita de estudantes à cidade de Ipameri.	64
Figura 5: Capa do livro de atas de exames de admissão, 1934.	66
Figura 6: Capa do livro de atas de exames de admissão, 1934.	73
Figura 7: Matéria sobre a oficialização do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.	78
Figura 8: Formandos da turma de 1936 do Gymnasio Municipal de Ipamery.	79
Figura 9: Formandas da turma de 1940 do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.	80
Figura 10: Exame de admissão na 1ª Série do Gymnasio Municipal, em 1939.	81
Figura 11: Formandos da turma de 1942 do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.	82
Figura 12: Quadro geral de matrículas de 1940.	83
Figura 13: Atestado emitido pelo Dr. Antônio Raimundo Gomes de Frota.	85
Figura 14: Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.	88
Figura 15: Lançamento da pedra fundamental do Gymnasio, outubro de 1938.	90
Figura 16: Planta do Gymnasio Municipal de Ipamery.	91
Figura 17: Construção do Gymnasio Municipal de Ipamery.	92
Figura 18: Ofício enviado ao diretor do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.	94
Figura 19: Prédio do Gymnasio Municipal de Ipamery.	101
Figura 20: Documento enviado ao Ministro da Educação.	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Decretos da reforma educacional de Benjamin Constant (1890-1891).	27
Quadro 2: Reformas educacionais na Primeira República.	30
Quadro 3: Instituições de ensino secundário em Goiás até 1945.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Analfabetismo no Brasil na faixa etária de 15 anos ou mais – 1900 a 1940.	36
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO E O ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS ENTRE 1930 E 1945	24
1.1 Considerações iniciais	24
1.2 Educação e ensino secundário na 1ª República	25
1.3 Educação e ensino secundário na Era Vargas.....	30
1.4 Ensino secundário e a Reforma Francisco Campos.....	38
1.5 Educação e ensino na gestão de Gustavo Capanema.....	43
1.6 O Ensino secundário goiano nos anos de 1930 a 1945.....	48
1.7 Considerações parciais.....	52
CAPÍTULO 2 - IPAMERI: necessidade do ensino secundário	54
2.1 Considerações iniciais	54
2.2 Ipameri: adventos que contribuíram com seu desenvolvimento econômico e social	54
2.3 O ensino em Ipameri: a necessidade da criação do ensino secundário.....	58
2.4 Criação da Associação Cooperativa Gymnasio Municipal de Ipamery: administração da instituição.....	69
2.5 Considerações parciais.....	73
CAPÍTULO 3 - GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERY: administração	75
3.1 Considerações iniciais	75
3.2 Gymnasio Municipal de Ipamery: relações com os poderes públicos.....	75
3.3 Particularidades da instituição: subvenções municipal e estadual.....	92
3.4 Encampamento do Gymnasio pelo poder público estadual em 1946	97
3.5 Considerações parciais.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	117

INTRODUÇÃO

O objeto dessa pesquisa é o Gymnasio Municipal de Ipamery¹ localizado na cidade de Ipameri-GO. Entre os motivos associados para sua escolha está o percurso realizado para o ingresso no mestrado. Ao consultar as linhas de pesquisas do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Catalão (PPGEDUC), a linha *Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto)biográfica* me chamou a atenção e, ao analisar ao que essa linha se dedica, logo me interessei pelos temas relacionados às questões históricas.

Nasci e resido no município de Ipameri onde fiz o ensino fundamental e médio. No ensino médio cursei o técnico em magistério e, posteriormente, fiz pedagogia. Desde então, trabalho como professora, atualmente na Secretaria Municipal de Educação de Ipameri na primeira fase do ensino fundamental. A minha profissão me motivou a fazer o mestrado no PPGEDUC e, por motivos pessoais, o ingresso só foi possível em 2019.

Com o início das aulas do PPGEDUC em 2019, enquanto cursava a disciplina *História e História da Educação*, conversando com a professora, Fernanda Barros, redirecionamos o objeto original de pesquisa para o estudo com instituições educativas e comecei a pesquisar a criação de uma instituição de ensino de Ipameri-GO, pois sempre desejo conhecer a história de instituições escolares e descobrir por que tem esse ou aquele nome, em qual ano foi criada (se por iniciativa pública ou privada), qual modalidade de ensino atende.

A opção em pesquisar o Gymnasio Municipal de Ipamery também está vinculada a comentários de familiares, professores e moradores mais antigos da cidade que conheceram o desenvolvimento histórico do município e se referem à instituição com saudosismo, apontando que ela contribuiu com o desenvolvimento socioeconômico do município, pois foi criada em um momento em que a região experimentava considerável progresso econômico.

A escolha do objeto tem relação, desse modo, com a história local que, desde a tradução e publicação em português do ensaio do historiador marxista britânico Raphael Elkan Samuel em 1990, não parece estar mais circunscrita a um grupo de entusiastas, cujas fontes aparentam ser “[...] infinitamente variadas, incluindo tanto achados arqueológicos como restos literários, cultura material, manuscritos e arquivos, dialeto e fala ou a palavra impressa” (SAMUEL, 1990, p. 220).

¹ Mantemos a grafia usada no período para os termos *ginásio* e *Ipameri*, *gimnasio* e *Ipamery*, alterados pelas reformas ortográficas desde então. Relacionado à grafia *Ipamery*, “[...] mais tarde entenderam que se deveria trocar o “Y” que não fazia então mais parte do alfabeto português brasileiro por “I”, ficando então por Lei específica até a atualidade IPAMERI.” Disponível em: http://www.ipameri.go.gov.br/ipameri/historia_ Acesso em: 29 maio 2021. Não encontramos a data específica da troca do “y” por “i”.

A realização do trabalho, também, foi possibilitada pela renovação teórico-metodológica por que passou a pesquisa histórica, com destaque para a História Nova provida da Escola dos Annales, o que trouxe novas perspectivas de trabalho para os historiadores, com destaque para a ampliação da noção de documento histórico, o que possibilitou pesquisas inovadoras em campos antes, vistos como limitados, aumentando-se as possibilidades de trabalho para os historiadores a partir de novas abordagens que “[...] provocaram uma transformação nos objetos, na maneira de trabalhar do historiador e nas concepções de história” (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 61).

Até o aparecimento dos ares renovadores trazidos pelos historiadores franceses vinculados às várias gerações da Escola dos Annales, Margareth Rago (1990, p. 87) enfatiza que o ofício do historiador se baseava em fatos pontuais escritos, ficando presos ao estudo documental e factual, prendendo-se a questões objetivas. Com o alargamento da noção do que poderia ser fonte histórica, a autora comenta que se chegou então a uma nova visão em relação à produção historiográfica, criando-se possibilidades para as pesquisas.

A partir do rompimento da visão tradicional de se fazer história, considerando o processo de alargamento das fontes, novas possibilidades e problemáticas acerca da educação foram desenvolvidas, devemos ter claro nesse ponto que:

No que concerne à história da educação, as memórias, histórias de vida (escritas ou orais), livros, cadernos de alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, correspondências epistolares, relatórios, fotografias, plantas baixas dos prédios e muitas outras fontes encontráveis em arquivos públicos e particulares são importantíssimas (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 61).

Estando claro sobre o movimento que orientou mudanças na historiografia, de maneira geral, contempla a História da Educação, surge a necessidade de se “[...] considerar outros objetos e outros problemas para além das tradicionais histórias das ideias pedagógicas e história das políticas educacionais” (VEIGA; FONSECA, 2003, p. 61). Com esse novo paradigma, os historiadores diante do objeto de pesquisa, como o caso de uma instituição de ensino, têm suas possibilidades de trabalho ampliadas, aumentando a compreensão e as possibilidades de explicação das particularidades do objeto.

Justino Magalhães, no livro *Tecendo nexos: história das instituições educativas*, traz reflexões no campo da historiografia acerca das pesquisas sobre instituições de ensino, esclarecendo que:

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os 'compromissos' sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Entendemos da citação acima que, ao historiar uma instituição educativa, devemos considerar o momento histórico em que ela surgiu e os seus documentos que são coletados e analisados seja na pesquisa da criação de uma instituição de ensino ou o que se desenvolveu no interior dela, levando-se em conta que esses e tantos outros aspectos não estão isolados de um contexto em que as ações dos sujeitos refletem a realidade do período. São as necessidades sociais, bem como as particularidades locais, que influenciam na origem e no desenvolvimento de uma instituição de ensino.

No início da busca pela documentação do Gymnasio Municipal de Ipameri, encontramos no arquivo do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini pastas com documentos preservados e organizados por assuntos, o que reafirmou a escolha do objeto, ficando evidente que a renovação da historiografia das instituições educativas se trata de um desafio para a pesquisa que impõe critérios e se alinha a uma perspectiva de uma história “problematizante” que integra diferentes dimensões “[...] normativas e teóricas e as práticas educativas, focalizada na relação entre cada instituição educativa e o seu meio envolvente [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 153).

Nessa perspectiva, o acesso à documentação disponível torna possível o desenvolvimento de uma pesquisa problematizadora e o alargamento das informações dá essa possibilidade. Contudo, Magalhães (2004) traz reflexões a respeito da importância da preservação dos documentos, apontando que é através da mediação entre eles que o historiador produz uma hermenêutica e dá sentido à pesquisa.

Segundo Demerval Saviani (2005) são as necessidades humanas que dão origem às instituições as quais, desse modo, servem para supri-las, embora faça a ressalva de que isso não pode significar simplesmente que quaisquer necessidades humanas exijam a existência de suas respectivas instituições, posto que:

[...] esta surge quando em determinados estágios da vida exigem intervenções diferenciadas, [...] coloca-se a exigência de intervenção deliberada, identificando-se as características específicas que diferenciam a atividade em questão das demais atividades as quais se achava ligada (SAVIANI, 2005, p. 29).

O que se entende a partir do exposto é que a criação de instituições de ensino seria idealizada para atender formalmente às necessidades educativas da sociedade. O Gymnasio Municipal de Ipamery foi criado, a partir dessa perspectiva, para atender necessidades de grupos locais, pois existia no Estado de Goiás duas instituições de ensino secundário, o Lyceu de Goyaz, na capital do Estado, que até 1937 era a Cidade de Goyaz e, nesse ano foi transferida para a cidade Goiânia², e, o Ginasio Diocesano Anchieta em Bonfim, atual cidade de Silvânia-GO.

O Gymnasio Municipal de Ipamery é citado por memorialistas ipamerinos em seus livros de maneira rápida, com destaques para João Veiga³, *Ipameri Histórico Volume 1*, publicado em 1968 e *Relembrando Ipameri*, de Adolvando Carlos de Alarcão⁴, publicado em 2014. Além desses memorialistas, fez-se necessário conhecermos se algum pesquisador se dedicou em sua tese/dissertação a estudar alguma instituição educacional de Ipameri, porque poderiam contribuir com o desenvolvimento da nossa pesquisa.

Pesquisamos no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e encontramos apenas duas dissertações de mestrado que tratam especificamente de instituições de ensino ipamerinas, a de Juliana Maria Corallo Quinan, defendida em 1999 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1999, e a de Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto, pelo PPGEDUC de Catalão no ano de 2013.

A dissertação de Juliana Maria Corallo Quinan trata do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida, que existiu em Ipameri entre os anos de 1936 e 1969 e destaca que, entre os cursos oferecidos pela escola, a pesquisa tratou do estudo do curso normal. A dissertação de Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto investigou a origem do Educandário Nossa Senhora Aparecida pelo viés da cultura escolar e da sua existência enquanto instituição. A metodologia utilizada por ambas foi a pesquisa bibliográfica e documental, sendo que Juliana Maria Corallo Quinan utilizou ainda fontes orais.

² Relacionada a transferência da capital da Cidade de Goyaz para Goiânia, Marilena Julimar Fernandes dedica-se na sua dissertação a uma análise da construção de Goiânia para transferência da Capital, com ênfase nos argumentos utilizados por Pedro Ludovico Teixeira (FERNANDES, 2003, p. 79-92).

³ João Veiga foi militar, secretário da Prefeitura, vereador, diretor do jornal *O Ipameri*, coletor estadual e jornalista. Escreveu o livro *Ipameri Histórico* (BRANDÃO, 2005, p. 21). Quando atuou como secretário, tinha dificuldades de preencher questionários de estatística e de outros departamentos do governo que buscavam dados sobre a história do município, contexto que o motivou a reunir os apontamentos de Joaquim Rosa com os dele. Publicou o livro *Ipameri Histórico* em 1968 e, posteriormente *Ipameri Histórico*, volume 2, em 1994 (VEIGA, 1968, p. 23-24).

⁴ Nasceu em Planaltina-DF, em 18/10/1932, filho de Diolino Carlos de Alarcão e Maria Alves da Costa. Aos seis anos, foi para Ipameri com sua mãe e foi morar na casa de seus padrinhos, José Antônio Mady e Sada Mady. Estudou no CEPED (Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini), desde sua alfabetização até a formatura na Escola Técnica de Contabilidade. Casou-se com Leolina Fátima Carneiro Alarcão, em 08/04/1961 (ALARCÃO, 2014, p. 189).

A leitura e análise das duas dissertações serviram como referência para o desenvolvimento da nossa pesquisa, porque trouxeram dados relevantes sobre a educação em Ipameri, apresentados nesta pesquisa e contribuíram, em alguma medida, para compreensão da criação do ensino secundário na cidade. Fazemos a ressalva de que, com a incursão no banco de dissertações e teses da CAPES, há poucas pesquisas em relação à Ipameri com a temática instituições de ensino, o que justifica a importância do trabalho desenvolvido que, dentre outros pontos, busca a compreensão dos aspectos socioculturais os quais levaram à criação de uma instituição de ensino secundário no interior de Goiás em 1933, estando claro para nós que:

[...] o estudo das instituições escolares deve compreender e explicar os processos e os “compromissos” sociais da escola como condição instituinte, ou seja, a função institucional na regulação e de manutenção normativa da sociedade, analisando os comportamentos, representações e projetos de sujeitos e suas relações com a realidade material e sociocultural de contexto histórico estudado (MAGALHÃES, 1998, p. 58).

Realizamos buscas no banco de dados da CAPES e em acervos de dissertações e teses de diversas universidades brasileiras como Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade de São Paulo (USP), dentre outras, para seleção e análise de trabalhos de mestrado e de doutorado que se alinham à mesma temática, ou seja, analisaram o ensino secundário e instituições de ensino no período de 1930 a 1945, as quais serão utilizadas ao longo do desenvolvimento desse texto e encontram-se detalhadas no Apêndice 1.

A análise das pesquisas contribuiu para o entendimento das mudanças do ensino secundário provocadas pelas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, como também o contexto político do país e de Ipameri-GO no momento da criação do Gymnasio Municipal. Na nossa pesquisa dedicamos um tópico do segundo capítulo ao desenvolvimento social e econômico do município, porque está diretamente associado à criação da instituição pesquisada.

As dissertações e as teses, juntamente com publicações em livros de pesquisas como *Educação conformada: a política pública de educação no Brasil – 1930/1945* de Marlos Besa Mendes da Rocha (2000); *Tecendo nexos: história das instituições educativas* de Justino Pereira de Magalhães (2004); *O ensino secundário no Brasil Império* de Maria de Lourdes Mariotto Haidar (2008); *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)* de José Silvério Baia Horta (2012), dentre outros trabalhos, trouxeram

discussões a respeito da organização do ensino secundário que contribuíram no entendimento dos anos contemplados na pesquisa, o recorte temporal delimitado entre os anos de 1933 e 1946.

Ao pesquisar a criação do Gymnasio Municipal de Ipamery, levamos em consideração o contexto político do Estado de Goiás e as configurações que a sociedade adquiriu com as propostas para a educação no governo de Getúlio Vargas e de Pedro Ludovico Teixeira⁵, respectivamente no comando político do Brasil e de Goiás, tendo claro que no início dos anos de 1930, período do governo provisório que tentava se firmar “[...] em meio a muitas incertezas no plano político, Getúlio Vargas representou o poder revolucionário no Brasil, e foi seguido pelos seus interventores estaduais” (BARROS, 2012, p. 104).

Em Goiás, o discurso do interventor estava em consonância com o de Getúlio Vargas, isto é, operar renovações no âmbito social direcionando o país rumo ao desenvolvimento e ao progresso. A educação ganhou, nesse ideário, novos aspectos. Entendemos que foi nesse contexto a criação do Gymnasio Municipal de Ipamery, atendendo demandas de ipamerinos para o ensino secundário pois, até os anos de 1930, não fora criado pela iniciativa governamental em suas esferas municipal ou estadual.

O contexto econômico e social da cidade no período determinou a forma e os motivos de criação da instituição, pois, entre outros fatos, a construção de uma usina hidroelétrica e a chegada da estrada de ferro na cidade no ano de 1913 favoreceram o progresso local e tais ações motivaram o interesse das pessoas no desenvolvimento de atividades comerciais na cidade, fazendo de Ipameri uma região atrativa para imigrantes (BRANDÃO, 2005, p. 50; ALARCÃO, 2014, p. 117).

Diante da documentação da instituição coletada no arquivo interno do Gymnasio, que é atualmente o Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, e na Biblioteca Municipal de Ipameri, o problema de pesquisa que procuramos responder traduz-se no questionamento: como a criação do Gymnasio Municipal de Ipamery refletiu as relações entre o poder público e a sociedade em relação à criação de instituições de ensino secundário no interior de Goiás?

⁵ Pedro Ludovico Teixeira nasceu na cidade de Goiás, então capital do estado de Goiás, em 23 de outubro de 1891, filho do médico João Teixeira Álvares e de Josefina Ludovico de Almeida. Seu pai era membro da Academia Nacional de Medicina. Fez os estudos básicos na Escola de Mestra Nhola e no Liceu Goiás, em seu estado natal, embarcando depois para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de estudar engenharia na Escola Politécnica. Entretanto, frequentou este curso apenas durante uma semana, pois a frequência mínima exigida o impedia de trabalhar. Transferiu-se então para a Faculdade de Medicina, pela qual se formou.

Nessa perspectiva, o objetivo geral é compreender quais as relações travadas entre o poder público em suas esferas municipal, estadual e federal e a iniciativa privada em Ipameri-GO no que concerne à organização do ensino secundário, especificamente, na criação do Ginásio Municipal em 1933 para, desse modo, se compreender a configuração e organização do ensino secundário goiano nos anos de 1930 e 1940, analisando-se então as relações entre o poder público – municipal, estadual e federal – e a iniciativa privada na criação e funcionamento do Gymnasio Municipal de Ipamery.

Com o escopo de responder à questão norteadora do estudo, buscamos compreender a forma de criação e os sujeitos envolvidos no processo, bem como a manutenção da instituição nos seus 14 (quatorze) anos de funcionamento. Para tanto, foi necessário recorrer à documentação da instituição que foi preservada, o que proporcionou consultas e análises detalhadas. Trata-se de uma pesquisa documental associada à história das instituições de ensino na área da Educação e subárea da História da Educação.

Para a coleta da documentação recorreremos à Biblioteca Municipal de Ipameri João Veiga e ao arquivo da instituição mantido no Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, antigo Gymnasio Municipal de Ipameri-GO. O primeiro contato foi realizado por telefone, com o diretor da instituição, ele permitiu o acesso aos documentos. Porém, devido ao contexto pandêmico desencadeado pelo coronavírus, o acesso esteve vinculado a protocolos de segurança, o que impôs uma longa espera, a instituição passou por processo de desinfecção posteriormente foi liberada para visita.

Logo que a visita foi permitida, constatamos a riqueza dos documentos preservados e organizados em pastas, em sua maioria disponibilizado na capa o ano e o assunto. Verificamos nesse primeiro contato, livros de inspetoria do ensino secundário, livro de controle financeiro, livro de registros de exames parcelados, livro de registro de exames de admissão, histórico do Gymnasio, livro de contas, dentre outras fontes que não serão utilizadas neste estudo. Esses documentos foram fotografados e organizados em pastas digitais de acordo com o tema tratado.

Na Biblioteca Municipal de Ipameri João Veiga foi disponibilizado um livro de Atas o qual possibilitou o acesso às informações sobre a criação do Gymnasio, também acerca das ações promovidas pela cooperativa concebida com objetivos administrativos da instituição. Tivemos acesso aos jornais com artigos relacionados à educação em Ipameri-GO nos anos de 1920 e 1930 e a criação do Gymnasio Municipal de Ipameri.

No tratamento metodológico com os jornais, *O Ypameri*⁶, *O Ipameri*⁷ e *O ensino*⁸, utilizamos o trabalho de Maria Helena Rolim Capelato (1988) e a sua percepção de que nesse tipo de fonte histórica “[...] nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses”. Para a autora, a imprensa se impõe como força política utilizada e temida pelos diferentes atores políticos que “[...] por isso adula, vigiam, controlam e punem os jornais” (p. 13)

Ao manusear os jornais, Maria Helena Rolim Capelato (1988, p. 13) deixa claro que se deve levar em consideração, além das propagandas políticas, é possível identificar aspectos culturais e sociais da cidade, fatos significativos da vida das pessoas. A autora alerta para não enxergarmos somente as disputas partidárias, pois assim reduziríamos sua importância como fonte histórica, frisando ainda que:

A fim de compreender a participação do jornal na história, o pesquisador faz perguntas, como: Quem são os proprietários? Quem os dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e das mentes? (CAPELATO, 1988, p. 14).

Os jornais, dessa maneira, podem contribuir com uma pesquisa historiográfica, contudo, por ser um trabalho complexo, exige habilidades e senso crítico por parte do pesquisador, porque terá que lidar com textos os quais podem trazer opiniões dos jornalistas, dominações ideológicas visando o controle da opinião pública, fazendo o leitor acreditar como verdadeira a notícia apresentada, induzindo-os a incorporá-las. Assim faz-se necessário que:

Um documento – o jornal, no caso – não pode ser estudado isoladamente, mas em relação com outras fontes que ampliem sua compreensão. Além disso é preciso considerar suas significações explícitas e implícitas (não manifestada). Cabe, pois, trabalhar dentro e fora dele (CAPELATO, 1988, p. 23).

⁶ “Dirigido pelo professor Aureliano do Carmo e Francisco Vaz, no ano de 1922, jornal este que reapareceu em maio de 1926, fundado por Olegário Vaz que contava com a colaboração de Jovelino Gomes e João Formosa. Em 1927 foi dirigido pelo professor Joaquim Rosa e em 1928 pelo Coronel Francisco Vaz Lopes. Até essa data o jornal toma partido dos caiadistas procurando destacar todos os feitos dos integrantes do Partido Democrata, particularmente do presidente do Estado Brasil Ramos Caiado e de forma ainda mais acentuada do Senador Antônio Ramos Caiado “Totó Caiado” que era também líder deste partido”. (BRANDÃO, 2005, p. 18).

⁷ Reapareceu editado pela Tipografia Minerva, de Joaquim de Oliveira, a 13 de novembro de 1930, depois da vitória da Revolução, sendo seus diretores os mesmos no período anterior. De 1 de dezembro de 1931 a 16 de julho de 1933, teve como diretor Floriano Caramuru e proprietário Joaquim de Oliveira. Responsável único, Joaquim de Oliveira em 23 de julho de 1933. Diretor Joaquim Rosa e proprietário Joaquim de Oliveira, de 30 de julho de 1933 a 23 de dezembro de 1933. (ROSA, 2021, p. 110-111).

⁸ O ENSINO – mensário editado pela Tipografia Minerva, aliás, Ipamerina, órgão do Colégio Olavo Bilac dirigido por José Lombardi. Surgiu em 30 de julho de 1927, durou alguns números, tendo publicado um especial de grande valor histórico para a cidade. (ROSA, 2021, p. 112).

Utilizamos, também, no desenvolvimento da pesquisa obras de memorialistas que, para Eliane Martins de Freitas “[...] no geral, fazem parte do chamando (ou auto-intitulado) segmento de intelectuais da cidade (médicos, advogados, jornalistas, professores, funcionários públicos, entre outros) [...]” (1999, p. 22). Para a autora, essas obras trazem uma sequência de fatos históricos, interligados, procuram construir uma cronologia natural, advertindo que o pesquisador, ao utilizá-las, deve ficar atento, também, para o não dito.

O que fizemos até este momento representou uma primeira fase da pesquisa, de acordo com Inácio Filho (2003, p. 80) aponta o que pode ser considerado como fonte histórica, possibilitando meios de classificá-la e, a partir disso, se possa ter claro o que se tem de informação nessas coleções, ou seja, é a sua fase heurística, quando finalizada, requer organização em sua composição e interpretação.

Temos claro que, ao desenvolver um trabalho empírico, o investigador se aproxima do objeto para encontrar os caminhos os quais nortearão a pesquisa e o diálogo com memorialistas e materiais já produzidos corroboram com esse processo. Na construção de um objeto de conhecimento, Justino Magalhães (2004, p. 134) explica que o pesquisador tem que precisa “[...] de um marco teórico interdisciplinar e de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, no âmbito de uma projeção e de uma regressão investigativas – um percurso metodológico indutivo/dedutivo”. Para o autor, o desafio proposto não é a acumulação e nem a justaposição das informações coletadas, mas uma interpretação crítica considerando o contexto que elas foram produzidas.

A pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro, discutimos aspectos do ensino secundário entre os anos de 1930 e 1946 em duas abordagens complementares: na primeira faz-se um percurso sobre os aspectos políticos do que ficou conhecido como “Era Vargas” e suas medidas abarcando a educação nacional. Na segunda, percorre-se os caminhos tomados pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira que levaram às adequações, alterações e mudanças na educação goiana.

O segundo capítulo tem como foco a criação do Gymnasio Municipal de Ipamery e aborda, inicialmente, o contexto social e econômico da sociedade ipamerina nos anos 1930. Em seguida, a discussão prioriza as reivindicações da sociedade local aos poderes públicos tratando da oferta do ensino, com ênfase no secundário. Por fim, busca-se a compreensão desse processo, ou seja, da materialização da instituição a partir da apresentação e análise de dados relacionados com sua criação.

No terceiro capítulo aborda-se a administração do Gymnasio pela Cooperativa, como ela o mantinha, tendo-se como premissa o fato de que ela detinha capital adquirido mediante a

venda de quotas para os associados, o que possibilitou sua manutenção até o seu encampamento pelo Estado em 1946, questionando-se as relações com os poderes públicos municipal e estadual, tendo-se em mente que a reflexão sobre esse processo ajuda a compreender sobre a participação desses poderes na criação e manutenção da instituição.

CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO E O ENSINO SECUNDÁRIO EM GOIÁS ENTRE 1930 E 1945

1.1 Considerações iniciais

O objetivo deste capítulo é discutir aspectos sócio-políticos sobre o ensino secundário nos anos de 1930 a 1945, destacando-se as ações do governo centralizador de Getúlio Vargas, também no âmbito educacional, iniciadas com a [re]criação do Ministério da Educação com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. José Silvério Bahia Horta (2012, p. 16) aponta que foram três os ministros da área educacional nesse período: Francisco Campos (1931 a 1932), Whashington Pires em 1932 e Gustavo Capanema de 1934-1945.

As ações em relação à educação foram efetivadas nesses anos de governo varguista que, de acordo com Marlos Bessa Mendes da Rocha (2000, p. 34-35), se deram por Decretos-Lei chamados de Reforma Francisco Campos entre os anos de 1930 e 1932 e, Reforma Capanema, entre os anos de 1942 a 1946, constituindo-se em textos legais que alteraram o ensino no país em diversos aspectos para serem aplicadas em todo o território nacional pelos governadores dos estados enquanto interventores nomeados por Getúlio Vargas e os prefeitos municipais.

Entendemos que o contexto dessas reformas serve como fundamento para a compreensão da criação do Gymnasio Municipal de Ipameri, possibilitando o entendimento da estrutura do ensino secundário em Goiás e a atuação de Pedro Ludovico Teixeira, nomeado como interventor entre os anos de 1930 a 1945, o que facilita o entendimento de como se deu a abertura de uma instituição de ensino secundário por parte da iniciativa particular no interior do estado goiano.

A organização do capítulo se dá, nessa perspectiva, em mais seis tópicos além dessa parte de considerações iniciais: no segundo, fazemos um percurso sobre os aspectos que envolveram o ensino secundário antes da chegada de Getúlio Vargas a presidência, perpassando rapidamente pontos mais centrais da organização do ensino e da escolarização nos períodos da 1ª República.

No terceiro tratamos do quadro político do período em que Getúlio Vargas foi o mandatário do país e suas medidas para educação nacional. No terceiro e quarto, focamos dois ministros da educação do longo período do governo varguista, Francisco Campos e Gustavo Capanema respectivamente. Por fim, no quinto, discorremos sobre os caminhos tomados pelo

interventor na no estado goiano, Pedro Ludovico Teixeira, que levaram às adequações, alterações e mudanças na educação local à luz do que era decidido na esfera nacional.

1.2 Educação e ensino secundário na 1ª República

Nos últimos anos do século XIX a economia do Brasil era baseada na cafeicultura e em um sistema de trabalho escravocrata. Há nesse período os primeiros sinais de uma mudança para um modelo de trabalho assalariado, o que oportuniza a percepção clara de um nascimento de setores da sociedade marcados por ideias republicanas. Para Sérgio Castanho (2007, p. 27), essas ideias foram alteradas ou adaptadas à realidade do país, passando a ter força de influência na administração, na economia e na política do país que vislumbrava na educação um meio de ascensão social, conferindo à escolarização seu estatuto de centralidade, sendo que:

Durante os quatros séculos de predomínio da economia agroexportadora, o sistema educacional brasileiro constituiu-se no agente exclusivo de formação das camadas superiores para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais, consolidando um padrão de ensino humanístico e elitista. A partir da emergência do processo de industrialização no país, verificou-se um crescimento acelerado da demanda social por escola, acompanhado de uma intensa mobilização das elites intelectuais em torno da reforma e expansão do sistema educacional vigente (XAVIER, 1990, p. 59).

Foi sob condições em que pouco se tinha em termos de políticas educacionais locais e nacionais que o ensino secundário passou, no primeiro período republicano, por uma série de reformas empreendidas pelo governo central que, de acordo com Saviani (2008, p. 56), produz legislação abarcando o ensino superior em todo o país, bem como em suas modalidades primária e secundária, ainda na capital federal, mantendo o escopo do governo imperial de tornar o Distrito Federal como modelo.

A Proclamação da República e instauração do novo regime de organização e administração política no país apontava para a necessidade de se ter uma nova sociedade civil com novos preceitos, inclusive no que diz respeito à ciência, entendida então como o caminho indispensável para a formação do novo homem brasileiro. Fernanda Barros (2012, p. 52) argumenta, nesse sentido, o Positivismo⁹ se tornou a inspiração na construção desse ideário, influ-

⁹ Abbagnano (2007, p. 909) explica que o termo positivismo (*positivismus* no alemão, *positivisme* no francês, *positivism* no inglês e *positivismo* no italiano) “[...] foi empregado pela primeira vez por Saint-Simon, para

enciando o ensino secundário por meio de disciplinas científicas, física e química por exemplo, que passaram a ter mais espaços e a deter, paulatinamente, um lugar de maior destaque na formação dos discentes.

Ao tratar da educação nos primeiros anos após a república proclamada em 1889, Savi-ani (2008, p. 61) esclarece que a vitória dos princípios federalistas¹⁰ levou à consagração da premissa da autonomia entre os poderes estaduais ou provinciais e o governo central ou federal. A autor enfatiza que, a partir da definição dessa separação, coube ao governo central parte da responsabilidade da educação no país, mas sem interferir na autonomia dos outros entes federados e suas decisões sobre seus sistemas de ensino.

Acerca das motivações para a descentralização, Maria Luísa Santos Ribeiro (1995), comenta que:

[...] a descentralização atendia aos interesses tanto dos setores liberais da camada média, como a facção dominante que participa do processo (senhores do café ou burguesia agroexportadora). Esta via na descentralização um instrumento de concentração de rendas, já que não teria que dividi-las com outra facção decadente (senhores da lavoura tradicional) (RIBEIRO, 1995, p. 71).

designar o método exato das ciências e sua extensão para a filosofia (*De la religion Saint-Simonienne*, 1830, p. 3). Foi adotado por Augusto Comte para a sua filosofia e, graças a ele, passou a designar uma grande corrente filosófica que, na segunda metade do século XIX, teve numerosíssimas e variadas manifestações em todos os países do mundo ocidental. A característica do positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Como romantismo em ciência, o positivismo acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo. É possível distinguir duas formas históricas fundamentais do positivismo: o positivismo *social* de Saint-Simon, Comte e John Stuart Mill, nascido da exigência de construir a ciência como fundamento de uma nova ordenação social e religiosa unitária; e o positivismo *evolucionista* de Spencer, que estende a todo o universo o conceito de progresso e procura impô-lo a todos os ramos da ciência [...].”

¹⁰ Entendemos que os princípios federalistas defendidos no período têm a ver com um significado mais simples e menos controverso do *federalismo* que, na cultura política, faz referência a dois objetos diferentes destacados por Lucio Levi no verbete do *Dicionário de política*, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), onde se lê que “[...] numa primeira acepção clara, mas delimitada, designa a teoria do Estado federal. Numa segunda acepção, um tanto obscura, se refere a uma visão global da sociedade. Se o primeiro significado não é controvertido, porque se baseia na teoria do Estado federal, modelo constitucional que foi objeto de numerosos estudos, que ilustraram em seus aspectos fundamentais sua estrutura e seu funcionamento, ele é sem dúvida redutivo. De fato, de um lado o conhecimento de um Estado não é completo, se não se tomam em consideração as características da sociedade, que permitem manter e fazer funcionar as instituições políticas. Portanto, se o Estado federal é um Estado dotado de características próprias, que o distinguem dos outros tipos de Estado, devemos conjecturar que tenham algum caráter federal os comportamentos daqueles que vivem nesse Estado. De Outro lado, devemos relevar a presença de comportamentos federalistas também fora dos Estados federais: na Europa, durante os séculos XIX e XX, inicialmente indivíduos isolados, em seguida verdadeiros movimentos organizados utilizaram os princípios federalista para definir suas atitudes políticas. Estas duas observações parecem indicar a superioridade do segundo modo de conceber o Federalismo, isto é, entendido como uma doutrina social de caráter global como o liberalismo ou o socialismo, que não se reduz, portanto, ao aspecto institucional, mas comporta uma atitude autônoma para com os valores, a sociedade, o curso da história e assim por diante [...]” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO 1998, p. 475).

A consequência dessa política foi a descentralização da organização escolar do país, pois o que se via até então, de acordo com Dallabrida (2009, p. 186-187) era anarquia e descrédito e que a responsabilidade, de modo geral, era absorvida no sistema de exames parcelados, em larga medida, era marcado pelo conceito imediatista, preparatório e restrito dos estudos secundários. Frente às necessidades de aperfeiçoamento e difusão dessa modalidade de ensino, se inicia então um período de reformas contínuas.

A necessidade que se impôs de organizar, difundir e aperfeiçoar o ensino secundário ao longo da Primeira República levou à sucessão de várias reformas, com destaque para a Reforma Benjamin Constant (1890), Reforma Epitácio Pessoa (1901), Lei Orgânica Rivadávia Corrêa (1911), Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma Rocha Vaz (1925), representando “[...] várias tentativas no sentido de superar o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, mas elas não obtiveram êxito” (DALLABRIDA, 2009, p. 186).

Em relação à Reforma Benjamin Constant de 1890, Barros (2012, p. 54) esclarece que se deu via Decreto nº. 981, de 08 novembro de 1890, cujos efeitos mais destacados foram a alteração no nome do Colégio Pedro II para Gymnasio Nacional, a reformulação dos exames de preparatórios que passaram a ser finais, de madureza e os de suficiência. Quanto ao exame de madureza, a autora “[...] dava o direito à matrícula em qualquer estabelecimento de ensino superior na Corte (art. 38)” (p. 54).

A Reforma Benjamin Constant não se efetivou, de acordo com Ferreira (2015, p. 91), com base apenas em um decreto, como aconteceu com muitas reformas que lhe antecederam ou lhe sucederam, mas sim a partir de um conjunto de 17 (dezessete) decretos elaborados entre maio de 1890 e janeiro de 1891, conforme visualização no Quadro 1.

Quadro 1: Decretos da reforma educacional de Benjamin Constant (1890-1891).

Decreto	Assunto / Matéria
Decreto nº 407 de 17 de maio de 1890	Aprova o regulamento da Escola Normal da Capital Federal
Decreto nº 408 de 17 de maio de 1890	Aprova o regulamento para o Instituto Nacional dos Cegos
Decreto nº 540 A de 1º de julho de 1890	Cria o cargo de preparador do primeiro ano do curso de Ciências Físicas e Naturais da Escola Politécnica
Decreto nº 667 de 16 de agosto de 1890	Cria o Pedagogium
Decreto nº 856 de 13 de outubro de 1890	Aprova o regulamento da Biblioteca Nacional
Decreto nº 859 de 13 de outubro de 1890	Cria uma Escola de Astronomia e Engenharia Geográfica
Decreto nº 934 de 24 de outubro de 1890	Conferi novo regulamento ao Instituto Nacional de Música
Decreto nº 980 de 8 de novembro de 1890	Conferi novo regulamento ao Pedagogium
Decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890	Aprova o regulamento da Instrução primária e secundária do Distrito Federal

Decreto nº 982 de 8 de novembro de 1890	Altera o regulamento da Escola Normal da Capital Federal
Decreto nº 983 de 8 de novembro de 1890	Aprova os estatutos para a Escola Nacional de Belas Artes
Decreto nº 1036 A de 14 de novembro de 1890	Suprime a cadeira de direito eclesiástico dos cursos jurídicos do Recife e de São Paulo
Decreto nº 1073 de 22 de novembro de 1890	Aprova os estatutos da Escola Politécnica
Decreto nº 1075 de 22 de novembro de 1890	Aprova o regulamento do Ginásio Nacional
Decreto nº 1232 G de 2 de janeiro de 1891	Cria o Conselho de Instrução Superior da Capital Federal
Decreto nº 1258 de 10 de janeiro de 1891	Aprova o regulamento da Escola de Minas em Ouro Preto
Decreto nº 1270 de 10 de janeiro de 1891	Reorganiza as faculdades de medicina brasileiras

Fonte: Adaptado de Ferreira (2015, p. 91)

No que diz respeito à Reforma Eptácio Pessoa de 1901, realizado pelo Decreto nº. 3.890, de 01 de janeiro 1901, Palma Filho (2005a, p. 3) comenta que o então Ministro do Interior (Justiça e Educação) no governo de Campos Sales e futuro presidente, promoveu a redução do ensino secundário de sete para seis anos, mas manteve a valorização da parte literária do currículo, fazendo com que essa modalidade de ensino não passasse de um mero preparatório para ingresso nos cursos existentes no ensino superior, acrescentando ainda:

A reforma Eptácio Pessoa, de 1901, assinalava nova fase na evolução do ensino secundário brasileiro, em seguimento ao período iniciado pela reforma B. Constant. Comparada com esta última, ela não é apenas uma nova reforma, mas, sobretudo, representa mudança radical do sentido da atuação federal em face do ensino secundário de todo o país. Essa mudança se retrata em dois pontos principais: a consolidação da equiparação, ao Colégio Pedro II, tanto dos colégios particulares quanto dos estabelecimentos estaduais, e sua transformação em instrumento de rigorosa uniformização de todo o ensino secundário nacional. Mas, também em relação ao currículo e a outros aspectos da organização didática do ensino secundário, a reforma E. Pessoa teve o sentido do encerramento do ciclo iniciado, logo após 1889, pela primeira reforma republicana do ensino secundário (SILVA, 1969, p. 258 apud PALMA FILHO, 2005a, p. 4).

Acerca da Reforma Rivadávia Corrêa de 1911, efetivada via Decreto nº. 8.659, de 05 de abril de 1911, conhecida também como Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, Cunha (1986, p. 163) comenta que ela visava superar a propaganda má qualidade do ensino secundário, tendo como principais destaques a abolição dos diplomas, criação de exames de admissão para as faculdades realizados nas próprias instituições em que os candidatos ingressariam e, por fim, a frequência não obrigatória.

Em relação ao ensino superior, Lopes e Ribeiro (2014, p. 378) apontam que a Reforma Rivadávia cria o Conselho Superior de Ensino com a função de órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador dos institutos de ensino secundário, dando-lhe várias competências como a explicitada no Art. 13/b em que se lê que poderia “[...] tomar conhecimento e julgar em grau de recurso as resoluções das Congregações ou diretores” (BRASIL, 1911).

Com a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República, editada sob a gestão do Ministro do Interior do governo de Hermes da Fonseca, Rivadávia Corrêa, tem-se a retirada do papel estatal de fiscalização e interferência na área educacional, promovendo-se a liberdade de ensino, o qual “[...] possibilitou a abertura de escolas de todos os tipos. Surgiram algumas escolas sérias, mas, sob o impacto de um mercado propício, surgiram também as famosas ‘academias elétricas’” (CURY, 2009, p. 731), posto que:

Diante das prescrições da Lei Orgânica, desaparece a necessidade de um curso secundário modelo, papel que vinha exercendo o Ginásio Nacional. O ensino oficial, uniforme, do sistema de 1901 cede lugar, então, a um ensino livre, diversificado e flexível, a realizar-se em estabelecimentos autônomos. Mas, em franco desacordo com as condições do meio escolar brasileiro, as medidas desoficializadoras de 1911 provocam “grande balbúrdia na vida escolar”, e nova reforma se impõe (NAGLE, 1974, p. 145).

Quanto à Reforma Carlos Maximiliano de 1915, foi instituída pelo Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915, no governo de Wenceslau Braz e sob a gestão do então Ministro da Justiça Carlos Maximiliano. Palma Filho (2005a) explica que, com essa reforma, acontece o rompimento com as mudanças provocadas pela Reforma Rivadávia, retomando-se a fiscalização estatal sobre a instrução pública no país, com novas propostas para o ensino primário e secundário, ou seja:

[...] o adjetivo oficial retorna para junto dos institutos mantidos pela União, restaura-se o registro de diplomas, impõe-se a inspeção federal sobre os institutos, bem como a figura da concessão para efeito de equiparação para as instituições particulares que a solicitarem, exceto as que tiverem intento de lucro ou de propaganda filosófica ou religiosa. A equiparação não seria atribuída também a institutos em cidades com menos de 100 mil habitantes (exceto capitais) ou se houvessem mais de duas academias de Direito, Engenharia e Medicina em cada estado. O CSE é reduzido a órgão consultivo e fiscalizador, a matrícula no ensino superior teria como exigência adicional ao vestibular o certificado de aprovação no secundário. Com isso, reoficializa-se o ensino (CURY, 2009, p. 734).

Em relação à Reforma Rocha Vaz de 1925, levada à efeito pelo Decreto nº. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, sob a gestão de João Luís Alves no Ministério da Justiça e Negócios

Interiores do governo de Artur Bernardes. Moreira (2016, p. 726) esclarece que essa reforma amplia as funções fiscalizadoras e normativas da União, estabelecendo também a implantação mais geral do ensino ginásial com frequência obrigatória e seriado e, por fim, prepara “[...] a implantação definitiva do ensino secundário como curso regular” (p. 726).

Apresentamos no Quadro 2 uma síntese das reformas contemplando a instrução pública – ensino primário, ensino secundário e ensino superior – durante a vigência da 1ª República, de 1890 a 1925.

Quadro 2: Reformas educacionais na Primeira República.

Reforma	Ano	Ações / Mudanças
Benjamin Constant	890	Acréscimo de disciplinas no currículo, gratuidade do ensino primário, definição do ensino seriado.
Epitácio Pessoa	901	Retirou as disciplinas da área de ciências do currículo (biologia, sociologia e moral), privilegiando as da área de humanas.
Rivadavia Corrêa	911	Resgatou ideias do positivismo e liberalismo (concedeu total autonomia às escolas), aboliu o caráter oficial do ensino, restabeleceu o propósito de formação científica do aluno secundarista, transferindo o exame de madureza (de admissão) para o ensino superior.
Carlos Maximiliano	915	Instituiu a reoficialização do ensino, reforma do Colégio Pedro II e regulamentação do ingresso nas escolas superiores.
Rocha Vaz / João Luís Alves	925	Estabeleceu normas regulamentares para o ensino e instituiu a disciplina de Moral e Cívica para apaziguar as desavenças entre os estudantes e o presidente Arthur Bernardes.

Fonte: Adaptado de Melo (2012, p. 43).

Encerradas essas considerações mais gerais tratando das condições da educação e do ensino secundário no período conhecido como 1ª República e algumas das principais reformas da instrução pública efetivadas no período, apresenta-se no tópico abaixo discussão em torno da mesma temática na Era Vargas.

1.3 Educação e ensino secundário na Era Vargas

Getúlio Vargas¹¹ trata-se do político que ocupou a presidência do país por mais tempo desde a república proclamada em 1889, ou seja, foram quase 19 (dezenove) anos de governo.

¹¹ Um breve resumo biográfico de Getúlio Vargas deixa claro que ele “[...] nasceu em São Borja-RS, em 1882. Em 1907, concluiu o curso de Direito pela Faculdade de Porto Alegre. Dessa data até 1930, elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense, deputado estadual, deputado federal, tendo sido líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. De 1926 a 1927, foi Ministro da Fazenda de Washington Luís e presidente do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930. No ano de 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da

Medeiros (2020, p. 835) pontua que ocupou a presidência pela primeira vez durante 15 (quinze) anos ininterruptos, período que ficou conhecido por Era Vargas, entre os anos de 1930 e 1945, pondo fim ao que a historiografia convencionou chamar de 1ª República, de 1889 a 1930.

Em relação à Era Vargas, os historiadores do período divergem quanto à sua periodização, embora prevaleça algum consenso para sua divisão em governo provisório entre 1930 e 1934, governo constitucional de 1934 a 1937 e governo autoritário entre 1937 a 1945, ficando claro nessa controvérsia que, segundo Capelato (2000, 127) dependendo do enfoque estudado sobre o período do governo varguista, como o populismo por exemplo, os marcos cronológicos não são sempre bem aceitos entre os pesquisadores do varguismo.

Cabe ainda quanto a essa periodização, mesmo que controversa, o esclarecimento de que “[...] os historiadores dividem o período que Getúlio Vargas esteve à frente do governo federal em duas fases: 1930-1937, correspondendo ao que se convencionou chamar de 2ª República; e 1937-1945, conhecida como 3ª República” (PALMA FILHO, 2005, p. 62).

O contexto político que permeou o início dos anos de 1930 e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, cuja pronunciada centralização política culminou em uma ditadura que perdurou até 1945, foi marcado por uma constante efervescência de disputas, de acordo com Pandolfi (2019, p. 12) estava ligada à diversidade de forças aglutinadas em torno da Aliança Liberal que, em 1929 lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da república em oposição ao nome que sucederia o governo de Washington Luís, Júlio Prestes, com eleições marcadas para 1º de março de 1930.

As eleições de março de 1930 elegeriam o próximo presidente da república e uma nova bancada de deputados federais. Schwarcz e Starling (2018, p. 351) lembram que essa seria

Aliança Liberal. Derrotado, assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930 que depôs o presidente Washington Luís. Em consequência, em novembro deste mesmo ano assume o Governo Provisório (1930-1934). Em novembro de 1933, instalou-se na cidade do Rio de Janeiro, a Assembléia Nacional Constituinte que, ao promulgar a nova Constituição em julho de 1934, elegeu Getúlio Vargas presidente da República para o período 1934-1938. Em 1937, alegando a existência de um plano comunista, conhecido como Plano Cohen, com apoio militar fechou o Congresso Nacional e instalou o Estado Novo. Mais tarde, descobriu-se que o Plano Cohen era uma farsa, tendo sido elaborado por um militar integralista, Olympio Mourão Filho que, aliás, em março de 1964, liderou o golpe militar contra o presidente João Goulart, sublevando tropas militares aquarteladas em Minas Gerais. Com o fechamento do Congresso Nacional em 10 de novembro de 1937, Vargas outorgou uma nova Constituição Federal. Nos termos dessa Constituição redigida por Francisco Campos e que ficou conhecida como a “polaca”, por ter se inspirado na Constituição fascista da Polônia, Getúlio Vargas passa a controlar os poderes Legislativo e Judiciário. Durante os 15 anos que governou o Brasil (1930-1945), criou o moderno Estado Nacional, orientando-se para uma intervenção do Estado na economia. Esse período é conhecido também como época do nacional-desenvolvimentismo que se caracterizou pelo desenvolvimento econômico do país, com sustentação na indústria voltada para a substituição das importações. Afastado do poder em 1945, por um golpe militar, volta ao poder em 1951, após ter saído vitorioso nas eleições realizadas em outubro de 1950, quando derrota o Brigadeiro Eduardo Gomes e o político mineiro, Cristiano Machado (PALMA FILHO, 2005, p. 61-62).

a 12ª eleição presidencial desde a república proclamada e contaria com um pequeno número de eleitores, pois votava apenas o brasileiro adulto, do sexo masculino e que fosse alfabetizado, o que correspondia a cerca de 5,6% (cinco inteiros e seis décimos por cento) da população. Embora esse número reduzido de eleitores e votos em disputa, as autoras indicam que essa eleição foi “disputadíssima”, se desenrolando em uma campanha eleitoral empolgante, que não se via igual desde a de 1910, em que concorreram Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, posto que:

A eleição de 1930 capturou o sentimento do fim de uma era. O equilíbrio político que fragmentou a distribuição do poder através de um arranjo não escrito entre o governo federal e as elites regionais – a Política dos Governadores – foi rompido pelo próprio presidente da República, Washington Luís. Ninguém esperava que ele insistisse na candidatura de Júlio Prestes, presidente de São Paulo, à sua sucessão, pondo fim à alternância de mineiros e paulistas na condução da política nacional (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 351).

Quebrado o acordo ou arranjo não escrito entre o governo central e os presidentes provinciais para a sucessão presidencial, notadamente entre as elites regionais mineiras e paulistas¹², Pandolfi (2019, p. 12) explica que vários políticos mineiros descontentes buscaram novas alianças que não estivessem ligadas ao café, também chamados de “oligarcas dissidentes”, propondo um arco político com as províncias da Paraíba e do Rio Grande do Sul. Esse grupo era formado, esclarece a autora, por ex-presidentes da República, como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e Venceslau Brás, governadores ou ex-governadores de estado, como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Olegário Maciel, João Pessoa e o próprio Getúlio.

¹² Acerca desse acordo não oficial entre as elites das províncias mineira e paulistas, que envolvia as outras províncias também, devemos ter claro que, em uma engenharia concebida para a condução do governo central “[...] as eleições presidenciais ocorriam já praticamente decididas: o presidente da República indicava o candidato oficial e esse era o nome que receberia o apoio integral dos grupos dos detentores de poder em todas as unidades da federação – a partir daí, era virtualmente impossível a derrota eleitoral. A sucessão presidencial transformou-se num ritual de passagem do poder que incluía alguma dose de instabilidade que contemplava um ajuste entre Minas e São Paulo, recomposto a cada quatro anos e sempre rodeado de intrigas e tensão. Mas foi esse ajuste que garantiu a estabilidade interna do sistema. Entre 1894 e 1906, a direção dos negócios da República coube aos paulistas; já entre 1906 e 1918, a mão se inverteu e os mineiros assumiram o controle do poder central. Entre 1919 e 1929, ocorreu outra alteração, e mineiros e paulistas passaram a se alternar na condução da política nacional. Em 1926, em meio ao clima de instabilidade política que cercou o governo de Artur Bernardes, os mineiros tomaram a iniciativa de indicar como seu sucessor Washington Luís, um legítimo representante dos interesses de São Paulo, apesar de nascido no Rio de Janeiro – por via das dúvidas, acomodaram o conterrâneo Fernando de Melo Viana na Vice-Presidência. Em 1929, era o caso de aguardar a retribuição dos paulistas; enquanto isso, Minas ia se preparando para ocupar o Palácio do Catete – um palacete de gosto duvidoso, em estilo neoclássico, próximo à praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, construído pelo Barão de Nova Friburgo para sua residência e transformado, em 1897, na sede da Presidência da República (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 352).

Somava-se a esses políticos profissionais um outro grupo, esse formado de jovens oficiais do exército, conhecidos como “rebeldes tenentes” os quais, desde a década de 1920 tendo como liderança maior Luís Carlos Prestes, buscava derrubar o regime em vigor desde 1889 por meio das armas, sendo que ao defender “[...] a educação pública obrigatória, a reforma agrária, a adoção do voto secreto, os tenentes se definiam como antioligárquicos e propunham um novo lugar para o Exército na sociedade brasileira” (PANDOLFI, 2019, p. 12).

O que se pode dizer com acerto a respeito dessas forças que formavam a Aliança Liberal, é que se tratava de um arco de alianças consideravelmente heterogêneo, inclusive em relação aos ideários e temas em torno da justiça social e da liberdade política, devendo-se ter claro ainda que:

“Aliança Liberal” designava a articulação das forças dissidentes, mas apontava também para um ideário político [...]. A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais: jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho feminino e infantil (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 354).

Acontecendo as eleições em março de 1930, um sábado de carnaval, Júlio Prestes saiu vencedor e Getúlio Vargas derrotado. Diversos aliancistas reconhecem a derrota e consideraram a campanha encerrada, enquanto outros se decidiram por uma insurreição para, desse modo, chegar ao poder. Pandolfi (2019, p. 13-14) explica que esse movimento de tomada do poder, nomeado pelos próprios organizadores golpistas de “revolucionário”, teve como uma de suas principais lideranças o grupo dos tenentes e outro de políticos civis, os quais passaram a ser conhecidos como “tenentes civis” devido suas afinidades com os “tenentes rebeldes”, entre eles Carlos de Lima Cavalcanti, Osvaldo Euclides de Souza Aranha, Pedro do Rego Baptista e Virgílio de Melo Franco.

Dentre as motivações para o golpe nomeado de “revolucionário”, Medeiros (2020, p. 836) alude às acusações recorrentes de fraudes e o assassinato do presidente da província paraibana e candidato a vice na chapa de Getúlio Vargas, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o que fez com que os ânimos populares se afluassem, tendo como um dos símbolos mais memoráveis a saída de um comboio ferroviário da província do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro com apoiadores do então candidato derrotado ao Palácio do Catete.

Schawrcz e Starling (2018, p. 360) comentam que diversos militares legalistas combateram as manifestações tenentistas da década de 1920, com destaque para Pedro Aurélio de Góis Monteiro, participaram também dos preparativos do movimento golpista o qual eclodiu em outubro de 1930, com deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro, isto é, faltando poucos dias para o fim de seu governo, assumindo interinamente uma junta governativa até a data oficial estabelecida para a cerimônia de posse do novo presidente.

Com a posse do novo mandatário do país, que governaria inicialmente em um governo provisório, Getúlio Dornelles Vargas, as ações do executivo passaram a se dar via decretos-lei que, dentre outros atos, dissolveu o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais, aposentou os ministros da Suprema Corte sob a justificativa de que seria convocada uma nova assembleia constituinte, depôs também os presidentes das províncias, nomeando interventores, deu-se por meio do Decreto Federal n. 19.398 de 11 de novembro de 1930, se lê que:

Art. 11. O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados; em os quais ficarão os respectivos presidentes investidos dos Poderes aqui mencionados.

§ 1º O interventor terá, em cada Estado, os proventos, vantagens e prerrogativas, que a legislação anterior do mesmo Estado confira ao seu presidente ou governador, cabendo-lhe exercer, em toda plenitude, não só o Poder Executivo como também o Poder Legislativo.

[...]

§ 4º O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor alterá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais (BRASIL, 1930).

Depreendemos desse Art. 11 a centralização política que houve com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, pois o governo federal, ao indicar os interventores para os estados ou províncias e determinar que esses nomeassem prefeitos para os municípios, mostrava a hierarquia que se criava, com o governo central no topo. Essa prerrogativa da nomeação de interventores nas províncias atendia às reivindicações dos “tenentistas”, configurando-se como um importante instrumento de controle do poder central na política local, dado:

Diferentemente do pré-1930, quando o governador era eleito e próximo das classes dominantes locais, no pós-1930 o interventor era nomeado e subordinado diretamente ao presidente da República. *Grosso modo*, os primeiros interventores eram vinculados ao tenentismo, podendo-se afirmar que, nos primeiros anos do processo revolucionário, ocorreu o fenômeno da “militarização das interventorias” (PANDOLFI, 1980, p. 345).

Entendemos que uma das táticas de centralização de poder usadas pelo governo central, ou seja, uma das formas de sobrevivência do governo de Getúlio Vargas e da garantia de que suas políticas seriam minimamente implementadas, tem a ver com a questão da “militarização das interventorias”. Levine (1980, p. 72) reforça o que está sendo dito ao apontar, no ano de 1931, todos os interventores dos estados ou províncias do Nordeste e do Norte eram militares, exceto os da Paraíba e Pernambuco, cabendo ao militar cearense Juarez do Nascimento Fernandes Távora a tarefa de supervisão do funcionamento dessa estrutura nas duas regiões, sendo então nomeado delegado militar da “revolução”, o que lhe valeu o título irônico de “vice-rei do Norte”.

As dificuldades com as nomeações dos interventores em razão dos conflitos com os políticos locais fizeram com que Getúlio Vargas trocasse com frequência os nomeados e, segundo Levine (1980, p. 74), entre os anos de 1930 e 1935, 94 interventores foram empossados nos 20 estados depois de reclamações daqueles que representavam as forças políticas dessas localidades, uma indicação de que o governo central fazia concessões, mas ao fazê-las, o governo central reforçava seu controle sobre os estados, já que o presidente da república tinha um plano claro de poder, ou seja:

[...] pretendia continuar onde estava e, para isso, conduzia a política quase como um negócio: seguia as próprias regras e realizava combinações políticas aparentemente improváveis mas que lhe serviam para manter o mando. Seus expedientes mais comuns incluíam distribuir vantagens e compensações, procrastinar soluções definitivas até que o tempo lhe oferecesse a ocasião propícia para decidir e equilibrar-se como árbitro das disputas na coalização de forças que sustentavam seu governo (SCHWACRZ; STARLING, 2018, p. 363).

Mesmo fazendo concessões e distribuindo vantagens em suas “combinações” políticas, José Silvério Bahia Horta (2012, p. 3-4) pontua que Getúlio Vargas não descuidava do controle sobre os estados e, entre as medidas empreendidas, temos a promulgação do Código dos Interventores no ano de 1931 que, dentre outros pontos, vedava a contratação de empréstimos por parte dos estados sem a autorização expressa do governo central.

Soma-se a esse ato que impedia a contratação de empréstimos o da proibição de se gastar mais de 10% (dez por cento) das despesas ordinárias com as polícias militares, trazendo dificuldades para essas forças se dotarem adequadamente de armamentos, artilharia e aviação, dado que “[...] para um regime que queria combater o exacerbado federalismo da República Velha, a nacionalização das forças armadas era uma questão crucial. Para diminuir o poder

das oligarquias regionais fazia-se necessária diminuir seu poder de fogo (PANDOLFI, 2019, p. 15).

Para Pedro Ernesto Fagundes (2011, p. 328-329), ao criar o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, via Decreto nº. 19.402, de 14 de novembro de 1930, combinam-se as determinações sobre educação e saúde, demonstrando-se disposição do governo provisório em enfrentar diversos pontos ou questões que careciam de mudanças estruturais em nível nacional há várias décadas, com destaque para o problema do analfabetismo que, entre os anos de 1900 e 1940, era de 65,26% (sessenta e cinco inteiro, vinte e seis décimos por cento) 56,11% (cinquenta e seis inteiros, onze décimos por cento), respectivamente, entre a população com mais de 15 (quinze) anos de idade, conforme visualização na Tabela 1, que traz as taxas de alfabetizados e analfabetos entre os anos de 1900 e 1940.

Tabela 1: Analfabetismo no Brasil na faixa etária de 15 anos ou mais – 1900 a 1940.

Ano / Década	População do país	15 anos ou mais	Alfabetizados	%	Analfabetos	%
1900	17.438.434	9.729.320	3.380.451	34,74%	6.348.869	65,26%
1920	30.636.606	17.557.282	6.155.567	26,03%	11.401.715	48,21%
1940	41.236.316	23.649.371	10.379.990	43,89%	13.269.381	56,11%

Fonte: Souza (1999, p. 7).

Os dados visualizados na Tabela 1 acerca das altas taxas do analfabetismo no Brasil já no início do século XX apontam para um problema de longa data na história do país. Ao tratar do tema, José Marcelino Pinto et al. (2000, p. 512) chamam a atenção para relatos da época do período colonial apontando o grande número de negociantes ricos e que não sabiam ler e trazem o dado sobre a população escolarizada no ano de 1886 correspondia a meros 1,8% (um inteiro, oito décimos por cento), informando também, em relação ao direito de votar, ser analfabeto não era uma condição impeditiva, desde que o eleitor detivesse a posse de bens e títulos.

A decisão pela erradicação do analfabetismo que relegava à exclusão a maior parte da população brasileira dá início a um amplo debate tratando da elaboração de projetos visando a sua superação. Carvalho (2003, p. 47) argumenta que se discutiam diferentes soluções para os diversos problemas brasileiros ao longo da década de 1920, inclusive o analfabetismo, assunto que passou a ser superdimensionado nesse período ao ser apontado como o principal motivo do atraso do país e ao ser associado à degenerescência, degradação, doença, falta de vitalidade e vício de parte significativa da população brasileira.

A solução para esse cenário desolador seria a educação, vista então como um dos mecanismos que transformaria a massa amorfa da população, ou seja, seria ela o instrumento ideal para “[...] transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo [...]” (CARVALHO, 2003, p. 48), fazendo com o que o Brasil tivesse condições de ingressar no seleto grupo de países tidos como modernos. Para tanto, requeria-se que se resolvesse o problema multissecular da “ignorância” dos brasileiros, dando fim à imagem de apatia, doença e indolência que recaía sobre os cidadãos do país, cabendo à educação transformar.

O que se tem nas ações elencadas do governo Getúlio Vargas, em especial nos anos do governo provisório, é uma reestruturação política do país, inclusive com a redefinição do papel estatal no que diz respeito à educação nacional. Entendemos que se tem explicitado sobre as novas configurações da política em suas esferas municipal, estadual e federal passam a influenciar diretamente a área educacional a partir de 1930, pois até esse momento não havia por parte do governo central medidas diretas relacionadas à educação a nível nacional com base no estabelecimento de regulamentações mais amplas e gerais.

[...] o ensino brasileiro, sobretudo as grandes e necessárias evoluções do ensino brasileiro, dificilmente podiam manifestar-se e desenvolver-se porque lhe faltavam unidade e coordenação de movimento. Se, politicamente, existia o poder central nas mãos do Presidente da República, não se encontrava, em educação, autoridade central, que enfeixasse, na mente e nas execuções, os anelos e os ideais do povo brasileiro. Tudo estava disperso (TOBIAS, 1986, p. 278).

O que aconteceu até o início da década de 1930 alterou-se, pois antes da chegada de Getúlio Vargas ao governo central, os estados promoviam reformas educacionais segundo suas peculiaridades. Exemplos que podem ser citados “[...] 1920, Reforma Sampaio Dória em São Paulo; 1922, Reforma Lourenço Filho no Ceará; 1922, Reforma Carneiro Leão no Distrito Federal; 1925, Reforma José Augusto no Rio Grande do Norte” (BARROS, 2012, p. 89).

Essas reformas evidenciam, sobretudo, a dispersão em termos de decisões oficiais existentes, pois se referem a ações que são tomadas isoladamente pelos estados com o escopo de atender necessidades locais, ao invés de serem promovidas por uma autoridade central, sendo então tomadas pelos estados que, frente às suas limitações, buscavam criar condições minimamente adequadas para implementá-las.

Buscamos compreender, desse modo, as reformas educacionais empreendidas na “Era Vargas” tendo à frente Francisco Campos e Gustavo Capanema, com ênfase no que diz respeito ao ensino secundário, temáticas as quais apresentamos e discutimos nos tópicos abaixo.

1.4 Ensino secundário e a Reforma Francisco Campos

Getúlio Dornelles Vargas criou o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em novembro de 1930, poucos dias depois de assumir o governo provisório, nomeando Francisco Luís da Silva Campos como ministro, que se manteve na função entre 14 de novembro de 1930 e 15 de setembro de 1932. Sob sua administração, o ensino secundário brasileiro foi organizado via Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), e Decreto nº. 21.214, de 04 de abril de 1932 (BRASIL, 1932), apontando que a redefinição do papel do governo central levará a efeitos nos diversos âmbitos da política pública de educação, tornando-se “[...] o fulcro da política educacional como um todo, exigindo dos atores políticos de educação que se tornem, também eles, atores nacionais” (ROCHA, 2000, p. 33).

A Reforma Francisco Campos foi realizada via decretos, além dos citados, contou com o Decreto nº. 19.850, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização e regulamentação do ensino superior no país, criando o “regime universitário”. Há também o Decreto nº. 19.852, de 11 de abril de 1931, tratando-se da organização da Universidade do Rio de Janeiro, bem como o Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, que regulamentou várias profissões, a de contador por exemplo.

Em relação ao Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, contendo 83 (oitenta e três) artigos e seus respectivos parágrafos distribuídos em 4 (quatro) capítulos e quatro títulos mais gerais, lemos no Título I, Capítulo I, do Art. 1º ao Art. 4º, que:

Art. 1.º O ensino secundario, oficialmente reconhecido, será ministrado no Collegio Pedro II e em estabelecimentos sob regimen de inspecção official.

Art. 2.º. O ensino secundario compehenderá dous cursos seriados: fundamental e complementar.

Art. 3.º. Constituirão o curso fundamental as materias abaixo indicadas, distribuidas em cinco annos, de accôrdo com a seguinte seriação: 1º serie: Portuguez - Francez - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Sciencias physucas e naturaes - Desenho - Musica (canto orpheonico). 2º serie: Portuguez - Francez - Inglez - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Sciencias physicas e matuares - Desenho - Musica (canto orpheonico). 3º serie: Portuguez - Francez - Inglez - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Phyica - Chimica – Historia natural - Desenho - Musica (canto orpheonico). 4º serie: Portuguez - Francez - Latim - Allemão (facultativo) - Historia da civilização - Geographia - Mathematica - Physica -

Chimica - Historia natural - Desenho. 5º serie: Portuguez - Latim - Allemão (facultativo) - Historia da civilização - Geographia - Mathematica – Physica - Chimica - Historia natural - Desenho.

Art. 4º. O curso complementar, obrigatorio para os candidatos á matricula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dous annos de estudo intensivo, com exercicios e trabalhos praticos individuaes, e comprehenderá as seguintes materias: praticos individuaes, e comprehenderá as seguintes materias: Allemão ou Inglez, Latim, Litteratura, Geographia, Geophysica e Cosmographia, Historia da Civilização, Mathetatica, Physuca, Chimica, historia natural, Biologia geral, Hygiene, Phychologia e Logica, Sociologia, Noções de Economia e Estatistica, Historia da Philosophia e Desenho (BRASIL, 1931, *on-line*).

Uma das avaliações mais consensuais dessa reforma é de que ela representa um marco de modernização na área da educação brasileira, pois fixou um conjunto de medidas que conferiram mais organicidade à cultura escolar do ensino secundário, sendo marca inegável de rupturas. Dentre as medidas empreendidas, merecem destaque:

[...] o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal” (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Vemos no Decreto nº. 19.890/1931, dos artigos 5º ao 8º, a organização do ensino secundário com duração de 7 (sete) anos, que foram divididos em 5 (cinco) anos no curso fundamental e em 2 (dois) anos no curso complementar, isto é:

Art. 5º. Pará os candidatos á matricula no curso juridico são disciplinas obrigatorias: 1º serie: Latim - Litteratura - Historia da civilização - Noções de Economia e Estatistica - Biologia geral - Psychologia e Logica.

2º serie: Latim - Litteratura - Geographia - Hygiene - Sociologia - Historia da Philosophia.

Art. 6º. Para os candidatos á matricula nos cursos de medicina, pharmacia e odontologia são disciplinas obrigatorias:

1º serie: Allemão ou Inglez - Mathematica - physica - Chimica - Historia natural - Psychologia e Logica.

2º serie: Allemão ou Inglez - Physica - Chimica - Historia natural - Sociologia.

Art. 7º. Para os candidatos á matricula nos cursos de engenharia ou architectura são disciplinas obrigatorias:

1º serie: Mathetica - Physica - Chimica - Historia natural - Geographia e Cosmographia - Psycologia e Logica.

2º serie: Mathematica - Physica - Chimica - Historia natural - Sociologia - Desenho.

Art. 8º O regulamento da Faculdade de Educação, Scieacias e Lettras discriminará quaes as materias do curso complementar que serão exigidas para a matricula em seus cursos (BRASIL, 1931, *on-line*).

Em relação ao curso fundamental era comum a todos os estudantes e visava a formação geral do aluno secundarista. Já o curso complementar, estava voltado para a preparação de estudantes que quisessem se candidatar ao ensino superior, cujas opções eram o curso jurídico (Art. 5º.), cursos de farmácia, medicina e odontologia (Art. 6º), cursos de arquitetura e engenharia (Art. 7º.) e as faculdades de ciências, educação e letras (Art. 8º), conforme leitura em seu texto original, informando inclusive as disciplinas obrigatórias de cada curso.

Com o aumento do número de anos para o ensino secundário, de cinco para sete anos, bem como sua divisão em dois ciclos, sua estruturação se tornou mais complexa, passando a favorecer encaminhamentos mais específicos em relação aos cursos superiores, e esse novo desenho “[...] alinhava o Brasil aos países ocidentais mais desenvolvidos, que, no mínimo desde fins do século XIX, modernizaram o ensino secundário também pela criação de dois ciclos” (DALLABRIDA, 2009, p. 17).

Na parte que trata das formas de admissão dos discentes ao ensino secundário do Decreto nº. 19.890/1931, contendo nos parágrafos de 1 a 3 do Art. 18 a definição da data da inscrição (entre os dias 1 a 15 de fevereiro), que deverá se dar mediante apresentação de requerimento firmando, ou pelo candidato ou pelo seu representante legal, informando-se idade, filiação, naturalidade e residência do candidato, devendo vir acompanhado de atestados de vacinação contra varíola e pagamento da taxa de inscrição (BRASIL, 1931).

Chama a atenção na transcrição acima o disposto no Art. 18, § 3º, em relação à necessidade de apresentação de recibo de pagamento da taxa de inscrição para a realização dos exames de admissão no ensino secundário que, entendemos, reforça o caráter elitista dessa modalidade de ensino, pois continuaria “[...] a privilegiar um grupo que seria aceito na escola, excluindo uma grande parte da sociedade que seria privada do ensino em pelo menos dois dos níveis: o secundário e o superior” (BARROS, 2012, p. 115).

Para tanto, o Decreto nº. 19.890/1931 vetava aos candidatos em seu Art. 19 a inscrição em mais de um colégio que oferecesse essa modalidade de ensino, definindo também em seu Art. 22 a realização dos exames de admissão com base em provas escritas e orais na segunda quinzena do mês de fevereiro em todo o território nacional (BRASIL, 1931).

O Decreto nº. 19.890/1931, além de dispor acerca da divisão do ensino secundário em fundamental e complementar, estabelece também a obrigatoriedade da presença dos alunos em, no mínimo, três quartos das aulas, uma exigência que não era observada nos cursos preparatórios e exames parcelados que caracterizaram o regime de ensino no período imperial. Essa previsão foi claramente exposta em seu Art. 33, em que se lê que “[...] será obrigatório a frequencia das aulas, não podendo prestar exame, no fim do anno, o alumno cuja frequencia

não atingir a tres quartos da totalidade das aulas da respectiva série” (BRASIL, 1931, *online*).

Em articulação com o artigo que definiu a obrigatoriedade mínima às aulas, temos os artigos 35 ao 43 do Decreto nº. 19.890/1931, trazendo a determinação da criação e funcionamento de um sistema de avaliação dos estudantes secundaristas, que se daria com base em arguições orais ou trabalhos mensais (Art. 35), quatro provas escritas parciais no período de um ano (Art. 36) e provas finais no encerramento do ano letivo (Art. 38), com previsão de uma “segunda época de exames finais” para os discentes que não atingiam as médias estipuladas (Art. 40).

Essas definições dadas pelo Decreto nº. 19.890/1931 ao sistema de avaliação deixam entrever que os discentes que cursavam o ensino secundário seriam submetidos a uma engrenagem de exames em diferentes períodos ou época do ano letivo, situação que lhes impunha a realização de um trabalho progressivo e com regularidade, configurando-se como uma ruptura com o sistema antigo, regime de cursos preparatórios e de exames parcelados “[...] pois, neste último sistema de ensino, o aluno apenas realizava um único exame terminal em cada disciplina” (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

No que diz respeito ao Decreto nº. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário e deu outras providências, como a definição dos locais onde seria oferecido, Colégio Pedro II e em outros estabelecimentos que já estavam sob o regime de inspeção oficial (Art. 1º), a sua divisão em dois cursos seriados, fundamental e complementar (Art. 2º) e a definição das disciplinas para cada um dos cursos no Art. 3º e no Art. 4º, respectivamente (BRASIL, 1932).

A redefinição do papel estatal no ensino básico e secundário já nos primeiros dias do governo provisório de Getúlio Vargas e seu ministro da educação, Francisco Campos, deixa entrever que, em relação à educação básica, de acordo com Rocha (2000, p. 33), não será objeto de política pública do governo central até, pelo menos, o ano de 1937, prevalecendo oficialmente, nesse contexto, um certo respeito à tradição republicana de não interferência do governo federal nos papéis dos estados e dos municípios no trato do ensino elementar, não obstante a realização de algumas políticas para a área.

Sobre o ensino secundário, entretanto, Rocha (2000, p. 34) esclarece que devido a um paradigma tradicional em termos de políticas educacionais, essa área permaneceu sob competência exclusiva do governo central resultando em reformas significativas sob a administração do primeiro titular do Ministério de Educação, Francisco Campos, com destaque para aquela que em 1931, através do Decreto nº. 19.890, não trouxe apenas disposições sobre a organiza-

ção de seu ensino, mas quebra definitivamente o monopólio estatal no tocante ao acesso ao ensino superior, apontando ainda que:

A reforma do ensino secundário de 1931, a rigor, não se constitui numa inteira novidade. Ela sintetizou e levou às últimas conseqüências uma normatividade que vinha se estabelecendo ao longo da República. Ainda assim, ela foi extremamente significativa, pois liberou em definitivo o ensino secundário para o setor privado, possibilitando o seu autocrescimento e inibindo uma política de investimento público (ROCHA, 2000, p. 34).

As críticas mais contundentes em torno das medidas trazidas pelo Decreto nº. 19.890/1931 apontam que elas buscavam a formação de estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, cuja organização nada mais era do que uma resposta à necessidade de se estar em sintonia com a sociedade capitalista e disciplinar que se consolidava no Brasil nos anos de 1930. Francisco Campos foi salutar, nesse contexto, para a implementação da reforma, pois “[...] foi, sempre, um ideólogo, no sentido de que toda a sua atuação política se fazia a partir de determinadas idéias e concepções que lhe pareciam mais apropriadas para a época e para o jogo político no qual se envolvia” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 61).

Essa constatação de Francisco Campos como ideólogo já não é novidade para os pesquisadores que analisam sua influência junto à máquina estatal da “Era Vargas”, não obstante a exígua sistematização de sua obra, torna-se importante ressaltar que:

No entanto, isto não deveria representar empecilho, considerando a importância do personagem em questão nos quadros do regime de força que se instaurou em novembro de 1937. Basta lembrar que no âmbito das duas grandes guinadas conservadoras da história republicana, Francisco Campos desempenhou papel de destaque. Além de ser praticamente o autor único da Constituição de 1937, esteve envolvido na redação dos Atos Institucionais números 1 e 2 – consolidando o golpe de 1964 –, além de tecer importantes sugestões para a Constituição de 1967 (SANTOS, 2007, p. 32).

Carone (1976) chama a atenção para a questão do autoritarismo como uma das marcas distintivas do primeiro Ministro do Educação da “Era Vargas”, Francisco Campos, lembrando algumas de suas frases célebres como “governar é prender” e “o povo não precisa de governo, precisa de curatela”, tidas como aspectos mais destacados de seu percurso intelectual e de sua vida pública, certamente autoriza sua inclusão no grupo de pessoas e personalidades as quais comungam com o que se convencionou chamar de “pensamento autoritário”.

Temos claro que os ciclos de reformas educacionais durante a “Era Vargas” têm caráter centralizador e são efetivados por meio de decretos unificadores que, dentre outros pontos, reduziram a autonomia dos estados. Dito de outro modo, o que transparece claramente é:

À descentralização representada pelo protagonismo das reformas de ensino estaduais que marcaram a década de 1920 seguiu-se um processo de centralização com as reformas de âmbito nacional encabeçadas por Francisco Campos, em 1931, com o ciclo das reformas Capanema entre 1942 e 1946 [...] (SAVIANI, 2008, s./p).

A política do governo federal entre anos de 1930 e 1945 “[...] constituiu-se em um referencial normativo para o setor da educação secundária no país [...]” (ROCHA, 1990, p. 23-24) e, na gestão de Francisco Campos, as principais mudanças foram: implementação definitiva do sistema seriado, abdicação pelo Estado do monopólio do acesso ao ensino superior, estendendo a política de equiparação de escolas, criação de um sistema federal de regulação, fiscalização e orientação pedagógicas das escolas equiparadas, devendo-se ter claro em relação ao ensino secundário que:

O ensino secundário vinha sendo usado como o responsável pela formação do homem e foi entendido desta forma pelo Estado Novo, mas, a formação humanista só poderia ser oferecida a uma pequena parcela da sociedade, pois a democratização do ensino significava, para o grupo que pensou a educação deste período, criar escolas para todos os segmentos da sociedade e não, criar vagas para todos em um único modelo de escola (BARROS, 2012, p. 127).

O ensino secundário continuou voltado para a formação básica da elite durante todo o período de 1930 a 1945 e, no tocante à ideia de realização de uma democratização do ensino, significava simplesmente uma distribuição da educação e do ensino em consonância com a posição social ocupada pelo indivíduo que pudesse arcar com os custos dessa modalidade educacional, inclusive já em expansão em instituições particulares. Assim, o ensino secundário público do período se constitui basicamente como escola para ricos, sendo também estendida para a gestão do titular da pasta do Ministério da Educação a partir de 1934, Gustavo Capanema.

1.5 Educação e ensino na gestão de Gustavo Capanema

A nomeação de Gustavo Capanema¹³ para a pasta do Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública se dá, de acordo com Horta (2010), em 26 de julho de 1934, logo após a posse de Getúlio Dornelles Vargas na presidência do país, agora na vigência de um governo constitucional e não mais sob a égide de um governo provisório, cuja duração será até o ano de 1937, ano da instauração do Estado Novo, tendo como seu chefe de gabinete durante quase todo esse período o amigo Carlos Drummond de Andrade, cuja exoneração se dará em 13 de março de 1945.

A ascensão de Gustavo Capanema à pasta do Ministério e sua permanência por 11 (onze) anos como “homem de estado” se deve, segundo Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), ao apoio das organizações católicas, sendo então resultado da vontade de clérigos e leigos, em nome de um projeto de restauração do poder da Igreja agiram para sua nomeação e permanência, inclusive após a instauração do Estado Novo, devendo-se ter claro ainda que:

¹³ Pesquisas nas áreas da cultura e da educação brasileira com foco nas primeiras décadas do século XX não podem deixar de mencionar o terceiro nome do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública entre os anos de 1934 e 1945, Gustavo Capanema Filho, nascido “[...] em Pitangui (MG) no dia 10 de agosto de 1900. Filho de Gustavo Xavier da Silva Capanema e de Marcelina Júlia de Freitas Capanema, iniciou seus estudos em Pitangui, transferindo-se em seguida para Belo Horizonte, tendo estudado nos colégios Azeredo e Arnaldo e no Ginásio Mineiro. Sua passagem pelo colégio Arnaldo foi interrompida de forma brusca, em novembro de 1916 [...]. Gustavo Capanema bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em dezembro de 1924. No ano seguinte retornou a Pitangui, onde lecionou na escola normal e advogou até 1929. Ingressou ao mesmo tempo na vida política, elegendo-se, em 1927, vereador da Câmara Municipal de Pitangui. Mas Capanema tinha ambições políticas mais altas [...]. Em setembro de 1929 Capanema retornou a Belo Horizonte, para ocupar o cargo de oficial de gabinete, a convite de Olegário Maciel. Em novembro do mesmo ano assumiu a Secretaria do Interior e Justiça no governo Olegário Maciel, em substituição a Cristiano Machado. Em dezembro de 1930, Capanema travou os primeiros entendimentos com Francisco Campos, em torno da criação da Legião de Outubro. Campos, ministro da Educação e Saúde do governo provisório de Vargas, foi [...] o “mentor político e intelectual de Capanema nesse período”. Em fevereiro de 1931, Capanema participou do lançamento do manifesto de fundação, em Minas Gerais, da Legião de Outubro [...]. Olegário Maciel faleceu no dia 5 de setembro de 1933. Com sua morte, Capanema assumiu interinamente o cargo de interventor federal em Minas, esperando ser efetivado no cargo. Tendo a escolha de Vargas recaído sobre Benedito Valadares, Capanema, exonerado em 12 de dezembro de 1933, transmite-lhe o cargo e retorna a Pitangui, aguardando o desenrolar dos acontecimentos. Em janeiro de 1934, Getúlio Vargas oferece-lhe o cargo de representante mineiro no Departamento Nacional do Café. Capanema recusa a oferta, comunicando sua decisão a Vargas em carta de 26 de janeiro de 1934 [...]. Em 26 de julho de 1934, logo após a posse de Vargas na Presidência da República, Capanema será efetivamente nomeado para a pasta da Educação e Saúde Pública, cargo que ocupará até a queda de Vargas, em 30 de outubro de 1945. Em 2 de dezembro de 1945 Capanema elegeu-se deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PSD. Foi membro da Comissão Constitucional, encarregada de redigir o anteprojeto da nova Carta. Durante os trabalhos constituintes, Capanema participou ativamente dos debates relativos ao capítulo sobre educação, tendo apresentado substitutivo que veio a constituir a base do texto [...]. Em 31 de março de 1964, Capanema apoiou o golpe militar que depôs o presidente João Goulart. Em 1966, após a extinção dos partidos políticos, ingressou na Arena, partido de apoio ao governo militar, tornando-se membro de sua Comissão Executiva Nacional [...]. Em novembro de 1970, Capanema elegeu-se senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Durante sua permanência no Senado, foi presidente da Comissão de Educação e Cultura, de 1971 a 1973. Em janeiro de 1979, ao término de seu mandato no Senado, encerrou sua carreira política, fixando residência no Rio de Janeiro. Em 1980, candidatou-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, tendo sido derrotado pela escritora Dináh Silveira de Queirós. Gustavo Capanema era casado com Maria de Alencastro Massot, filha do coronel Afonso Emílio Massot, comandante da Brigada Militar do Rio Grande por mais de vinte anos. Teve dois filhos. Faleceu em 14 de março de 1985 (HORTA, 2010, p. 13-19).

[...] o intelectual Gustavo Capanema construiu uma teia de relações com os mais diversos grupos de intelectuais do período, nas quais eram demarcadas pela pluralidade ideológica de seus componentes e pelo caráter da “pessoalidade” na elaboração das mesmas. Capanema demonstrava uma postura política que combinava de forma hábil e sutil, negociação e independência política no trato de assuntos públicos e nas suas relações com os mais heterogêneos grupos de intelectuais, destacando a *intelligentsia* nacional (SILVA, 2010, p. 12).

Com a instituição do Plano Nacional de Educação em 1936, Gustavo Capanema buscou a implementação de um modelo unificado de educação em todo o país. Entretanto, as questões relacionadas com o comunismo e com as negociações tratando da imposição do Estado Novo ocuparam as pautas do governo central¹⁴, tendo inclusive de adequar seus discursos e pronunciamentos para, desse modo, refletirem os objetivos estadonovistas.

¹⁴ Acerca dessas pautas do governo central que levaram ao Estado Novo após os poucos praticamente três anos de experimentação democrática trazido pela Constituição de 1934, consideramos importantes os esclarecimentos de que Getúlio Vargas, às vésperas das eleições que deveriam escolher o presidente do país “[...] empurrou o Brasil para mais oito anos de ditadura e quase não enfrentou reações. Para que isso acontecesse, foi indispensável muito cálculo político, uma boa dose de sangue-frio e uma notável capacidade, de, com frequência, recuar um passo para avançar dois. Ele manobrou os parlamentares e enquadrou presidentes estaduais – em especial, Flores da Cunha, presidente do Rio Grande do Sul, seu ex-aliado, a essas alturas no exílio. Vargas Também controlou milimetricamente a competição política entre seus possíveis sucessores, cuidou de não desperdiçar forças e apostou na fragilidade das práticas democráticas do país. Um plano bem urdido pegaria todos de uma vez, mas seu sucesso dependia do acerto na dosagem de alguns ingredientes – um deles, a aliança com o Exército. Uma dupla de generais foi decisiva: o chefe do Estado-Maior, Góes Monteiro, e Eurico Gaspar Dutra, próximos aos integralistas e nomeado ministro da Guerra, em 1936. Os generais queriam um exército moderado, com armas e indústria; em troca dariam a Getúlio apoio militar para o golpe e sustentariam a ditadura. O Outro ingrediente era convencer a opinião pública de que, com os levantes de 1935, o país estava bordejando a catástrofe. ‘O comunismo’, informou Vargas à nação, pelo rádio, à meia-noite de 31 de dezembro, ‘constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã’. A combinação entre censura, repressão e propaganda produziu uma tempestade ideológica que demonizou a atuação dos comunistas, infundiu terror no coração da população católica e das classes médias e altas, e consolidou um imaginário anticomunista que acompanharia a história política do país pelos cinquenta anos seguintes. Os levantes de 1935 converteram-se, pelo discurso oficial, na Intentona Comunista – ‘intentona’ significa ‘intento louco ou insensato’ –, e uma carga injuriosa de crimes foi imputada aos rebeldes: os oficiais comunistas seriam acusados de ter assassinado friamente os próprios companheiros legalistas no 3º Regimento de Infantaria enquanto eles dormiam; o levante em Natal teria sido acompanhado por saques, depredações, invasões e estupros. Para justificar o combate ao seu maior inimigo, Vargas forjou acusações e rodo. No dia 30 de setembro de 1937, o país foi sacudido pela denúncia, publicada pela imprensa, da existência de preparativos para um novo levante orientado por Moscou. O Exército havia capturado um minucioso programa secreto de tomada do poder – o Plano Cohen –, repleto de instruções atemorizantes: incêndio de prédios públicos, saques, fuzilamentos sumários de civis. O documento tinha nome judaico e era falso. Foi escrito pelo então coronel Olympio Mourão Filho, organizador da milícia paramilitar da AIB, responsável pelo serviço secreto integralista e lotado no setor de inteligência do Estado-Maior do Exército. O general Góes Monteiro recebeu a papelada produzida por Mourão, tratou-a como autêntica e encaminhou a Vargas. Ato contínuo, o documento foi tornado público. Cópias começaram a circular nos quartéis, os jornais reacenderam os debates contra o perigo comunista, programas de rádio trovejavam o tema do anticomunismo, e a população ficou alvoroçada. Em torno de dois meses depois, satisfeito com o resultado, Vargas avaliou que o sinal estava verde: no dia 10 de novembro, cercou o Congresso e mandou seus membros para casa, jogou a Política Militar na rua, impôs uma Constituição ao país e batizou o golpe de Estado. Mal foi disparado um tiro. Começavam os longos anos de ditadura do Estado Novo” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 373-374).

Durante os 11 (onze) anos em que esteve à frente da pasta, Montalvão (2010, p. 5) aponta que Gustavo Capanema teve como realizações mais destacadas as iniciativas do Inquérito sobre a Educação Nacional (1936), o Plano Nacional de Educação (1937) e a Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942), sendo que:

Esta última foi apresentada como o corolário da modernização desse segmento do ensino, iniciada com a reforma de Francisco Campos (1931-1932), que encerrou definitivamente a era dos exames parcelados e universalizou o sistema seriado de frequência obrigatória em dois ciclos: fundamental (de cinco anos) e complementar (de dois anos) (MONTALVÃO, 2010, p. 5-6).

Desde os primeiros dias do governo provisório, a educação era entendida como um dos pontos essenciais a serem trabalhados com o objetivo de formar um “novo homem” para atuar em uma “nova” sociedade que se pretendia construir, vista também como um dos aspectos importantes para o desenvolvimento do país, cabendo-lhe então a tarefa de desenvolver o patriotismo de uma forma constante e ordenada, vinculando os valores da administração getulista às propostas reformistas no âmbito educacional com foco na constituição da nacionalidade, o que exigia a constituição de uma nacionalidade, ou seja:

A constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda a ação pedagógica do ministério, em seu sentido mais amplo. É possível distinguir pelo menos três aspectos neste esforço de nacionalização. Primeiro, haveria que dar um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas e por outros instrumentos formativos [...]. Não faltava a esta noção de brasilidade, transmitida nas publicações oficiais e nos cursos de educação moral e cívica, a ênfase no catolicismo do brasileiro, em detrimento de outras formas menos legítimas de religiosidade. Finalmente, a nacionalidade deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território nacional. O segundo aspecto era, precisamente, a padronização. A existência de uma “universidade padrão”, de escolas-modelos secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isto correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo napoleônico, que permitiria ao ministro, de seu escritório no Rio de Janeiro, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado. O terceiro aspecto, finalmente, era o da erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformaria em uma questão de segurança nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000, p. 157-158).

O projeto nacionalista do governo getulista contou também com a preocupação e empenho do Ministério da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, que reforçou a ênfase na ideia de perigo em relação à presença estrangeira por meio das colônias existentes em diversas re-

giões do país. Horta (2010) explica a partir dessa perspectiva, o ministério empreendeu ações buscando a desapropriação de escolas estrangeiras recorrendo, inclusive, às nomeações de diretores brasileiros e a destituição de professores estrangeiros, substituindo-os pelos nacionais.

O governo getulista implementou, nesse contexto, uma política de repressão que, de acordo com Souza (2014, p. 7) foi direcionada especialmente para alemães e japoneses, fazendo a pressão em nome da nacionalidade assumir tons de violência institucionalizada, inclusive com a legislação restringindo a expansão cultural estrangeira no país. Dentre as explicações para essas pressões, continua a autora, estavam os interesses de preservação da identidade brasileira ou da brasilidade, um dos objetivos mais precípuos do projeto estadonovista.

O projeto da nacionalização teve como um dos seus sustentáculos a “igreja católica”, conforme já apontado, foi uma aliada da administração de Gustavo Capanema.

Em 1934, quando Capanema chega ao Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas, de origem castilhistas e positivista, e a Igreja. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas”, na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja, que trabalharia em consulta constante com Alceu Amoroso Lima (SCHWARTZMAN, 1985, p. 265-266).

No que diz respeito aos níveis de ensino, a administração de Gustavo Capanema foca suas realizações mais destacadas nos níveis de ensino secundário e superior, com as outras modalidades de ensino recebendo pouco empenho governamental que garantissem seu desenvolvimento e transformação, embora seja esclarecedora a ressalva de que:

[...] o sistema educacional proposto pelo ministro correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para a elite urbana, e outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, “realidade moral, política e econômica” a ser constituída (SOUZA, 2014, p. 8).

A aliança entre Igreja e Estado leva, por sua vez, à valorização do ensino de viés humanista, notadamente no nível secundário, o que afeta negativamente a formação científica e técnica. Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 61-63) um dos objetivos principais desse modelo era a capacitação e formação das elites pela entrega de um ensino clássico e humanista que se constituiu, desse modo, em uma forma do governo getulista sujeitar a maioria da população ao ensino primário e/ou profissionalizante (ensinos agrícola, comercial e industrial). Já o ensino superior, enfatizam os autores, ficará restrito aos alunos dos cursos secundários tradicionais, o que provoca significativa desvalorização da educação profissionalizante e técnica.

Essas prioridades de Gustavo Capanema enquanto “homem de estado” à frente do Ministério são percebidas, inclusive, na reforma empreendida no ensino superior, de acordo com Almeida (1989, p. 73) tinha como objetivo a preparação das elites em detrimento da alfabetização das massas. Um dos pontos centrais do projeto governamental, segundo a autora, estava na Universidade do Brasil e sua função de ser o padrão nacional para esse nível de ensino, o que oportunizaria o controle de sua qualidade em todo o país, sendo criadas a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade Nacional de Filosofia. Mesmo assim, continua a autora, o projeto fracassou em razão de diversos problemas.

1.6 O Ensino secundário goiano nos anos de 1930 a 1945

Com as ações protagonizadas pelo movimento armado conhecido como Aliança Liberal em 1930, Fausto (1994) explica que vários grupos oligárquicos locais e regionais já estabelecidos foram apeados de seus respectivos poderes e influência, dando lugar a outros grupos rivais, sendo essa a realidade no Estado de Goiás, tendo Antônio de Ramos Caiado e Pedro Ludovico Teixeira como os dois maiores rivais da história política local.

Oliveira (2020, p. 534) esclarece que Antônio de Ramos Caiado liderou o Partido Democrata e comandou a política goiana na década de 1920, sendo desbancado por Pedro Ludovico Teixeira¹⁵ em 1930, pois foi o principal beneficiário do “golpe” getulista, dirigindo então

¹⁵ Os dados biográficos de Pedro Ludovico Teixeira que encontramos apontam que ele “[...] nasceu em 23 de outubro de 1891, na cidade de Goiás, onde cursou o primário e o ginásial. Segundo suas *Memórias*, orgulhoso de sua formação ginásial, destacando-se, principalmente, em francês e matemática, foi para o Rio de Janeiro estudar medicina. Matriculou-se, então, na Faculdade de Medicina da Praia de Santa Luzia em 1910 [...]. Ao concluir seus estudos no Rio de Janeiro, em 1916, retornou a Goiás [...]. Após alguns meses, mudou-se para Bela Vista [...]. Muda-se, então, para Rio Verde, motivado pelo progresso que despontava na região Sudoeste do Estado [...]. Pedro Ludovico casa-se em 1918 com Gercina Borges, filha do senador Antônio Martins Borges, indo residir em Jataí por seis meses. Em 1919, retorna a Rio Verde [...]. Segundo as memórias de Ludovico, várias

os rumos políticos de Goiás até o final da primeira metade da década de 1960, quando do “golpe” de 1964.

Brigas e tensões políticas são algumas das marcas de Goiás desde a Proclamação da República em 1889 que, segundo Dias, Miziara e Lameirão (2021, p. 2) era um estado isolado geograficamente até o início da década de 1930 por conta de sua localização distante do litoral e pela falta de estradas e outros meios de transporte com capacidade de interligá-lo com o restante do país, com seu desenvolvimento acontecendo, dessa forma, de forma mais autônoma ou periférica.

No início dos anos 1930, entretanto, Rodrigues (2015, p. 8) aponta que Goiás passa a ser alvo de mudanças por conta dos acontecimentos na esfera federal com o “golpe” de Getúlio Vargas e seus aliados, sendo que:

[...] Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor federal por Vargas, em novembro de 1930, em uma disputa que contava com fortes nomes para o cargo, como os de Mário Caiado e Domingos Neto Velasco. O nome de Pedro Ludovico ficou na ordem do dia, devido a sua combatividade à ordem anterior e às afinidades que seu concunhado, o médico mineiro Diógenes Magalhães, mantinha com o presidente Vargas (RODRIGUES, 2015, p. 8).

Os primeiros anos da década de 1930 foram palco, segundo Barros (2012), das tentativas do governo provisório de se firmar em um contexto de inúmeras incertezas políticas. Em Goiás o discurso do interventor Pedro Ludovico Teixeira ia de encontro com o do chefe do executivo nacional, estando empenhado em renovações sociais, o que implicava em direcionar o estado goiano para o desenvolvimento e o progresso, como revelado em relatório enviado ao

vezes foi preso por policiais militares “a mando” de líderes da oposição, como o Senador Antônio Ramos Caiado, sem, contudo, ser maltratado. Atribui esse fato ao respeito e ao prestígio que gozava por sua condição de médico. O autor fala, também, de sua participação ativa na luta armada na “Revolução de Trinta” em Minas Gerais e em Goiás [...]. Após ser preso, em Rio Verde, e libertado alguns dias depois, dirigiu-se à cidade de Goiás, Capital do Estado e, no percurso, de acordo com suas memórias, foi informado da vitória da revolução em Minas Gerais. Chegando à Cidade de Goiás, juntamente com alguns amigos, invadiu e tomou o Palácio do Governo de Goiás antes da chegada da Coluna Mineira sob o comando de Carlos Chagas Pinheiro e Quintino Vargas. Consolidou-se, assim, a vitória dos revolucionários [...]. Em 29 de outubro de 1930, foi formada uma Junta Governativa para representar o poder no Estado de Goiás. A Junta durou apenas três semanas e Pedro Ludovico Teixeira assumiu o controle do Estado, como Interventor Federal, até 1945, provavelmente, devido às suas ligações com os Mineiros por intermédio do Dr. Carlos Pinheiro Chagas [...]. Em 1951, interrompe seu mandato de Senador para se candidatar ao cargo de Governador do Estado de Goiás [...] foi eleito e assumiu, por apenas três anos e meio, o Governo do Estado de Goiás. Afastou-se do governo para se candidatar ao Senado pela segunda vez, sendo eleito em 3 de outubro de 1954 [...]. Seu segundo mandato deveria terminar em 1963. No entanto, em 1962, Ludovico se candidata, pela terceira vez, ao Senado Federal alcançando um mandato de 8 anos. Exerceu seu mandato de Senador Federal até 1969, quando teve seu mandato suspenso e seus direitos políticos cassados por 10 anos pela Junta Militar [...]. A partir de 1969, as informações sobre Pedro Ludovico Teixeira vão desaparecendo. Esse período da vida de Ludovico é considerado, segundo seu neto Luís, como uma fase obscura (FERNANDES, 2003, p. 23-27).

chefe do governo central em 1933 explicando as razões para a mudança da capital do Estado de Goiás.

Chaul (2001, p. 155) enfatiza que tanto Pedro Ludovico Teixeira, em concordância com Getúlio Vargas, assumiu o discurso da modernização e do progresso, o que fez com que promovesse mudanças já como interventor em Goiás, com a mudança da capital para Goiânia (1937), por exemplo, representando o crescimento da região em diversos aspectos (econômicos, sociais e educacionais), principalmente, ao integrar os municípios a outros estados, favorecendo a migração, devendo-se ter claro também que:

A construção material e simbólica da nova cidade-capital de Goiás – logo, também de suas escolas - foi tratada como estratégia de reação dos goianos perante a representação de Goiás como sertão. Goiânia simbolizou, naquele momento, a resposta regional frente um passado invisível aos olhos da nação. E, possibilitado pela materialidade da nova cidade-capital, à reação se somou o desejo de construir um futuro no qual Goiás se tornaria uma região reconhecida e respeitada por suas contribuições para a grandeza da nação (PINTO, 2009, p. 12).

A mudança da capital do Estado de Goiás com a construção de Goiânia, de acordo com Diniz (2007, p. 27) visava o atendimento de dois objetivos principais: a efetivação do ideário mudancista pela vitória sobre a oligarquia caiadista e, ainda, investimentos na nova cidade destinada a ser a capital, significando modernização dos poderes políticos e das relações de trabalho. Para Pedro Ludovico Teixeira, enfatiza a autora, a ruptura com o passado de atraso que devia acontecer com sua assunção ao governo do estado goiano, com o “velho”, com os vícios políticos só se efetivaria com a construção da nova capital, inclusive, foi reputado como sendo um anseio popular.

Em consonância com os ideais de modernização do governo federal e atendendo aos interesses ruralistas, o governo de Goiás buscou a fixação do homem do campo, posto que:

Na junção entre discurso renovador, ações realizadoras, práticas centralizadoras e teorias democratizantes, configurou-se a educação goiana. Entretanto, é essencial apontar que em Goiás, após a revolução de 1930 e nos períodos subsequentes, implementada pelo Estado Novo, a educação atendeu a princípios políticos diversos, ainda que defendida por discursos ancorados em propósitos escolanovistas (MARTINS; TIBALLE, 2017, p. 33).

O discurso de universalização do ensino, com ampliação de vagas e construção de prédios escolares, assim como demais investimentos para a criação e funcionamento das esco-

las públicas visavam o ensino primário, basicamente, pois em 1930 a situação educacional no estado de Goiás estava distante dos interesses modernizantes desejáveis, isto é:

Entre as pretensões do governante e a prática, o retrato apresentado em Goiás era desalentador. A tão desejada obrigatoriedade de ensino pouco alterou a situação de precariedade das escolas. Só para se ter uma ideia do ‘drama’ no estado que se dividia entre o uso de novas práticas educativas, inspiração da Escola Nova, e a realidade. O índice do analfabetismo atingia 86,3% da população. Havia no estado vinte grupos escolares, um único jardim de infância, e mais 161 escolas comuns ou isoladas, além das escolas rurais mantidas por fazendeiros (ALVES, 2012, p. 10-11).

Esse cenário de 1930 da educação goiana, em que o estado “[...] contava apenas com um jardim de infância e o ensino primário era restritamente difundido pelo interior do estado, só funcionando em todas as modalidades na capital” (NEPOMUCENO, 1994, p. 55), ou seja, não possuía uma infraestrutura, exigia providências mínimas para o cumprimento dos objetivos de crescimento estabelecidos pelo governo federal. A expansão do ensino na região voltou-se, nesse sentido, para o ensino primário e para a preparação dos educadores com a formação de normalistas.

Apresentamos no Quadro 3 as instituições do ensino secundário existentes no estado por ano de criação, município em que foi instalada e caracterização como confessional, cooperativa, particular ou pública.

Quadro 3: Instituições de ensino secundário em Goiás até 1945.

Nome	Ano de criação	Município	Característica
Lyceu de Goiás	1846	Cidade de Goiás, inicialmente.	Pública
Ginásio Anchieta	1926	Bonfim que, em 1946, passou a se chamar Silvânia	Particular / confessional
Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	1932	Bonfim que, em 1946, passou a se chamar Silvânia	Particular / confessional
Ginásio Municipal de Ipameri	1933	Ipameri	Particular/cooperativa
Ginásio Senador Hermenegildo	1936	Morrinhos	Pública
Sucursal do Liceu de Goiás	1938	Instituída na Cidade de Goiás, quando o Liceu foi transferido para a capital.	Pública
Ginásio Municipal de Catalão	-	Catalão	Pública
Ateneu Dom Bosco	1942	Goiânia	Particular/Confessional
Curso de Madureza Americano do Brasil	-	Goiânia	Particular

Ginásio Municipal de Anápolis	1948	Anápolis	Público
-------------------------------	------	----------	---------

Fonte: Adaptado de Nepomuceno (1994, p. 78-79).

Como podemos observar no Quadro 3, havia até 1945 uma dezena de instituições voltadas para o ensino secundário em Goiás. Além disso, percebemos também a concentração do ensino na região Sudeste do estado, uma evidência de que “[...] não houve uma instituição de Ensino Secundário público na região norte do estado de Goiás (atual Tocantins), naquele período histórico” (DOURADO, 2010, p. 186), uma indicação clara da pouca preocupação do governo estadual, em consonância com o executivo nacional, de não enfrentar as questões das desigualdades regionais.

1.7 Considerações parciais

As discussões que empreendemos neste capítulo deixam claro que, com o início da “Era Vargas” nos anos 1930, a educação e o ensino no país receberam também um tratamento de forte centralização e controle por parte do governo central, criando-se inclusive um ministério específico para a área, o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, uma indicação da existência de um maior comprometimento do governo getulista com as pautas da educação, com foco maior no ensino secundário, cujos pontos fundamentais na Reforma Francisco foram:

[...] 1 implementação definitiva do sistema seriado; 2 abdicação pelo Estado (União) do monopólio do acesso ao 3º grau, estendendo a política da equiparação das escolas; 3 criação de um sistema federal de regulamentação, fiscalização e orientação pedagógica das escolas equiparadas (ROCHA, 2000, p. 35).

O ensino secundário em terras goianas teve seu início no ano de 1846 com a criação do Lyceu de Goiás, sediado na capital da província que, de acordo com Nepomuceno (1994, p. 78), se tratou da única instituição de ensino secundário até o ano de 1929, sendo o Ginásio Anchieta na cidade Bonfim, hoje Silvânia, e o Ginásio Municipal de Ipameri, as outras instituições que começaram a funcionar logo depois, entre os anos de 1930 e 1933 respectivamente. As décadas de 1940 e 1950 são palco, em seguida, do aumento significativo dessas instituições, fruto das iniciativas particular e públicas.

Em Ipameri, a criação do Gymnasio Municipal de Ipamery, embora dê a entender que se trata de uma instituição pública por conta do termo “municipal”, foi subsidiada pela inicia-

tiva particular, e acreditamos que o uso do termo pode ser creditado à ideia de que a instituição estava sediada no município de Ipameri, e não porque era um estabelecimento criado e mantido pelo poder público local, assunto o qual desenvolveremos com mais profundidade no próximo capítulo, discutindo-se ainda as relações entre o poder público (municipal e estadual) e, a iniciativa particular na sua criação.

CAPÍTULO 2 - IPAMERI: necessidade do ensino secundário

2.1 Considerações iniciais

O escopo do capítulo é discutir sobre como se deu o reconhecimento da necessidade da criação de uma instituição de ensino secundário em Ipameri-GO nos anos 1930, ocorrendo a partir de uma discussão dividida em três tópicos. No primeiro, apresentamos sucintamente o desenvolvimento socioeconômico da cidade nos anos anteriores à criação do Gymnasio por acreditarmos que a partir daí surgiu a demanda pelo ensino secundário nesse município.

Sob essa perspectiva, consideramos alguns marcos que corroboraram com o processo de desenvolvimento da cidade, pois apresentou no período da criação da instituição elementos modernos para o período, definidos ainda entre os anos de 1910 e 1920 e fizeram com que se tornasse atrativa para imigrantes vindos de outros estados e países. Entre esses imigrantes, está o professor Eduardo Mancini¹⁶ que participou, inclusive, da criação do Gymnasio.

Na segunda parte discutimos a educação ipamerina no início dos anos 1930, procurando esclarecer se houve reivindicações aos poderes públicos relacionadas à oferta do ensino secundário e abordamos como parte da sociedade local tratou a questão, procurando apresentar evidências sobre a participação da iniciativa particular no processo da criação e administração do Gymnasio Municipal de Ipamery.

Por fim, na terceira parte, apresentaremos dados referentes à criação da instituição e como essa iniciativa ampliou o ensino oferecido na cidade.

2.2 Ipameri: adventos que contribuíram com seu desenvolvimento econômico e social

Ipameri está situada no sudeste goiano com área de 4.369 km², limitando-se com os municípios de “Orizona e Urutaí ao Norte e noroeste; Caldas Novas a Oeste; Corumbáiba e Nova Aurora a sudoeste; Goiandira ao Sul; Catalão a sudeste; Campo Alegre de Goiás a Leste e Minas Gerais, Cristalina e Luziânia a nordeste. Com população estimada em 2020 de 27.174 habitantes” (IBGE, 2020).

¹⁶ Eduardo Mancini, libanês formado pela Universidade Francesa de Beirute, depois naturalizado brasileiro, foi o inspirador e organizador do ginásio subsidiado inicialmente por particulares sob a forma de cooperativa. A equipe formada por ele foi recrutada em São Paulo entre professores de renome. Disponível em: <https://www.cemdaher.com.br/historia/escola> Acesso em 22/12/2021.

Ipameri foi chamada inicialmente de Distrito do Vai-Vem, porque “[...] a margem esquerda do ‘Vai-Vem’ afluente do ‘Veríssimo’ ergueram-se, desordenadamente, as primeiras moradias ao redor da “casa grande” da fazenda ‘Vai-Vem’, cujo topônimo decorre do aludido curso d’água” (VEIGA, 1968, p. 45). Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Entre Rios pela Resolução Provincial nº. 17, de 28 de julho de 1858, desmembrando-se de Catalão. Sua emancipação política se efetivou com a Lei nº. 446, de 12 de setembro de 1870¹⁷.

A cidade passou por lento desenvolvimento socioeconômico, não se diferenciando das cidades interioranas do período entre o final do século XIX e início do XX. Miranda (2008) registrou momentos que fizeram parte da história de Ipameri, destacando as primeiras edificações residenciais como construções simples e ruas improvisadas, funções administrativas insipientes e manifestações religiosas acontecendo nas residências.

Dentre as personalidades políticas que empreenderam ações contribuintes para o desenvolvimento socioeconômico de Ipameri, merece destaque o Major Aristides Rodrigues Lopes¹⁸, e seus esforços para trazer energia elétrica para a cidade, apresentado como “[...] um teimoso continuador da ingente tarefa de seu sogro, de fazer de Ipameri uma cidade. E para tanto, lutou sempre à outrance¹⁹” (VEIGA, 1968, p. 201), acrescentando-se ainda:

Em 1904 lá está o Major Aristides Rodrigues Lopes empenhado em montar u’a máquina de beneficiar arroz, partindo daí a primeira tentativa para o estabelecimento de uma indústria na terra. Esta máquina de beneficiar arroz, semente de outras que surgiriam mais tarde, funcionou durante longo tempo, sendo, depois, transformada na primeira usina elétrica de Ipameri (VEIGA, 1968, p. 201-203).

A instalação da usina hidroelétrica em 1913, impulsionou o desenvolvimento econômico do município e, a partir dessa iniciativa, outras foram gradativamente instaladas, como as usinas do Braço, Içá e do Vai-Vem, que “[...] deram a Ipameri, por um longo tempo, a fama de possuir a melhor luz do Estado [...]” (VEIGA, 1968, p. 203). A iniciativa do Major Aristides Rodrigues Lopes em criar uma usina hidroelétrica foi um marco para o período, citada como um evento importante, que contribuiu com o desenvolvimento socioeconômico local,

¹⁷ <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33494&view=detalhes>

¹⁸ Formação acadêmica Farmacêutico, mineiro, conseguiu licença para instalar uma botica em Ipameri no ano de 1890. Casou-se com a filha de Francisco Vaz Costa um dos pioneiros da terra do “Vai-Vem” (VEIGA, 1968, p. 201).

¹⁹ à outrance, “Até ao último extremo; com exagero; sem tréguas”. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/%C3%A0%20outrance> Acesso em 28/12/2021.

pois “[...] proporcionou tanto as condições indispensáveis à viabilidade técnica quanto ao florescimento de atividades industriais, com novos espaços para a expansão do comércio e de serviços” (MIRANDA, 2008, p. 135).

A chegada da energia elétrica mudou o cenário de Ipameri, o que acabou por tornar a cidade mais atrativa para imigrantes desejosos de iniciar e ampliar atividades comerciais, juntamente com a população local, promoveram mudanças na estrutura da cidade e, paulatinamente, operou mais transformações econômicas, estruturais e sociais.

O desenvolvimento socioeconômico de Ipameri foi associado, sobretudo, à chegada da energia elétrica e dos trilhos da estrada de ferro. A implantação e expansão da rede ferroviária no Brasil impactou positivamente as regiões por onde passava e, em Goiás e Ipameri, remete à modernidade impulsionadora do desenvolvimento e integração nacional e regional. Em terras goianas, “[...] a ferrovia chega no início do século XX como prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana, que, em 1896, atinge como ponto final a cidade de Araguari, localizada no Triângulo Mineiro” (BRANDÃO, 2005, p. 38), um dos primeiros sinais dos repetidos movimentos de interiorização que, continua a autora, promovem a dinamização das economias locais e regionais, tornando-se via de comunicação eficaz para o escoamento dos produtos da agricultura e pecuária, contribuindo então para a elevação dos índices de produção, bem como a integração das localidades mais isoladas a outras regiões do país, possibilitando a circulação de informação, pessoas e produtos, posto que:

O isolamento de Goiás – essa lonjura que parecia impedir o progresso, que tornava as notícias coisas passadas e que fazia a distância ser maior que o caminho – foi rompido com a estrada de ferro e a construção das rodovias. Os transportes formam um capítulo à parte no contexto da história de Goiás. Eram vistos como milagreiros da nova era, mensageiros de novos tempos, rompedores de barreiras atávicas, signos de uma nova constelação de progresso que aparecia no distante Goiás (CHAUL, 2001, p. 118).

A mudança do cenário goiano aconteceu com a chegada da estrada de ferro e das rodovias, “[...] estrada de ferro viria para unir os espaços distantes, levar as boas novas, trazer novos produtos e mercadorias, conduzir levas de migrantes, dinamizar o comércio, fazer circular mais capital” (CHAUL, 2001, p. 129).

Os trilhos da estrada de ferro chegaram a Ipameri em dezembro de 1913²⁰, fato que impulsionou o desenvolvimento local, vários imigrantes se sentiram atraídos por esse novo contexto da cidade, juntamente com a vizinha Catalão “[...] além de outros próximos à ferrovia, foram os que mais receberam imigrantes nacionais e estrangeiros nesse período” (BORGES, 1990, p. 105).

No mesmo sentido, “[...] a inauguração da estrada de ferro, no ano de 1913, o número de cidadãos árabes que aqui chegaram como comerciantes ambulantes teve um aumento considerável” (ALARCÃO, 2014, p. 40). O autor fala das habilidades desses imigrantes como comerciantes que, vendo na região oportunidades de trabalho, se fixaram na cidade dedicando-se à criação de indústrias de beneficiamento de grãos, fábricas e na fundação do Gymnasio.

Reconhecemos, de acordo com Costa (1999, p. 255-256), há fenômenos importantes que introduzem mudanças na estrutura social e econômica das cidades e países, e a rede ferroviária se trata de um deles, pois no caso de vários municípios goianos, com destaque para Ipameri, contribuiu com o desenvolvimento do mercado interno e proporcionou, indiretamente, a urbanização.

Em Ipameri, o processo de urbanização é percebido pela leitura de Carvalho (1958) ao enumerar 78 (setenta e oito) fatos importantes ocorridos entre os anos de 1913 a 1958 associados às realizações privadas e públicas em Ipameri, destacando a melhoria de ruas com sarjetas e meio fios (1920), construção de jardim e coreto na Praça da Liberdade (1923), abertura do trânsito e entrega da avenida Cel. Eugênio Jardim (1923), bem com a remodelação do jardim público da cidade (1942) (CARVALHO, 1958, p. 4-5).

O desenvolvimento socioeconômico de Ipameri associa-se, desse modo, à intensificação da chegada de imigrantes na cidade entre os anos 1910 e 1920, ambulantes que fixaram suas residências e vieram atraídos pelo potencial econômico da cidade naquele momento, dentre outras motivações, em associação clara com a chegada da energia elétrica e da ferrovia como impulsionadores desse contexto atrativo que Ipameri passou a apresentar, levando à demanda dos munícipes por melhorias na educação local, inclusive o ensino secundário, tema que desenvolveremos mais detalhadamente no tópico abaixo.

²⁰ “A 10 de dezembro de 1913 a população ipamerina inaugurou entusiasticamente e entre indescritível e justa alegria, flores, música, foguetes a estação ferroviária. A primeira locomotiva que veio a Ipameri tem o número 1, é apelidada a ‘Ritinha’ e foi guiada pelo maquinista espanhol José Neves [...]” (Rosa, p. 103).

2.3 O ensino em Ipameri: a necessidade da criação do ensino secundário

Tendo claro que, com a chegada dos trilhos em Goiás, tivemos o impulsionamento da modernização da economia estadual, marcadamente baseada na agropecuária, contribuindo concomitantemente com o progresso de diferentes cidades goianas que passaram, desse modo, por processos de transformações estruturais e sociais, como Ipameri sendo um dos casos representativos desse fenômeno.

As melhorias na infraestrutura da cidade de Ipameri são percebidas pelas incorporações de elementos considerados modernos e associados ao progresso. Carvalho (1958) menciona, nesse sentido, a instalação de um cinema em abril de 1915, “*Casa de diversões*”, sendo o primeiro filme exibido uma película italiana, *A dama de preto*. O autor alude também à fundação do jornal *O Porvir* em janeiro de 1917, bem como a instalação da primeira agência do Banco do Brasil, em 15 de junho de 1921.

A partir desse cenário reputado como de modernização, buscamos dados de como a sociedade ipamerina tratou de questões educacionais com os poderes públicos no final dos anos 1920 e início de 1930 e desvelarmos, em alguma medida, quais as relações dela com esses poderes na implantação e ampliação da oferta de ensino na cidade, priorizando o secundário. Encontramos no jornal *Ypameri*²¹ artigos relacionados ao ensino, entre eles, um com o título “*Instrucção! Instrukção!*”, em que se lê:

O Ypameri que vive e desenvolve a sua acção aureolado por esse ideal grandioso de ver o Brasil, Goyas e a antiga Vae-Vem que lhe deu o nome, tangidos pelas arrancadas da nova onda de progresso que bafeja a humanidade, no momento, dentro da maior vertinosidade que o dynamismo da vida actual o permite; ideal esse só concretizado quando os fulgores do a b e c iluminarem a negridão impenetrável dos oitenta por cento de conterrâneos ignorantes [...] (JORNAL YPAMERI, 1927, n. 73, 21/10/1927).

O alto índice de analfabetismo, característica da maior parte da população brasileira, prevalecia ainda nos anos 1920, sendo que “[...] ao mesmo tempo que se procurava comemorar o primeiro centenário da independência, pesava sobre a Nação uma quota de 80% de analfabetos [...]” (NAGLE, 1974, p. 112). Goiás e seus municípios, Ipameri inclusive, estiveram inseridos nesse contexto.

²¹ O jornal no período da reportagem, tinha como gerente proprietário o Sr. Francisco V. Lopes e, como Director o Sr. Joaquim Rosa.

No jornal *O Ensino*²², uma matéria com o título “*Ypameri, a cidade mais próspera do Sul de Goyaz*”, caracteriza a cidade como um lugar promissor e apresenta elementos que justificam essa caracterização, entre eles as indústrias, agência de banco, estabelecimento hospitalar, farmácias, máquinas de beneficiar arroz, o 6º Batalhão de Caçadores²³. A matéria reforça que com esses e outros elementos de desenvolvimento e progresso, mesmo o município sendo pequeno, conta com uma boa administração e oferece potencial para se desenvolver ainda mais, acrescentando:

Na parte referente a instrução, Ypameri deixa muito a desejar, apesar de possuir, desde 1921, um bom estabelecimento de ensino que é o Collegio “Olavo Bilac”, Operosa e proficientemente dirigido pelo seu fundador e proprietário, prof. José Lombardi; duas escolas públicas e municipais, sendo a do sexo masculino regida pela competente professora D. Belmira Azeredo e do sexo feminino, pela eximia e inteligente professora D. Julita Guimarães; e mais duas particulares, uma do prof. Eduardo Mancini e outra do professor José Boaventura (JORNAL O ENSINO, 1927, p. 32).

De acordo com a matéria do jornal transcrita acima, do ano de 1927, havia 5 (cinco) instituições de ensino, sendo 2 (duas) públicas e 3 (três) particulares, mas nenhuma que oferecesse, até esse momento, o ensino secundário. As menções à realidade da instrução em Ipameri encontradas nesse e em outros jornais locais do período evidenciam que a cidade ainda não possuía instituições de ensino suficientes para a população e em comparação às existentes, as privadas predominam em relação às públicas.

Levamos em conta, nesse pormenor, estudar em uma escola particular exige recursos econômico-financeiros que poucas famílias de uma dada localidade dispõem, tornando pertinente a reivindicação aos poderes públicos ipamerinos a criação de um grupo escolar para atender uma demanda, certamente, não atendida. Para uma cidade que apresentou significativo desenvolvimento econômico entre os anos de 1910 e 1930, pensar na instrução da população é pertinente porque, com o aumento populacional associado ao contexto promissor da cidade, cresceram as demandas, “[...] sociais em termos de moradia, de saúde, de escolas [...]” (MIRANDA, 2008, p. 133).

²² O ENSINO – mensário editado pela Tipografia Minerva, aliás, Ipamerina, órgão do Colégio Olavo Bilac dirigido por José Lombardi. Surgiu em 30 de julho de 1927, durou alguns números, tendo publicado um especial de grande valor histórico para a cidade. (ROSA, 2021, p. 112).

²³ Ipameri apresentou itens de desenvolvimento que motivou o alto comando do “Exército pela transferência do contingente militar do 6º Batalhão de Caçadores da capital, Cidade de Goiaz, para Ipameri, que já ostentava o título de “SALA DE VISITA DO ESTADO DE GOIÁS” (ALARCÃO, 2014, p. 128).

Verificamos que em relação a grupos escolares públicos de Goiás em 1928, o número de estabelecimentos é de 16. Nepomuceno (1994, p. 79) aponta que entre eles está um grupo escolar em Ipameri e que havia na rede escolar pública em Goiás entre 1930 e 1945 um total de 77 (setenta e sete) instituições, sendo 41 (quarenta e um) grupos escolares, 34 (trinta e quatro) escolas comuns e duas escolas de ensino complementar, com Ipameri aparecendo nesse “recenseamento” escolar, contando com um grupo escolar, superando esse número poucos anos depois com a criação de instituições em outras modalidades de ensino, ou seja:

Em 1933 é criado o Ginásio Municipal de Ipameri. Em 1936, é fundado o Educandário Nossa Senhora Aparecida que, em 1939, devido a suas ampliações, torna-se Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida. Em 1937 é fundada a Escola Técnica de Comércio; no decorrer dos anos muitas outras iriam surgir (QUINAN, 1999, p. 29).

Parte da sociedade ipamerina fez reivindicações relacionadas ao ensino na cidade e solicitou ao poder público estadual a criação de um grupo escolar, conforme matéria do jornal *O Ipameri*, de 24 de janeiro de 1932, cuja leitura dos dados disponibilizados mostram o governo estadual atendendo as reivindicações locais no ano de 1931 ao autorizar a criação de um grupo escolar com 4 (quatro) cadeiras, cuja instalação se daria assim que a prefeitura disponibilizasse o local adequado²⁴. A documentação consultada aponta que, infelizmente, o executivo municipal não cumpriu de imediato com as determinações e, apenas no ano seguinte, 1932, foram feitas as adaptações em um prédio e a instalação se concretizou.

Reputamos esse atraso também às questões burocráticas envolvidas na instalação e funcionamento de um novo estabelecimento de ensino, posto que:

Para criação de um grupo escolar exigia-se também um número mínimo de cento e quarenta crianças, com idade entre sete e 14 anos. Já para a criação de uma escola comum, o número exigido era de 40 crianças nessa mesma faixa etária, esclarecendo ainda que, quando se criava um grupo escolar, a escola comum era suprimida (NEPOMUCENO, 1994, p. 76).

²⁴A criação dos grupos escolares implicou a reunião das escolas isoladas. O grupo escolar representou uma ruptura um modelo de instrução desuniforme, em escolas sem vínculos pedagógicos e administrativos entre si. Daí serem isoladas. A maioria dessas escolas se destinava ao curso Primário e eram as únicas da cidade, fossem públicas ou particulares. Funcionava em casas domiciliares e prédios alugados, em um misto de residência familiar com escola. Esse modelo perdurou no país até o avançar dos anos 1920–30. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/mcecilia,+Journal+manager,+5232-17226-1-CE%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/mcecilia,+Journal+manager,+5232-17226-1-CE%20(3).pdf) Acesso dia 06/06/2022

Constatamos na documentação a qual tivemos acesso que em Ipameri as preocupações das autoridades municipais se concentravam na ampliação e melhorias do nível primário até a criação do Gymnasio Municipal de Ipameri. Esse foco no ensino primário pode ser explicado pelo fato de que “[...] ela não foi objeto de política pública da União pelo menos até 1937. Prevaleceu nesse período a tradição republicana de não interferência da União, relegando o ensino elementar aos Estados e municípios” (ROCHA, 2000, p. 33).

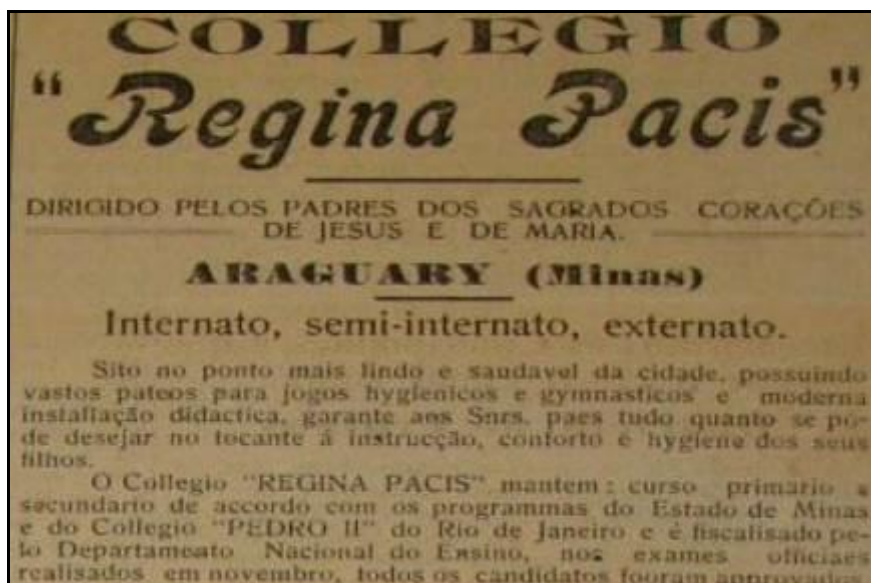
Como já explicitamos, Ipameri contava com escolas públicas e particulares que atendiam minimamente a demanda da educação básica dos munícipes. Em relação ao ensino secundário, a cidade não dispunha de nenhuma instituição que o oferecesse, isso até o ano de 1932, período em que não houve por parte da iniciativa privada ou pública interesse na sua criação, mesmo existindo demanda, posto que aqueles que precisavam cursá-lo eram enviados para outras localidades, , “[...] durante os anos de 1926 a 1932, os cidadãos árabes e brasileiros de Ipameri mandavam seus filhos para estudarem em São Paulo, no Colégio Sírio Libanês e em outros estabelecimentos de ensino” (ALARCÃO, 2014, p. 133).

Essa situação é rememorada e reforçada por Edésio Elias Daher²⁵ ao escrever que “[...] nosso tio Bechara Daher viajou para São Paulo, para rever seus filhos Miguel e Jorge, que estudavam no Ginásio Oriental, do Prof. Safady, onde também estudava seu sobrinho-neto Cecílio, meu irmão Abrahão e eu, seus sobrinhos afins” (REVISTA DO CLUBE MONTE LÍBANO DE GOIÁS, 1998, p. 10).

Encontramos em jornais locais propagandas de ginásios de outras localidades oferecendo o ensino secundário para população ipamerina nos anos de 1927, 1928 e 1932, pode ser visualizado na Figura 1, que destaca o anúncio de uma instituição de ensino na cidade mineira de Araguari.

Figura 1: Propaganda do Collegio Regina Pacis de Araguari-MG.

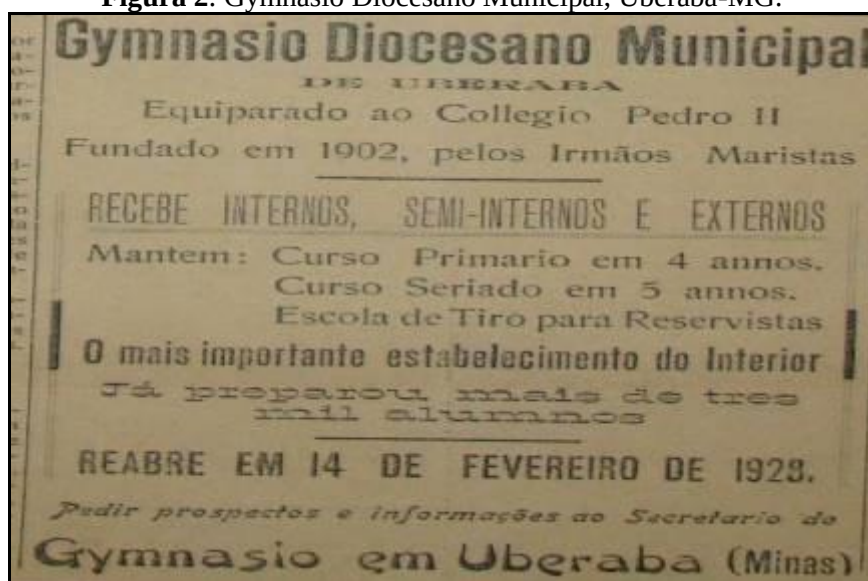
²⁵ Jornalista e poeta com publicação regular na Revista do Clube Monte Líbano de Goiás.



Fonte: Jornal Ypameri, 25 de dezembro de 1927.

Os anúncios traziam alguns esclarecimentos relacionados com o estabelecimento educacional, às famílias as quais desejavam que seus filhos cursassem esse nível de ensino, conforme visualização na Figura 2, propagandeavam seus méritos como o de estar de acordo com a fiscalização do Departamento Nacional de Ensino, faz referências ao sucesso que obtêm com a aprovação de seus alunos. Nos jornais consultados encontramos diversas propagandas desse *Colégio Regina Pacis* e de outros, como o da Figura 2.

Figura 2: Gymnasio Diocesano Municipal, Uberaba-MG.



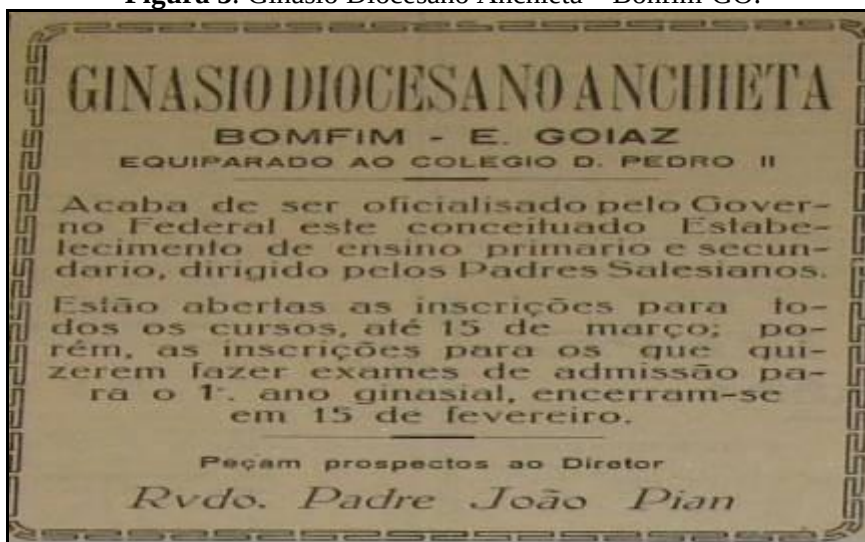
Fonte: Jornal Ypameri, 8 de janeiro de 1928, Anno II, nº. 83.

O estabelecimento educacional retratado no anúncio da Figura 2 se trata de uma instituição confessional, o Gymnasio Diocesano Municipal de Uberaba-MG, que já em 1928 ofe-

recia seus serviços de internato e semi-internato, buscando atrair alunos de outros municípios, como os de Ipameri. Os colégios que ofereciam internatos e semi-internatos no século XIX e na metade do XX se constituíram em uma alternativa que, segundo Conceição (2019, p. 117), as famílias com condições suficientes para mantê-los nesses estabelecimentos, encontraram para que seus filhos pudessem estudar, embora residissem em zonas rurais ou em localidades ainda desprovidas de unidades escolares com essa opção de nível de ensino.

Encontramos mais uma propaganda veiculada em um jornal ipamerino, *Jornal Ypameri*, no ano 1932, relacionada agora ao Ginásio Diocesano Anchieta de Bonfim, atualmente município de Silvânia, no Estado de Goiás, também indicando como diferencial o fato de estar equiparada ao Colégio de Pedro II, conforme visualização na Figura 3.

Figura 3: Ginasio Diocesano Anchieta – Bonfim-GO.



Fonte: Jornal Ypameri, 7 de fevereiro de 1932.

Em relação à frequência das alusões nos anúncios à equiparação com o Colégio de Pedro II, lembramos que essa instituição com sede na capital federal no período, Rio de Janeiro, era referência e modelo do ensino secundário para as demais instituições do país que desejavam oferecê-lo, ou seja, “[...] o Colégio Pedro II, criado na Corte em 1837, foi organizado de forma seriada, com vistas a servir como referência para a organização dos demais estabelecimentos de ensino secundário no país” (SOUZA, 2008, p. 95).

Em concordância com o que acabamos de apontar, Haidar (2008, p. 96) enfatiza também que o Colégio de Pedro II se tratava de um estabelecimento de ensino secundário com inspiração nos modelos franceses, conforme imaginado por seu idealizador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, deveria servir de modelo padrão para os demais estabelecimentos em todo país. Dito de outra forma, temos que:

O projeto de criação do Colégio foi de Bernardo Pereira de Vasconsellos, que propôs que esta instituição seria a solução para as aulas avulsas na corte, e que proporcionaria aos filhos da elite melhor qualidade de ensino. Os lyceus franceses serviram de inspiração para o deputado, que se impressionou com sua organização, e seguiu as diretrizes dos seus regulamentos para a criação do regulamento do Colégio de Pedro II. Além de servir de modelo e referência a todas as instituições de ensino do império, a instituição conferiria o título de bacharel em ciências e letras aos estudantes que cumprissem o plano de estudos em sua totalidade e teriam estes o direito de ingresso em qualquer instituição de ensino superior do império (BARROS, 2006, p. 42).

Mais uma constatação que fizemos ao analisar algumas publicações dos jornais ipamerinos publicados no período é sobre os alunos da cidade que se deslocavam para outras localidades para cursar o ensino secundário, ganhavam menções honrosas ao regressarem de férias, a passeio ou, porque terminavam seus cursos, sendo motivo de notas nesses veículos de comunicação que destacavam seus nomes e sua filiação (Figura 4), possibilitando depreender a importância de se cursar o ensino secundário, um símbolo de distinção social.

Figura 4: Notas em jornal local da visita de estudantes à cidade de Ipameri.



Fonte: Jornal Ipameri de fevereiro e dezembro de 1932.

Observamos nos recortes dos jornais da Figura 4 a ênfase que é dada à filiação e à profissão do pai, com o nome da mãe sendo suprimido da publicação. Entendemos pela leitura que eram filhos de famílias importantes da cidade de Ipameri, percepção que reforça a visão sobre o ensino secundário ser destinado aos filhos da elite local.

Consideramos que a criação do ensino secundário em Ipameri para atender à demanda das famílias mais abastadas foi uma proposta apresentada pelos responsáveis do Colégio-Sírio Brasileiro, uma instituição de ensino particular da cidade administrada pelos professores José

Lombardi e Eduardo Mancini. O primeiro aparece no jornal *O Ensino* do ano de 1927 como proprietário do Colégio Olavo Bilac de Ipameri, e o segundo como dono de uma escola particular da cidade, não aparecendo o nome da instituição do segundo professor na matéria jornalística a que tivemos acesso.

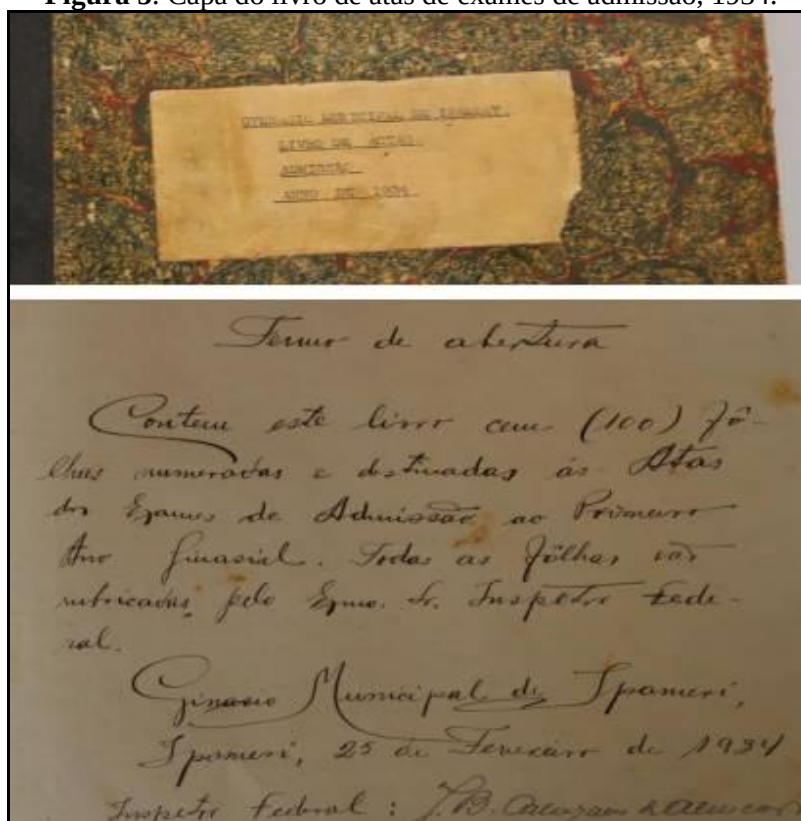
Os professores, José Lombardi e Eduardo Mancini, foram os idealizadores da proposta apresentada para parte da sociedade ipamerina interessada na oferta do ensino secundário para seus filhos que estudavam em outras localidades. A proposta inicial versava sobre a criação de uma cooperativa que facilitaria a materialização do ensino secundário na cidade. Sua criação, de acordo com os documentos analisados, está associada ao Colégio Sírio-Brasileiro, instituição que precisa ser melhor compreendida no universo das instituições de ensino particulares que já vinham sendo criadas em Ipameri, sendo que:

A primeira escola da cidade foi o Colégio Nosso Senhor do Bonfim, criada ainda no século XIX. Em 1883, já havia três escolas, sendo duas públicas e uma particular. Com o novo século e uma série de novidades que facilitam a vida da população que chegam à cidade, outras escolas são fundadas. Em 1921 é fundado o Colégio Olavo Bilac; em 1924, o Ginásio São José – ambos se unem em 1926 (QUINAN, 1999, p. 29).

Houve união do Colégio Olavo Bilac, instituição particular de ensino, de propriedade do professor José Lombardi, com o Ginásio São José, cuja fundação é creditada ao professor Zacarias do Valle Monteiro, um estabelecimento que teve curta duração e, com a junção dessas duas instituições no ano de 1927 “[...] o ‘Ginásio de Ipameri’, resultante de uma fusão do ‘São José’ com o ‘Olavo Bilac’. O arranjo foi, porém, de curta duração” (VEIGA, 1968, p. 156). O porquê da curta duração do Ginásio não ficou esclarecido pela análise da documentação.

Já no ano de 1930 temos “[...] a fundação do colégio ‘Sírio-Brasileiro’, que deu origem à “Cooperativa Ginásio Municipal de Ipameri Ltda, mantida por elementos progressistas da Colônia Síria de Ipameri” (VEIGA, 1968, p. 156), sendo que não encontramos documentação que sinalize a publicação de um decreto de criação desse colégio. Ao acessarmos um livro de atas no arquivo do Gymnasio, nesse interim, vimos a referência ao exame de admissão para o primeiro ano ginásial, aparecendo o nome da instituição recém-criada, conforme visualização na Figura 5.

Figura 5: Capa do livro de atas de exames de admissão, 1934.



Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri.

Em matéria do jornal, *O Ipameri* de 1932²⁶, com o título “Colégio Sírio-Brasileiro”, encontramos dados relacionados com uma assembleia convocada pelos professores José Lombardi e Eduardo Mancini, cujo objetivo precípua foi a criação de uma sociedade para fundação de um colégio secundário. Consta nessa matéria a presença de autoridades da cidade, entre elas o representante do comandante do 6º Batalhão de Caçadores, Dr. Feitosa, e o Sr. Floriano Caramuru, prefeito da cidade que, em discurso, afirma que:

[...] o Sr. Lombardi, explicou aos presentes os fins do conclave. Salientou com a eloquência que lhe é peculiar, as nossas necessidades de instrução que estão em berrante contrastem com os vários e valiosos elementos de progresso de que se acha dotada esta cidade. Terminou pedindo o apoio dos presentes para a ideia proposta de construir uma sociedade para a fundação de um colégio secundário, cujo núcleo seria aquele mesmo Colégio Sírio Brasileiro em uma de cujas salas naquele momento se congregavam os seus ouvintes (JORNAL O IPAMERI, 14/02/1932).

No discurso do professor José Lombardi, verificamos a referência à cidade de Ipameri como um lugar que apresenta elementos de progresso, até aquele momento, a instrução ofere-

²⁶ O Ipameri - Ipameri – Goiaz, 14 de fevereiro de 1932. Ano VI, número 66.

cida é insuficiente, ou seja, não acompanhou o desenvolvimento do município, pediu apoio para a proposta apresentada de ampliação do ensino oferecido pela instituição, por meio da criação de uma cooperativa de ensino.

As opiniões dos presentes, entre eles autoridades locais, foram divergentes e, a partir disso, ficou decidido que, não havendo uma resolução definitiva, ficaria estabelecida uma comissão para dar andamento à proposta e formular estratégias para a criação da cooperativa, sendo escolhidos como membros dessa comissão “[...] Tte. Anfrisio da Rocha Lima, Anderson Ramos, Virgíneo Vaz Lopes²⁷, Abrão Miguel, João Cosac e Bechara Daher” (JORNAL O IPAMERI, 14/02/1932). Ressalvamos que encontramos apenas informações acerca do Sr. Virgíneo Vaz Lopes.

A proposta apresentada para a criação do ensino secundário na cidade remete ao professor Eduardo Mancini, personalidade, o qual dentre outros posicionamentos apresentou a proposta de formação de uma cooperativa para facilitar a instalação do ginásio, sendo que:

[...] mostrou aos pais que isso seria mais efetivo do que enviar os filhos para outras cidades, dada a quantidade de alunos em potencial. A ousadia dessa iniciativa pode ser avaliada quando se considera que eram raros em Goiás os estabelecimentos escolares de segundo grau, geralmente mantidos por congregações religiosas, pois o Estado só comparecia com o importante Liceu de Goiás, na antiga capital Vila Boa. A destacada participação não só da família Daher, mas de toda a colônia, na implantação desse estabelecimento reflete-se no nome que tomou inicialmente: Colégio Sírío Brasileiro²⁸.

O que percebemos do exposto é que o professor Eduardo Mancini reforça o benefício de se ter uma instituição de ensino secundário na cidade, porque com ela se evitaria o envio dos alunos com potencial para cursá-lo para outras localidades, gerando despesas financeiras para as famílias. Lembramos que quem cursava o ensino secundário em outras cidades eram filhos de famílias importantes de parte da sociedade ipamerina, ou seja, as que tinham condições econômico-financeiras para custear essas despesas, certamente, não eram pequenas.

²⁷Filho de do Major Aristides Rodrigues Lopes, “Em 1931, o major, ajudado por seus filhos Virgíneo, Edson e Francisco Vaz Lopes, já construindo a EMPRESA LUZ E FORÇA de Ipameri Ltda, inaugurou uma outra usina, nas proximidades do KM 127 da estrada de ferro, com o dobro da capacidade da anterior, com o maquinário importado da Suécia e montado aqui por técnicos da própria fábrica sueca, A SKF. Era a UNSINA DO VERISSIMO. (VEIGA, 1968, p. 118).

²⁸ Informação retirada do site, “A Casa de Elias Miguel Daher (CEMDaHer) é uma entidade sem fins lucrativos estabelecida em Ipameri/GO, tendo por objetivo estimular a educação, a cultura e a cidadania. Foi criada por inspiração de **Rafa Daher Ceva**, filha de Elias Miguel, que definiu seus objetivos”. Disponível: <https://cemdaher.com.br/historia/escola> Acesso em: 20/04/2022

Os documentos analisados, entre eles, um atestado feito pelo prefeito da cidade para encaminhar junto a um pedido de subvenção federal para a instituição, disponível no arquivo do Gymnasio, amplia a compreensão em relação ao ensino oferecido pela instituição: nele a autoridade fala que a instituição prestou assistência gratuita a 42 (quarenta e dois) alunos no ano de 1941, evidenciando os de baixa renda, com a criação da instituição, poderiam cursar essa modalidade de ensino. Como esses alunos eram selecionados não ficou esclarecido, constatando-se também que a prefeitura indicava 5 (cinco) alunos para estudar gratuitamente no Gymnasio.

Outra observação feita relacionada com a criação da instituição de ensino remete à raridade da presença delas no estado goiano, cujo maior destaque era o Lyceu de Goiás. A criação da instituição na cidade de Ipameri, além de atender a demanda local, colocaria a cidade em uma posição de destaque dentro do estado de Goiás, sendo atrativa para famílias de outras localidades ou regiões que desejassem que seus filhos cursassem o ensino secundário.

Em 22 de junho de 1932, o Sr. Interventor Pedro Ludovico Teixeira e sua comitiva visitaram o Colégio Sírrio-Brasileiro e, em concordância com suas impressões, relatou que:

Percorrendo diversos municípios do Estado, tivemos ocasião de visitar várias escolas e nenhuma nos impressionou tão bem como o Colegio “Sírrio Brasileiro” não só pela proficiência pedagógica do seu diretor como pelos conhecimentos instructivos e educativos do seu corpo discente (JORNAL IPAMERI, 03/06/1932).

Com a visita, Pedro Ludovico Teixeira teceu elogios para o colégio, seus discentes e para o professor José Lombardi. Não encontramos nos documentos se nesse mesmo dia ele visitou outras instituições de ensino da cidade, mas entende-se que a instituição tinha relevância nos serviços prestados aos ipamerinos comprovada, inclusive, pela visita e as impressões do interventor federal.

Notamos que a criação do ensino secundário na cidade foi sugerida por professores com experiências na área educacional, inclusive em sua administração e direção, porque aparecem nos documentos analisados como donos de instituições educacionais e professores. Entendemos que esses fatos corroboram a aceitação dos pais em criar a cooperativa e, com ela, a efetivação da proposta apresentada.

A ampliação do ensino se estendendo ao secundário, desse modo, foi de interesse não só dos responsáveis pela instituição, representada pelos professores José Lombardi e Eduardo Mancini, como também das famílias que enviavam seus filhos para estudar em outras localidades, sendo consenso para todos, estudando na cidade, os investimentos financeiros seriam

menores, ademais quando verificamos a sinalização clara que o estabelecimento poderia atender demanda de muitos que não dispunham dos recursos indispensáveis para bancar não só o deslocamento, como também a permanência deles por longos períodos em outras cidades.

2.4 Criação da Associação Cooperativa Gymnasio Municipal de Ipamery: administração da instituição

Diante do contexto educacional do início dos anos de 1930 relacionado à oferta da educação secundária no Estado de Goiás, constatamos que eram muitas as dificuldades dos estudantes para se ter acesso a esse nível de ensino, pois havia poucas instituições que o ofereciam, o que se somava à uma rigorosa seleção dos alunos que poderiam cursá-lo. Essa deficiência em termos de estabelecimentos de ensino “[...] define, é certo, o caráter altamente seletivo do ensino secundário” (NAGLE, 1974, p. 146).

No início de 1932, de acordo com os documentos analisados foi criada uma sociedade comercial para a fundação e manutenção do Colégio Municipal²⁹ que em 1933 é transformada na Sociedade Cooperativa Gymnasio Municipal de Ipameri.

A criação da cooperativa como mantenedora do Gymnasio Municipal de Ipamery foi melhor compreendida através da análise de um livro de atas conservado pela Biblioteca Pública de Ipameri João Veiga, contendo 200 (duzentas) folhas, em conformidade com o que se lê também no termo de abertura. Até a página 61 (sessenta e um) estão registradas 45 (quarenta e cinco) atas das reuniões que aconteceram entre os anos de 1933 a 1945, observando-se que quem as redigiu foi o secretário da cooperativa, todas assinadas pelos participantes das reuniões.

Em relação à ata da reunião de fundação da cooperativa, com data de 25 de junho de 1933, informa-se que ela foi constituída com base no Decreto nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, explicitando-se também que:

[...] deliberamos formar a dita sociedade, de livre e espontânea vontade e de facto a declaramos definitivamente constituída de hoje para o futuro e unanimemente adoptamos para reger a sua vida e as relações dos sócios entre si, os Estatutos que vão nesta data, asseguinados em separado. E para constar e produzir todos os efeitos legais que necessário forem, mandamos lavrar a presente Acta, de acordo com o disposto no Artigo 3º letra “A” do citado Decreto das qual serão extrahidas as necessárias copias para os efeitos le-

²⁹ Os documentos analisados apresentam as duas nomenclaturas, Gymnasio e Colégio.

gaís que vai por todas assignadas, vale a entrelinha “de responsabilidade limitada” (ATA n.º. 01, p. 01, 25/06/1933).

No que diz respeito ao Decreto n.º. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, observamos que traz esclarecimentos de vários critérios para a constituição de uma sociedade cooperativa, sendo que no Art. 1º, por exemplo, lê-se que:

Art. 1º Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo predeterminado, para lograr fins comuns de ordem economica, desde que observem, em sua formação, as prescrições do presente decreto (BRASIL, 1932a).

Sobre os presentes na reunião de constituição da cooperativa, observa-se que o número daqueles que assinaram a ata atende ao disposto no Art. 1º do Decreto n.º. 22.239/1932, cujos nomes aparecem na ata, ou seja:

Dr. Jorge Abdala, médico, José da Costa Paranhos, farmacêutico, Virgínio Vaz Lopes, industrial, Jorge Elias, comerciante, João Daher, comerciante, Cecilio Daher, comerciante, Jovino de Paiva, proprietário, Hormisdas Carvalho, funcionario federal, Joaquim de Oliveira, comerciante, Dr. Arlindo de Castro Carvalho, médico, Floriano Caramurú Maia de Azevedo farmacêutico, Abrão Miguel, Habib Musse, Elias Cebba, Abrão Basil, Abrão David, Thomaz Basílio, Abrão Cebba, Morched Carneiro, Gbriel Moyses Abdala Abrão, José Antonio Maddy, José Miguel Daher, Bechara Daher, Moyses Carneiro, João M. Cosac, Abrão Simão, comerciantes, Joaquim Rosa, farmacêutico, Frederico Miller, guarda-livros, Jarbas Estrela, fazendeiro, Victorino Benvenhathi, industrial, Baltazar Ribeiro Proença, professor, Aristides Rodrigues Lopes, industrial, Arthur Porto Filho, guarda-livros, ? Pereira Leite, proprietário, Eduardo Mancini, professor, Vicent Marot, fazendeiro, representado pelo Sr. Aristides Rodrigues Lopes, Romão Edreira, industrial, representado pelo Sr. Jorge Abdala, Luiz Cavalieri, professor, Constantino Edreira e Abdala Daher, comerciantes (ATA n. 01, p. 01, 25/06/1933).

No Art. 4º do Decreto n.º. 22.239/1932, tem-se a exigência da “[...] designação, no texto do documento, dos nomes por extenso, residência e profissão, dos associados fundadores que o vão assinar” (BRASIL, 1932a), e observamos na ata que os presentes não informaram a residência, só os nomes e suas profissões, falha que provavelmente não invalidou a constituição da cooperativa.

Sobre os presentes na reunião de constituição da cooperativa, verificamos que eram pessoas de destaque na sociedade ipamerina, entre elas está o professor Eduardo Mancini, um dos responsáveis pelo Colégio Sírio-Brasileiro, bem como da proposta da ampliação do ensino oferecido pela instituição, ou seja, oferecer também o secundário, pois a instituição ofere-

cia o primário e o jardim de infância, conforme consta no jornal *Ypameri*, de 15 de agosto de 1936. Identificamos também entre os presentes, o Sr. Floriano Caramuru Maia de Azevedo, prefeito da cidade entre os anos de 1930 a 1935.

A menção às profissões dos presentes na reunião contribui para o entendimento de que o ensino secundário era destinado basicamente à classe mais abastada da sociedade local, pois essa modalidade educacional em seus primórdios “[...] tratava-se da educação de um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filhos de industriais, grandes comerciantes, profissionais liberais [...]” (SOUZA, 2008, p. 89).

A cooperativa, de acordo com o previsto no Decreto nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, foi regida por estatutos, que devem apontar as suas finalidades, conforme vemos a ata de sua constituição, lendo-se que:

Capítulo II – Das finalidades:

Art. II – São as seguintes as finalidades da Cooperativa: a) Manter o estabelecimento de Ensino, que proporcione a juventude, filhos ou não de associados, a oportunidade de se educar para o bem da pátria; b) exercer suas atividades por tempo indeterminado; c) Manter em depósito material escolar, para o fornecimento dos seus associados; d) Promover excursões de fins culturais; e) Promover concursos estimulador as habilidades naturais; f) Promover jogos e sessões recreativas; g) organizar uma biblioteca e um museu escolar. Parágrafo 1º - É facultada a organização de uma secção de produção agrícola, ou industrial, cujo produto colhido ou confeccionado será vendido, e seu resultado creditado aos alunos que produziram (LIVRO DE ATAS, p. 46, 25/04/1945).

Ao definir que a cooperativa tinha finalidade de proporcionar aos filhos ou não dos associados a oportunidade de estudar, entendemos o esclarecimento que qualquer família poderia realizar a matrícula de seus filhos, porém, por ser uma instituição particular de ensino e pelo currículo do ensino secundário o qual deveria ser cumprido, exige-se investimentos financeiros e dedicação dos alunos, demandas que só os “privilegiados” da sociedade ipamerina teriam a oportunidade de atender, pois a família a qual desejasse que seu filho fizesse o secundário estava ciente dos investimentos envolvidos para sua formação.

No mesmo dia, 26 de junho de 1933, às 13h00, houve a segunda reunião, cujo escopo foi explicado já nas primeiras linhas:

[...] que o fim da presente reunião foi “effectuar a instalação da sociedade Cooperativa que se denominará “Gymnasio Municipal de Ipamery”, Sociedade Cooperativa” -; eleger os órgãos pelos quais a mesma exercerá a sua acção e verificar a subscrição do capital mínimo, declarados nos Estatutos. A quantidade arrecadada “n’um total de trinta e quatro contos e cem mil reis

(34:100.000), sendo ainda subscripto pelo Sr. Aristides Rodrigues Lopes quotas de vinte acções, hum conto de reis, elevando assim o total para 35:100.000; desta quantia, trinta conto e quinhentos mil reis foram entregues a guarda do Conselho de Administração e quatro contos e seiscentos e mil reis foram debitados aos sócios que ficaram de realizar suas quotas em prestações, como facultam os Estatutos (ATA n. 02, p. 02, 26/06/1933).

Assinaram essa Ata:

Jorge Daher, Virginio Lopes, Arthur Porto Filho, Arlindo de Castro Carvalho, Abrão Miguel, José da Costa Paranhos, Cecilio Daher, Miguel David Cosac, Joaquim Rosa, Jarbas Estrela, Joaquim de Oliveira, João M. Cozac, Abrão Basil, Abrão Sebba, José David Isaac, Elias M. Daher, João Daher, Eduardo Mancini, Frederico Muller, Jamil Salomão, Thomaz Basílio, Salomão A. Daher, José Miguel Daher, Jorge Elias, Moysés Carneiro, Ataliba Bernardino da Costa, Cecílio Elias Daher, Bechara Daher, Baltazar Ribeiro Proença, Rozendo Sampaio Proença, Jovino de Paiva, Hormisdas Carvalho, Habib Musse, Elias Sebba, Vicent Marot, Manoel Carneiro, Abrão Simão, Jorge Afiune, Arthur Costa (ATA n. 02, p. 02, 25/06/1933).

Com a constituição da cooperativa atendendo, desse modo, às necessidades relacionadas com a oferta de ensino na cidade, observamos que os professores José Lombardi e Eduardo Mancini externaram seus objetivos de oferecer também o ensino secundário, proposta acolhida por parcelas da sociedade ipamerina, que já vinha cobrando das autoridades locais a implantação dessa modalidade de ensino, sendo materializado, então, pela criação da cooperativa.

Quanto às formas de administração e organização da cooperativa, temos no livro de atas, entre as páginas 46 a 49, os esclarecimentos acerca:

Capítulo V: Da administração:

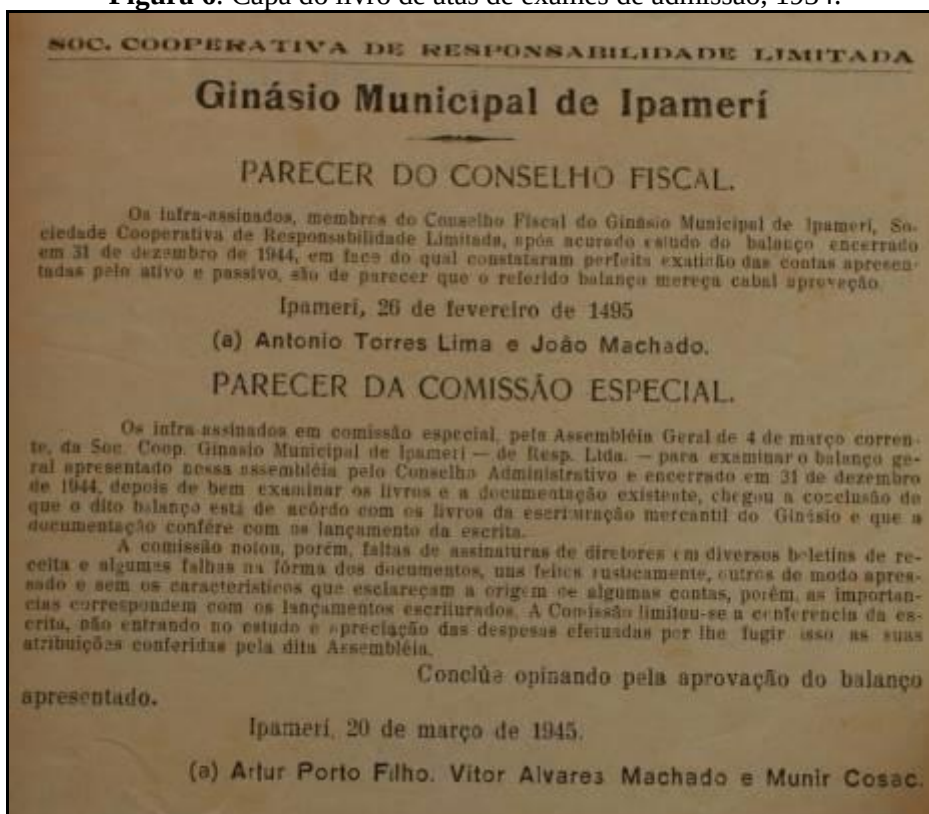
Artº 14º; São órgãos da administração: a) Assembléa Geral (AG); b) Conselho da Administração (CA); c) Conselho Fiscal (CF);

Artº 15º; A destituição dos órgãos da Administração, ou parte deles, só poderá ser deliberado pela AGE, com aprovação de pelo menos (2/3) dois terços dos presentes. Os votos de destituição podem ser fundamentalmente exarados em Ata (LIVRO DE ATAS, p. 47, 25/04/1945).

Constatamos nos estatutos da cooperativa as ações dos membros que compunham os órgãos da administração só seriam desenvolvidas caso fossem previamente apresentadas e, em seguida, recebessem a aprovação da maioria dos associados. Para uma decisão ser validada, de acordo com o Art. 15º do estatuto da cooperativa, teria que ser aprovada por no mínimo dois terços dos associados. Observamos pela leitura das atas que várias reuniões não puderam acontecer por falta de presença dos associados.

Para exemplificar a responsabilidade exercida por esses órgãos da administração, encontramos no arquivo do Gymnasio Municipal um livro, na capa dele está escrito “Soc. Cooperativa de Responsabilidade Ltda. Ginásio Municipal de Ipameri – Balanço Geral – Encerrado em 31 de dezembro de 1944”, composto de 5 (cinco) folhas. Na folha de abertura apresenta o parecer do Conselho Fiscal sobre um balanço geral encerrado em 31 de dezembro de 1944 e o parecer da comissão especial (Figura 6).

Figura 6: Capa do livro de atas de exames de admissão, 1934.



Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri.

Em relação ao que observamos na Figura 6, notamos apesar de fazerem algumas observações, entre elas as relacionadas com as assinaturas de diretores, aprovaram as contas que já haviam sido aprovadas anteriormente, ficando claro para nós que a movimentação financeira da instituição no final do ano teria que ser aprovada pelo Conselho Fiscal e depois examinada por uma comissão especial. Não encontramos nos documentos quem fazia parte dessa última.

2.5 Considerações parciais

Diante do exposto no segundo capítulo, constatamos que Ipameri-GO conheceu significativo desenvolvimento econômico ao longo dos anos de 1910 e 1920, se comparada com outras cidades da região, com a chegada da energia elétrica e da estrada de ferro, tornando-a atraente para imigrantes de outras localidades do estado goiano e do país, o que fez com que a educação ipamerina demandasse a partir dos anos 1930 a oferta do ensino secundário, pois, os filhos de diversos cidadãos de destaque da cidade, precisavam dessa formação, tinham que ser enviados para outras regiões, acarretando custos mais altos para as famílias.

Diante dessa demanda, ficou evidenciado que os professores responsáveis pelo Colégio Sírrio-Brasileiro à época, apresentaram a proposta da instituição oferecer também o secundário, pois o colégio já oferecia outras modalidades de ensino como já foi dito, o que teve franca acolhida entre vários membros da sociedade local. Para tanto, foi pensada a criação de uma cooperativa como mantenedora do Gymnasio Municipal de Ipameri.

Percebemos pelos documentos analisados, por fim, a seriedade na organização e criação da cooperativa, pois administrar um Gymnasio cumprindo com o que era proposto no período pela legislação nacional, com destaque para o Decreto nº. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, exigiu investimentos e entendimento a respeito dessa modalidade de ensino, o secundário.

CAPÍTULO 3 - GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERY: administração

3.1 Considerações iniciais

O objetivo do capítulo consiste em explicar o funcionamento do Gymnasio Municipal de Ipameri nos anos de 1933 a 1945, identificando e discutindo as relações empreendidas com os poderes públicos municipal e estadual, com destaque para o pedido para a sociedade local em participar na sua criação feito pelos professores Eduardo Mancini e José Lombardi, destacando-se nesse contexto integrantes da Colônia Síria de Ipameri³⁰, que se empenharam na criação do ensino secundário na cidade.

Discutimos, em seguida, as formas adotadas para a manutenção do Gymnasio Municipal de Ipameri, principalmente as quotas vendidas aos interessados em participar como membros da cooperativa que, a partir desse expediente, adquiriu capital necessário para criação da instituição. Destacamos nesse tópico, embora fosse um estabelecimento particular de ensino, sua manutenção foi subvencionada pelos poderes públicos municipal e estadual, aparecendo em diferentes momentos, pedidos de subvenção federal.

Por fim, salientamos os motivos que levaram a cooperativa a doar o Gymnasio Municipal de Ipameri, no ano de 1946, para o Estado de Goiás.

3.2 Gymnasio Municipal de Ipamery: relações com os poderes públicos

Os diretores do Colégio Sírio-Brasileiro, ao promoverem reuniões convidando autoridades ipamerinas para participarem, entre elas o prefeito, contribuíram para que se estabelecessem relações da instituição com os poderes locais, bem como com outras autoridades e personalidades, como o Comandante do 6º Batalhão de Caçadores, que em uma matéria do *Jornal Ipameri*, estava representado pelo Dr. Feitosa.

Corroborando o que está sendo dito, temos em um artigo disponibilizado no jornal assinado pelo professor Eduardo Mancini o argumento de que:

[...] em primeiro plano elevam-se os nomes do Dr. Pedro Ludovico, DD. Interventor Federal deste estado e do Dr. Domingos Neto de Velasco cuja ação patriótica muito nos serviu junto ao Departamento do Ensino [...]. Ao Dr.

³⁰ “Como era grande o número de famílias árabes aqui radicadas, criaram um *Slogan* que recebeu o título de COLÔNIA SÍRIA DE IPAMERI” (ALARCÃO, 2014, p. 40).

Floriano Caramuru, DD. Prefeito desta cidade, representante máximo da mentalidade juvenil e progressista, os nossos agradecimentos, pelos seus esforços e auxílio (JORNAL IPAMERI, Ano VII, nº. 118, 19/02/1933).

Entende-se a partir do excerto do jornal é que a fala do professor vice-diretor do Ginásio Municipal de Ipameri, havia por parte da instituição o esforço de manter relações com autoridades estaduais e municipais, pois ele agradece ao Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, ao Dr. Domingos Neto Velasco e ao Prefeito Florian Caramuru Maia de Azeredo.

Ao pesquisarmos no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), verificamos que Domingos Neto Velasco, entre outros cargos ocupados, foi deputado federal entre 1935-1937 e 1946-1951, tendo sido senador também entre 1951-1959³¹. O agradecimento se deve à interferência de ambos junto ao Departamento de Ensino para a oficialização do Gymnasio Municipal de Ipameri, embora não tenhamos encontrado nenhum documento referente ao pedido feito às autoridades, não obstante se possa entender que essa intermediação tenha realmente acontecido.

Percebemos que, para a criação do ensino secundário em Ipameri, seus idealizadores levaram em consideração o que determinavam os documentos oficiais em relação às instituições de ensino, por exemplo, o estabelecido no Decreto de nº. 19.890, de 18 de abril de 1931³², na administração de Francisco Campos, dispondo sobre a organização do ensino secundário que em seu Art. 1º estabelece que “[...] O ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Collegio Pedro II e em estabelecimentos sob regimen de inspeccção oficial” (BRASIL, 1931). Segundo o decreto, os certificados emitidos pelas instituições reconhecidas, seriam válidos para fins legais, dando direito à matrícula nos cursos pré-universitários, nas faculdades oficiais ou equiparadas.

Não temos dúvidas de que a reforma Francisco Campos proporcionou uma situação nova para a escola secundária, ou seja, provocou o rompimento com exigências de exames oficiais, levando então à “[...] uma política de regulação e fiscalização do ensino secundário estendida a todas as escolas, públicas e privadas” (ROCHA, 2000, p. 165).

Vale lembrar que a Reforma Francisco Campos se efetiva a partir de um conjunto de decretos publicados em 1931 pela pasta do recém-criado Ministério da Educação e Saúde que, conforme Barros (2006, p. 85) conferiu organicidade ao ensino secundário. A autora destaca como pontos principais dessa organicidade, a seriação e a frequência obrigatória do curso e a

³¹ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/domingos-neto-de-velasco>

³² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html> Acesso em: 01 de set de 2021.

exigência de conclusão das cinco séries correspondentes ao primeiro ciclo para, em seguida, ingressar no concurso vestibular, devendo-se ter claro ainda que:

As reformas de ensino de Francisco Campos restringem-se aos níveis secundários, superior e profissional ainda respeitando a tradição republicana de relegar o ensino elementar ao âmbito regional e municipal. Para o ensino superior a Reforma Campos representou a introdução do caráter universitário ao ensino estritamente profissional, além da possibilidade de uma formação específica de magistério, ao lado da criação de novas áreas de saber universitário, não comprometidas com as profissões dominantes: engenharia, medicina e direito. Ainda que tais alterações expressem profundas modificações no 3º grau, preserva-se a relação que a União mantém com o ensino superior, por força do quase monopólio do governo federal na manutenção e administração deste ensino (ROCHA, 2000, p. 34-35).

No tocante ao ensino secundário e a questão da equiparação entre as instituições privadas e públicas, a solicitação do reconhecimento oficial deveria estar de acordo com o Art. 51 do Decreto nº. 21.241, de 04 de abril de 1932³³, a saber:

- I – Dispor de edifício, instalações e material didático, de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública;
- II – Ter corpo docente inscrito no registro de professores;
- III – Manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral;
- IV – Oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos;
- V – Obedecer à organização didática e o regime escolar estabelecidos neste decreto (BRASIL, 1932).

O que vemos na transcrição do Decreto nº. 21.241/1932 é que o reconhecimento oficial de uma instituição de ensino, notadamente a da iniciativa particular, deveria romper com improvisos tanto no âmbito da estrutura física quanto do pedagógico, o que torna a adaptação de espaços para seu funcionamento um impedimento legal, ademais quando se leva em conta o ideário republicano em torno dos temas da modernização e do progresso.

A oficialização do Gymnasio Municipal de Ipameri se dá pela publicação do decreto de 17 de fevereiro de 1933 no Diário Oficial de 21 de fevereiro de 1933 (Figura 7).

³³

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>.

Figura 7: Matéria sobre a oficialização do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.



Fonte: Jornal Ypameri – Ypameri-Goyas, 29 de novembro de 1936.

O Gymnasio Municipal de Ipameri teve autorização oficial para funcionar em 17 de fevereiro de 1933 e teve seus primeiros formandos no ano de 1936, conforme matéria jornalística veiculada nomeando os 5 (cinco) primeiros bacharelados, lendo-se que:

Com grande fulgor e distinção receberam das mãos do Exmo. Sr. Director do Gymnasio Municipal de Ypameri, os diplomas de bacharéis, os distintos jovens, todos filhos de dignas famílias desta cidade, Srs. Cecilio Elias Daher, Miguel Bechara Daher, Jorge Bechara Daher, João Fernando Blumenschein e Walter Ceva. Esses cinco jovens Ipamerinos constituem a primeira turma de bacharéis pelo nosso Gymnasio e são por isso motivo de justo orgulho para o povo desta terra e ainda mais para seus paes. E' na verdadeira um triumpho para os ypamerinos e uma consolação para a Soc. Coop. Resp. Ltda sustentáculo dessa benéfica Casa de Ensino Secundário (JORNAL YPAMERI – 06 DE DEZEMBRO DE 1936 – ANO 1 Nº 50).

Na formatura da primeira turma de bacharéis do Gymnasio Municipal de Ipameri consta 5 (cinco) jovens formandos, todos homens. Entendemos que esse número pequeno se deve ao fato de que, antes da criação do ensino secundário na cidade os jovens eram enviados para outros locais, cuja quantidade não conseguimos precisar ao analisar a documentação.

Embora a surpresa inicial em relação a esse número reduzido de formandos, consideramos importante ter em mente que, mesmo com o funcionamento do Gymnasio Municipal de Ipameri em 1933, muitos estudantes já tinham iniciado seus estudos em outras instituições fora do município e trazê-los abruptamente para estudarem no estabelecimento da cidade poderia incorrer em sérios prejuízos para sua formação, devendo-se levar em conta também que existiam contratos com as outras instituições que, ao serem cancelados repentinamente, poderiam causar sérios prejuízos para as famílias desses estudantes.

Em relação à formatura dessa primeira turma, é citada como uma grande conquista da sociedade ipamerina, inclusive pelos adjetivos atribuídos aos jovens bacharelados e suas

famílias, dando a percepção de que eram filhos de famílias conhecidas. Acessamos no acervo documental da biblioteca municipal um álbum de fotografias que traz imagens de 3 (três) dos 5 (cinco) primeiros bacharéis formados pelo Gymnasio: João Fernando Blumenschein, Walter Ceva e Miguel Bechara Daher (Figura 8).

Figura 8: Formandos da turma de 1936 do Gymnasio Municipal de Ipamery.



Fonte: Biblioteca Municipal João Veiga de Ipameri-GO.

No mesmo acervo também acessamos outro álbum, esse relacionado com a 5ª turma de bacharéis formados pelo Gymnasio no ano de 1940, 8 (oito) ao todo, entre eles aparecendo 3 (três) bacharelandas e 5 (cinco) bacharelandos. Nos chamou atenção a presença feminina na turma, são elas: Maria Inês, Herta Leyser e Nazira Cosac e, os formandos: Gilson Alves de Souza, Jorge Saad, Nassif Bechara Daher, Saleh J. Daher e Seme Cosac (Figura 9).

Figura 9: Formandas da turma de 1940 do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.

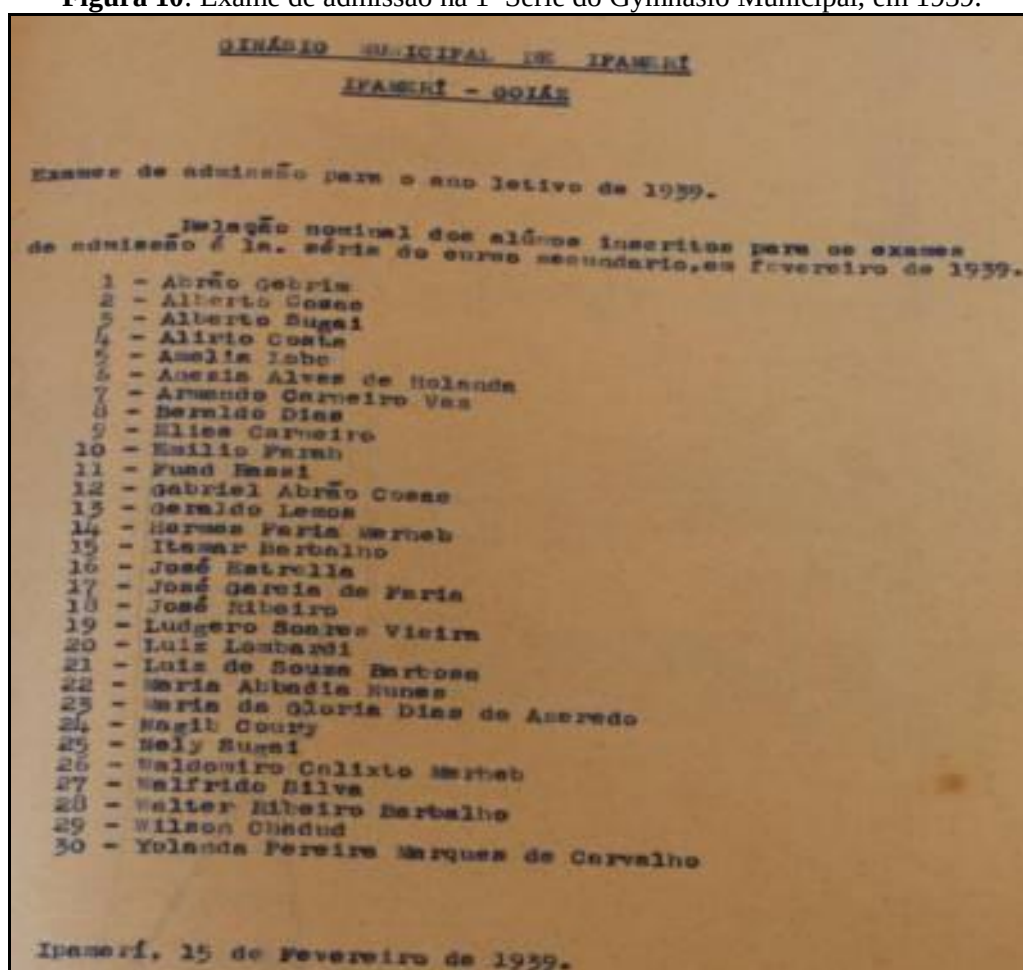


Fonte: Biblioteca Municipal João Veiga de Ipameri-GO.

Ao compararmos as fotografias dos álbuns de formandos de 1936 e 1940 verificamos aumento de 3 (três) formandos de um ano para o outro. Não encontramos outro documento que comprovasse a quantidade exata desses formandos e, em uma pasta do arquivo do Gymnasio, Municipal de Ipameri sem identificação na capa, na primeira folha constatamos que os documentos se referiam a relatórios de inspeção feito pelo inspetor federal³⁴ José Batista Calazans, realizados no Gymnasio, referente ao curso secundário. Entre os documentos está a relação de alunos que se inscreveram para realizar os exames de admissão na 1ª série do curso secundário de 1939, conforme (Figura 10).

³⁴ Criado pelo Decreto n. 19.890 de 1931, o serviço de inspeção federal era subordinado ao Departamento Nacional de Ensino, o objetivo era zelar pelo cumprimento das determinações do decreto.

Figura 10: Exame de admissão na 1ª Série do Gymnasio Municipal, em 1939.



Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipamei-GO.

Pela análise dos documentos se verifica o número dos interessados em fazer o exame de admissão, o que certamente influencia no total de formandos. Ao analisar o número de inscritos para o exame de admissão no ano de 1939 e o álbum de formatura da turma de 1942, constatamos que, dos (30) inscritos, 5 (cinco) aparecem no álbum como formandos em um total de 12 (doze). São eles: Anésia Alves Holanda, Itamar Barbalho, Ludgero Soares Vieira, Maria da Gloria Dias Azeredo e Nagib Coury (Figura 11).

Figura 11: Formandos da turma de 1942 do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.



Fonte: Biblioteca Municipal João Veiga de Ipameri-GO.

Verificamos que das 12 (doze) fotografias do álbum de formandos da turma de 1942, quatro dentre os concluintes eram de outras localidades, sendo eles: Ludgero Soares Vieira de Urutaí-GO³⁵, Nagib Coury de Formosa-GO, Ruth Cosac e Wasington Bragança de Catalão-GO, o que demonstra que o Gymnasio tinha importância para a formação secundária de jovens estudantes de outras cidades da região, haja vista a pouca existência de instituições de ensino no Estado de Goiás que oferecia essa modalidade.

Acessamos uma pasta no arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri contendo uma capa sem identificação, mas que possibilitou a constatação de que, na primeira folha, os documentos se referem a relatórios elaborados pelo Inspetor Federal José Batista Calazans de Alencar referentes ao ano de 1942. Entre eles está um quadro geral de matrículas do curso secundário e primário do ano de 1940 (Figura 12).

Figura 12: Quadro geral de matrículas de 1940.

	SECUNDARIO		PRIMARIO		TOTAL	
	Masculino	Femenino	Masculino	Femenino	Masculino	Femenino
1ª Série	52	12	—	—	—	—
2ª Série	22	5	—	—	—	—
3ª Série	19	5	—	—	—	—
4ª Série	7	3	—	—	—	—
5ª Série	5	3	—	—	—	—
Total	101	28	—	—	—	—
1ª Série	—	—	50	28	—	—
2ª Série	—	—	23	7	—	—
3ª Série	—	—	11	11	—	—
4ª Série	—	—	11	5	—	—
5ª Série	—	—	—	—	—	—
Total	—	—	95	51	—	—

Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri.

O que verificamos nessa documentação relacionada com a inspetoria federal é no documento de 1940, há 129 (cento e vinte e nove) alunos matriculados no ensino secundário e 146 (cento e quarenta e seis) no primário, com prevalência do sexo masculino nas duas modalidades, com um número maior de matrículas na primeira série.

³⁵ Pela Lei Estadual nº 45, de 15 de dezembro de 1947, foi criado o município de Urutaí, desmembrado de Ipameri. Disponível em: <https://urutai.go.gov.br/historia/> Acesso em: 02/05/2022

Acreditamos que uma explicação possível para essa redução de matriculados nas séries subsequentes no ensino secundário e, conseqüentemente, influenciando no total reduzido de formandos ao final do curso, tem relação com a questão do currículo adotado a partir da Reforma Francisco Campos, caracterizado pela “[...] distribuição mais equilibrada entre os estudos literários e científicos no curso fundamental e a revitalização do cientificismo” (SOUZA, 2008, p. 153) em associação com um currículo enciclopédico e sua abrangência de amplos domínios do conhecimento, conforme o disposto nos artigos 3º e 4º do Decreto nº. 21.241/1932, verifica-se:

Art. 3º Constituirão o curso fundamental as disciplinas abaixo indicadas, distribuídas em cinco anos, de acordo com a seguinte seriação: 1ª série: Português – Francês – História da Civilização – Geografia – Matemática – Ciências físicas e naturais – Desenho – Música (canto orfeônico). 2ª série: Português – Francês – Inglês – História da Civilização – Geografia – Matemática – Ciências físicas e naturais – Desenho – Música (canto orfeônico). 3ª série: Português – Francês – Inglês – História da Civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História Natural – Desenho – Música (canto orfeônico). 4ª série: Português – Francês – Inglês – Latim – Alemão (facultativo) – História da Civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História Natural – Desenho. 5ª série: Português – Latim – Alemão (facultativo) – História da Civilização – Geografia – Matemática – Física – Química – História Natural – Desenho.

[...]

Art. 4º O curso complementar obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior, será feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais, e compreenderá as seguintes disciplinas: Alemão ou Inglês, Latim, Literatura, Geografia, Geofísica e Cosmografia, História da Civilização, Matemática, Física, Química, História Natural, Biologia Geral, Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia, Noções de Economia e Estatística, História da Filosofia e Desenho (BRASIL, 1932).

Além desse fator do currículo adotado, que exigia total dedicação por parte dos estudantes, deve-se considerar também as questões que foram definidas em relação à frequência dos alunos durante a integralização do curso secundário, somando-se a isso o rígido sistema de avaliações que passou a vigorar desde então, reputado como “[...] uma engrenagem examinatória em diversos tempos ao longo do ano letivo, que incitava ao trabalho regular e progressivo” (DALLABRIDA, 2009, p. 187).

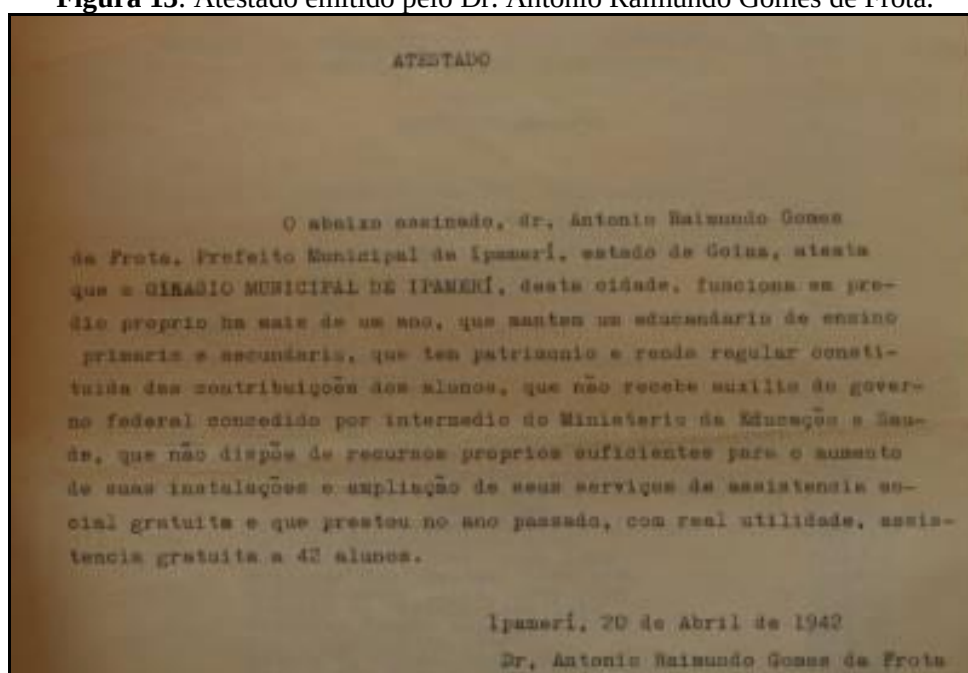
Entendemos que, frente ao exposto, a Reforma Francisco Campos, embora trazendo a organicidade indispensável para o ensino secundário, culminou em um sistema de controle detalhado e sistemático de toda sua operacionalização que se efetivou, inclusive, com o serviço de inspeção dos estabelecimentos de ensino, subordinado ao Departamento Nacional de

Ensino. Dallabrida (2009, p. 188) pontua mesmo se dando liberdade às instituições para o estabelecimento do ensino secundário, havia a exigência de “inspeção preliminar”, com validade de no máximo dois anos que, em seguida, se transformaria em “inspeção permanente ou equiparada”, esclarecendo ainda:

A liberdade de instituir estabelecimentos de ensino secundário sob inspeção do Ministério da Educação e Saúde Pública provocou um crescimento do ensino secundário em todo o território nacional, que começou a deixar de ser “um luxo aristocrático” – como se dizia no início do século XX – e passou, muito lentamente, a atingir as classes médias. Com o intuito de operacionalizar esse mecanismo de controle dos ginásios, foram criados “distritos de inspeção” para os quais foram nomeados os respectivos inspetores. As principais incumbências dos inspetores definidas no corpo do decreto da reforma eram as seguintes: fixar residência obrigatória no distrito sob a sua inspeção (artigo 66), realizar “visitas frequentes” (artigo 56) e elaborar um relatório mensal (artigo 55) [...] (DALLABRIDA, 2009, p. 189).

Encontramos também uma pasta do arquivo do Gymnasio com a identificação na capa “Pedido de subvenção federal para o Ginásio Municipal de Ipameri” e, entre os documentos, está um atestado feito pelo prefeito Dr. Antonio Raimundo Gomes da Frota, do ano de 1941, informando que a instituição atendeu 42 (quarenta e dois) alunos de maneira assistencial. Esse atestado, conforme constatado, era para ser anexado junto a documentos para pedido de subvenção federal (Figura 13).

Figura 13: Atestado emitido pelo Dr. Antônio Raimundo Gomes de Frota.



Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri.

Ao analisar o documento, considerando as 275 (duzentas e setenta e cinco) matrículas no ano de 1940 e a assistência gratuita em 1941 prestada a 42 (quarenta e dois) alunos, percebe-se que, em termos percentuais, 15,27% dos alunos da instituição estudavam gratuitamente nesse ano. Não tivemos acesso a documentos que explicassem a origem dos alunos assistidos e, também, se essa assistência se repetia ano a ano ou se limitou apenas a esse período. Entendemos que se trata de um número considerável, certamente, influenciava nas tomadas de decisões financeiras relacionadas ao Gymnasio Municipal de Ipameri, como as relacionadas com o aumento das instalações e a ampliação da assistência.

Chama nossa atenção o fato de não se conseguir documentação suficiente que identifique os 42 (quarenta e dois) alunos quanto a nomes, endereços, famílias, etc., que teriam estudado na instituição pela forma assistencial, mas a simples menção em um atestado assinado pelo prefeito dando essa informação, cujo escopo era conseguir subvenção federal para o Gymnasio Municipal de Ipameri, o que ajudaria a cobrir suas despesas, bem como melhorar seu faturamento junto aos sócios da cooperativa.

Entendemos que, dadas as formas e maneiras como parte significativa da população brasileira, no passado e no presente, procura tirar vantagens dos órgãos e serviços públicos, bem como das verbas públicas destinadas aos programas sociais voltados para enfrentamento das situações das desigualdades nacionais, algo que parece estar entranhado na cultura política do país, esse simples relatório informando só a quantidade de alunos, mas sem identificar minimamente os beneficiários, pode ser um indício de que houve uma tentativa de recebimento indevido de verba pública federal. Corrobora essa nossa percepção, o fato de o pedido de subvenção ter sido desconsiderado e o Gymnasio Municipal de Ipameri não receber o montante que havia solicitado.

O que percebemos da relação do Gymnasio Municipal de Ipameri com o poder público municipal, o estabelecimento enquanto uma instituição particular de ensino recebia do chefe máximo do executivo local, o prefeito, atenção especial ao ponto de ele interceder a seu favor junto às esferas mais altas de poder, estadual e federal, demonstrando que nessas relações com a instituição, embora o poder público não tenha tomado, diretamente, a iniciativa para sua criação, não economiza esforços para garantir seu funcionamento, atuando junto às autoridades de outras instâncias de poder político para garantir sua sobrevivência.

Observamos que até o ano 1940 o Gymnasio Municipal de Ipameri funcionou em um prédio adaptado conforme fotografia da instituição disponibilizada em jornais do período, o que desperta em nós algumas indagações sobre como conseguiram sua oficialização em 17/02/1933, pois as determinações do Decreto nº. 21.241, de 04 de abril de 1932, no Art. 51,

inciso I, dispõem que as edificações para funcionamento de uma instituição de ensino secundário deveriam estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Ensino e aprovadas pelo Ministério da Educação, ou seja:

Art. 51. A concessão de que trata o artigo anterior será requerida ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que fará examinar em verificação prévia pelo Departamento Nacional do Ensino, as condições do estabelecimento, o qual deverá satisfazer os seguintes requisitos essenciais:

I. Dispor de edifício, instalações e material, didático em acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.

II. Ter corpo docente inscrito no registo de professores.

III. Manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral.

IV. Oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos.

V. Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecidos neste decreto (BRASIL, 1932).

Lembramos que Art. 2º do Decreto nº. 21.241/1932 determina que o ensino secundário “[...] compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar” (BRASIL, 1932), definindo ainda as disciplinas a serem cumpridas em ambos os cursos e, quanto ao espaço para funcionar, a indicação mais clara é de que deveria oferecer condições satisfatórias para que elas pudessem ser desenvolvidas.

Segundo uma matéria jornalística de 1936, o Gymnasio Municipal de Ipameri obedece “[...] a todos requisitos dos regulamentos federaes do ensino superior do paíz: optimos gabinetes de phisica, chimica, história natural e geographia, situado num dos melhores pontos da cidade [...]” (YPAMERI, 1936). O excerto jornalístico que transcrevemos não detalha o prédio, aponta apenas que está bem localizado (Figura 14).

Figura 14: Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.



Fonte: Jornal Ypameri, 29/11/1936.

Tem-se na Figura 14 uma visão geral sua fachada externa do Gymnasio Municipal de Ipameri, notando-se inclusive uma de suas dependências destinada ao regime de internato de alunos, deixando claro que a instituição atendia sua clientela oferecendo as possibilidades do externato juntamente com a do internato.

Encontramos em uma publicação jornalística de duas décadas depois uma matéria relacionada ao Gymnasio Municipal de Ipameri, com o título *Histórico do Ginásio Estadual de Ipameri*, dividida em 14 tópicos e, no terceiro, com o título *Jurisdição Educacional*, esse subdividido em quatro itens, lemos que “[...] em razão de deficiência predial, por despacho do Ministério da Educação, de 26 de julho de 1937, o Ginásio teve sua inspeção cassada” (O IPAMERI, 1957, 13^ap.).

A matéria a qual tivemos acesso da edição do jornal *O Ipameri* informa ainda que a direção da instituição recorreu da decisão tomada pelo Ministério da Educação e, entre os documentos acessados por nós no arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri, está uma pasta com a identificação na capa, classificador rápido, constando uma carta escrita pelo prefeito da cidade de Ipameri em 1938, datada de 26 de junho de 1938, Dr. Antônio Raymundo Gomes da Frota (1937-1945), solicitando ao ministro Gustavo Capanema a reconsideração da cassação recomendada pela inspeção do estabelecimento.

Há divergências entre o ano apresentado pelos dois documentos, um apresenta 1937 como ano da cassação e o outro o ano 1938, essa última data confirmada em telegrama enviado ao Departamento de Ensino Secundário pelo diretor do Gymnasio Municipal de Ipameri, de acordo com as determinações do Decreto nº. 21.241 de 1932, Art. 57, informa que:

§ 3º A suspensão da inspeção preliminar ou permanente se fará por portaria do Ministro da Educação e saúde Pública e a cassação das prerrogativas da inspeção permanente por decreto do Governo Federal. § 4º Das penas impostas, por deliberação do Departamento Nacional do Ensino ou do Conselho Nacional de Educação, caberá recurso, dentro do prazo de 60 dias, para o Ministro da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1932).

A direção da instituição teria 60 (sessenta) dias para recorrer, o que foi feito, pois na mesma pasta em que acessamos a carta do prefeito encontramos uma cópia de um telegrama enviado pelo diretor do Gymnasio Municipal de Ipameri, Nassim Salomão, ao diretor de divisão do ensino secundário, Departamento Nacional de Educação. No documento não consta o nome do diretor, mas o endereço de destino é a Rua Alcindo Guanabara 17 – Rio de Janeiro, onde se lê:

Ciente pelo vosso ofício de 10 do corrente, recebido hoje que o Exmo. Sr. Ministro Educação em despacho de 26 julho último determinou a cassação da inspeção deste Ginásio sob minha direção (virg) solicito-vos seja essa medida sustada até pronunciamento do Exmo. Sr. Ministro no recurso que lhe foi dirigido nesta data (pt). Atenciosamente saudações, Nassim Salomão, diretor Ginásio Municipal de Ipameri 17/08/1938 (ARQUIVO DO GYMNASIO).

Não encontramos o conteúdo do recurso, mas providências foram encaminhadas dentro do prazo estabelecido com objetivo de atender às determinações do Ministério da Educação e, desse modo, “[...] consumiram-lhe nova autorização de funcionamento. Nesse tempo, já se tomavam as providências para a construção de prédio próprio e adequado, no antigo terreno da UEI (União Esportiva de Ipameri)” (O IPAMERI, 1957, 13ªp.), cujo lançamento da pedra fundamental com presença de autoridades, é visualizado na Figura 15, tendo como um dos presentes o Prof. Eduardo Mancini, o quarto da esquerda para direita, um dos responsáveis pela proposta da criação do ensino secundário na cidade.

Figura 15: Lançamento da pedra fundamental do Gymnasio, outubro de 1938.



Fonte: Disponível: <https://www.facebook.com/ipameriinteriordegoias/photos/a.578344482190633/579057128786035>. Acesso em 10/08/2020.

Para compreendermos melhor como a Cooperativa conseguiu o terreno para construção do Gymnasio Municipal de Ipamery, acessamos a Certidão de inteiro teor do prédio, datada de 11/09/2013, disponibilizada pela Prefeitura Municipal:

[...] O imóvel já descrito foi edificado pela Cooperativa Ginásio Municipal de Ipamery Ltda., da qual são transmitentes sócios acionistas, em um terreno medindo 14,700 (quatorze mil, setecentos) metros quadrados, situado à Avenida Pandiá Calógeras, desta cidade, confrontando pelo lado direito, com as propriedades de Camel Neman Curã, Manoel Justino da Cruz e com a rua da Luz; pelo lado esquerdo, com as propriedades de Pedro Ferreira de Alcântara, João Francisco, Francisco Porto Damasceno, Miguel David (seus filhos) e Maria Rosa de Azevedo e sus filhos e pelo fundo com a Avenida Mor. Piranema, adquirido por compras feitas da Igreja Matriz desta cidade, por escrituras públicas de 21.07.1936 e 27.11.1943, transcritas neste Registro de Imóveis, sob nº 2.871 do livro 3A, fls.389, e 6.795 do livro 3D, fls. 135, em 21 de julho de 1936 e 27 de janeiro de 1944, respectivamente apuradas sob os números de ordens 2.955 e 6.982 do protocolo; por compra feita de Anita Tormin Veiga, por escritura pública de 3 de junho de 1938, transcrita no citado registro sob o nº 3.815 do livro 3B, fls. 41, em 15.07.1988, sendo protocolada sob o nº 3.824; por doação de Amaro Vasconcelos, conforme escritura pública de 17.08.1942, transcrita sob o nº 6.075, fls. 069, do livro 3C, em 14.12.1942, Prot. Sob o nº 6.199, por compra feita dos menores José João Neto, Hélio e Catarina Quinan, conforme escritura pub. De 27.11.1943, transcrita no mesmo Registro sob os nº 6.499, fls. 22 do livro 3C, em 06 de agosto de 1943 e 6.653 do Protocolo, e, finalmente, por compra de José Antônio Mady e sua mulher, conforme escritura pública de 22 de outubro de 1940, transcrita sob o nº 8.284 do livro 3G, fls. 151, apontada sob o número de ordem 8.722, do Protocolo, em 13 de julho de 1946, Ipamery, 17 de março

de 1947, Claudionor Soares, Oficial Autorizado [...] (CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR).

Pela análise do documento fica constatado que o terreno foi adquirido entre os anos de 1936 e 1943, através de compras feitas pela Cooperativa junto à Igreja Matriz da cidade e de particulares, bem como por uma doação realizada por um dos cooperados, Amaro Vasconcelos, totalizando uma área de 14.700 m², sendo que sua construção teve início em 1938, não sendo concluída até seu encampamento pelo Estado de Goiás em 1946.

Analisando as imagens da planta da construção do Gymnasio (Figura 16) e os dados encontrados na Certidão de inteiro teor é possível apontar algumas características do prédio em seus anos iniciais e antes do encampamento pelo Estado de Goiás, ou seja, que já contava uma área construída de 53,43 m de frente e 35,25 m de lado em forma de U, além de uma área em construção já com os alicerces prontos.

Figura 16: Planta do Gymnasio Municipal de Ipamery.



Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipamery.

Tivemos acesso a algumas imagens da construção do prédio do Gymnasio Municipal de Ipameri e pudemos constatar que nessa nova edificação os responsáveis procuraram cumprir com as exigências do Ministério da Educação relacionada para a concessão de abertura e funcionamento de uma instituição de ensino secundário e explicitadas pelo Decreto nº. 21.241/1932 (Figura 17).

Figura 17: Construção do Gymnasio Municipal de Ipamery.



Fonte: Disponível em <https://cemdaher.com.br/historia/escola>. Acesso em jul.2022.

3.3 Particularidades da instituição: subvenções municipal e estadual

Com objetivo de explicar como a cooperativa administrava financeiramente o Gymnasio Municipal de Ipameri durante os anos do recorte temporal estabelecido para esta pesquisa, constatamos que os interessados em criar o ensino secundário na cidade (os diretores do Colégio Sírio-Brasileiro e outras pessoas que integravam alguns dos setores mais privilegiados da sociedade local, com destaque a Colônia Síria de Ipameri) se organizaram com o escopo de ampliar a oferta do ensino que era oferecido em sua instituição educacional, nesse caso o ensino secundário.

A percepção mais geral a qual temos a esse respeito é que esses integrantes da Colônia Síria de Ipameri, para a concretização do projeto em ofertar o ensino secundário na cidade, venderam quotas para as pessoas que estivessem dispostas a contribuir com a proposta, desse modo, se associariam à cooperativa criada para esse fim, constituída como a mantenedora da instituição, como foi apresentado no livro de atas em suas páginas 2 e 3.

A análise da documentação possibilitou a identificação de relações do Gymnasio Municipal de Ipameri com diversos representantes dos poderes públicos estadual e municipal. No que diz respeito à sua manutenção financeira, verificamos que, além das mensalidades pagas pelos alunos, havia o compromisso de envio de subvenções por parte das administrações estadual e municipal.

De acordo com uma pasta relacionada à inspeção federal realizada no ano de 1940, feita por José Batista Calazans de Alencar³⁶ e enviada ao Ex. Sr. Diretor da Divisão do Ensino

³⁶ Inspetor federal junto ao Gymnasio Municipal de Ipameri.

Secundário, Departamento Nacional de Educação no Rio de Janeiro. A pasta contém 195 folhas e, na primeira parte do relatório, o inspetor fala dos dados gerais da instituição em 10 tópicos: 1- Nome do estabelecimento; 2- Histórico; 3- Organização administrativa; 4- Matrícula; 5- Horário; 6- Organização da escrita financeira; 7- Garantias de funcionamento; 8- Corpo docente; 9- Regulamento; 10- Instalações para intervalo. No sétimo tópico, lemos que:

A renda atual do estabelecimento dá para cobrir as despesas da sua manutenção. Possui edifício próprio (em parte construído e parte em construção). Dispõe de outras fontes de renda, representadas pelas subvenções estadual e municipal, que são: 6:000\$000 e 4:000\$000, respectivamente (ARQUIVO DO GYMNASIO).

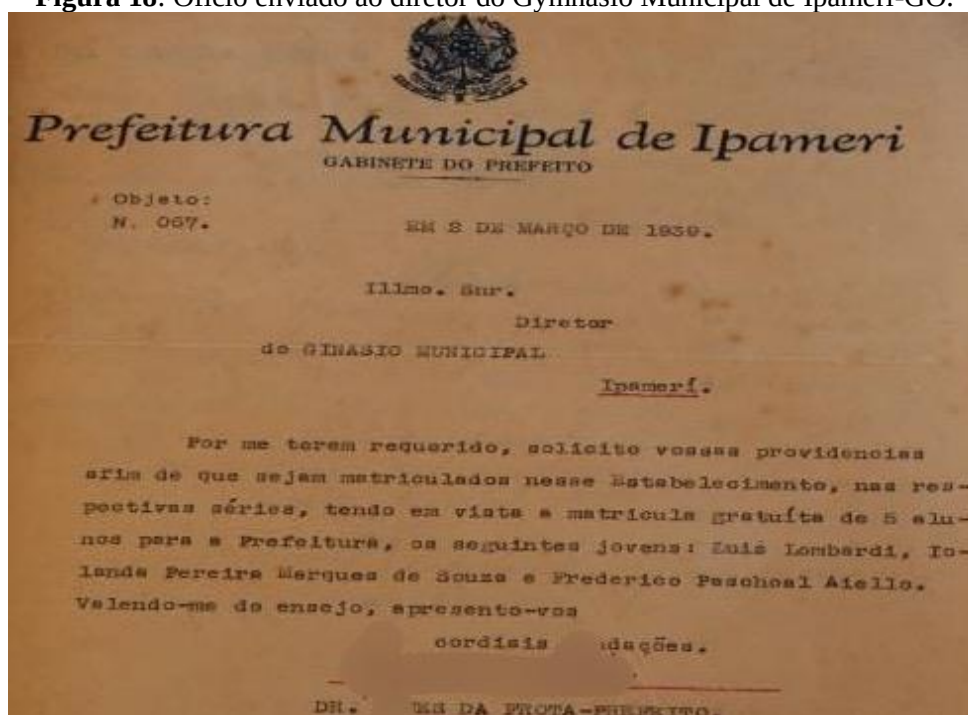
Quanto à subvenção dada pela prefeitura municipal ao Gymnasio, notamos que era condicionada à contrapartida da instituição receber alunos indicados por ela para estudar. Os documentos não mencionam a origem desses alunos. Em outra pasta no arquivo da instituição, na capa dela está classificador rápido, encontramos correspondências expedidas e recebidas de 1937 a 1939, composta de 105 (cento e cinco) folhas, entre elas um ofício emitido pelo prefeito da cidade, Dr. Antônio Raymundo Gomes da Frota, com data de 23 de março de 1938, encaminhado ao diretor do Gymnasio Municipal de Ipameri, a seguir:

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. Excia. que até o presente momento os alunos indicados por esta prefeitura, para o preenchimento das vagas a que esta tem direito nesse Estabelecimento de Ensino, são os seguintes: 1- Ilda Semerene Miguel, 2- Calixto Semerene Miguel, 3- Sebastião Costa, 4- Iron Pedro Bragança (ARQUIVO DO GYMNASIO).

Com objetivo de explicar os pré-requisitos para isenção de alunos do pagamento das mensalidades, encontramos na mesma pasta um documento enviado ao prefeito pelo inspetor federal, César Augusto Ceva em 1937, em resposta a um ofício feito pelo prefeito, solicitando-se os boletins de alunos que eram indicados pela prefeitura para estudar no Gymnasio.

Entendemos que, por certo, exigia-se deles boas notas, cuja comprovação se dava mediante conferência dos seus respectivos boletins. Segundo consta no mesmo documento, esses alunos eram isentos das mensalidades, mas sujeitos a pagar a taxa de inspeção. Ainda na mesma pasta, acessamos outro ofício em que o prefeito solicita a matrícula de 3 (três) alunos (Figura 18).

Figura 18: Ofício enviado ao diretor do Gymnasio Municipal de Ipameri-GO.



Fonte: Arquivo do Gymnasio.

Nesse mesmo arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri, na mesma pasta já citada, identificada como classificador rápido, há correspondências expedidas e recebidas entre os anos de 1937 a 1939. Analisamos uma carta de 27 de abril de 1937, enviada pelo diretor da cooperativa Elias Miguel Daher ao deputado estadual Antônio Raymundo Gomes da Frota, cujo motivo foi o de dar andamento às negociações iniciadas pelo diretor gerente da cooperativa, Sr. Bechara Daher, para ser recebida do governo estadual as subvenções dos anos 1934, 1935, 1936 e 1937, lendo-se que:

Ipameri, 27 de abril de 1937

Exmo. Snr.

Dr. Antônio Raymundo Gomes da Frota

Confirmando as entabolações iniciadas com V. Excia. pelo Diretor Gerente desta Sociedade Snr. Bechara Daher, com o objetivo de ser alcançado o pagamento da subvenção Estadual a que tem direito este Estabelecimento, e referente aos anos de 1934, 1935, 1936 e 1937, tenho o prazer de, seguindo suas instruções, juntar a este a procuração que dá a V. Excia. os poderes necessários para o recebimento da citada subvenção, juntando ao mesmo tempo uma nota da importância da mesma. Conhecedores que somos do esforço com que sempre luta em prol das causas que visam o engrandecimento de nosso Estado, temos certeza de que V. Excia. não medirá esforços para a solução do encargo que tão nobremente se dignou tomar em suas mãos movido pelo seu alto espírito de compreensão. Cooperando dest'arte conosco V. Excia. contribuirá para a realização do elevado desejo da nossa mocidade que é ter um Educandario à altura de lhes ministrar a cultura necessária ao soerguimento intelectual da nossa juventude. Fazendo-lhe os mais sinceros

protestos de estima. Atenciosamente Elias Miguel Daher Presidente (ARQUIVO DO GYMNASIO MUNICIPAL DE IPAMERI).

O que depreendemos do exposto é que os responsáveis pela cooperativa, mantenedora do Gymnasio Municipal de Ipameri, mantinham relações com pessoas que ocupavam cargos públicos, porque segundo o presidente da cooperativa, Elias Miguel Daher, ele estava cumprindo as instruções do deputado em relação a documentação para o recebimento da subvenção estadual em atraso, evidenciando que houve, possivelmente, diálogos e tratativas em momentos anteriores, o que remete à uma discussão mais ampla em torno de que como se dão as relações políticas da sociedade brasileira.

O que entendemos a partir do exposto é que o caso retratado na transcrição acima, envolvendo Elias Miguel Daher e o deputado federal Antonio Raymundo Gomes da Frota nas tratativas do recebimento do governo estadual das subvenções dos anos 1934, 1935, 1936 e 1937, demonstra uma característica essencial da política brasileira, ou seja, a questão das trocas de favores entre os diferentes atores políticos e sociais não só no período retratado, “Era Vargas”, e o estado goiano nesse contexto, em que sobressaem os pontos relacionados com o mando e a subserviência.

Mais uma constatação que podemos fazer a partir desse episódio é dentre as diferentes esferas de poder que concorreram para criação e funcionamento do Gymnasio Municipal de Ipameri e que poderiam alocar recursos financeiros na instituição através de subvenções estaduais, federais e municipais, parece que apenas o poder público municipal estava atendendo essa demanda, aliás condicionada à contrapartida da instituição receber alunos indicados por ela, pois as tratativas envolvendo Elias Miguel Daher e o deputado federal Antonio Raymundo Gomes da Frota buscavam o recebimento de subvenções referentes aos anos de 1934 a 1936, cujos atrasos levavam a dificuldades em relação à manutenção da instituição e ao pagamento de despesas físicas, inclusive o salário de professores.

Em relação à subvenção federal, encontramos no arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri, em uma pasta com a identificação na capa “Correspondência recebida da Diretoria do Ensino secundário de 1933 a 1950 (Inclusive Inspetoria)”, com 150 (cento e cinquenta) folhas, identificamos entre elas um ofício recebido da Secretaria da Presidência da República, com data de 06 de agosto de 1940, enviado ao professor Eduardo Mancini, tratando de um pedido feito pelo professor de subvenção federal, lendo-se que:

Com referência à carta que dirigiste ao Exmo presidente da República, informa o Ministério da Educação haver o Conselho Nacional de Serviço So-

cial, negado a subvenção federal ao Ginásio Municipal de Ipameri dada a finalidade comercial do estabelecimento. Cordiais saudações, Oficial de Gabinete (ARQUIVO DO GYMNASIO).

O pedido de subvenção federal foi feito e negado tendo como justificativa o fato de que a instituição tinha finalidade comercial, ou seja, tinha o compromisso precípua, apontado inclusive em seu estatuto, de gerar lucros para os sócios cotistas. Encontramos outra pasta nos arquivos do Gymnasio, com a identificação “Pedido de subvenção Federal para o Ginásio Municipal de Ipameri” de 1942, constando um novo pedido de subvenção, feita pelo diretor da instituição, Joaquim Rosa, e não encontramos resposta para essa solicitação.

As relações que conseguimos entrever entre os membros da mantenedora do Gymnasio Municipal de Ipameri e o governo central, via Ministério da Educação e Saúde, é que o órgão federal manteve seu papel de permitir a abertura e funcionamento da instituição educacional voltada para a oferta do ensino secundário e, a partir daí, fiscalizá-la através do sistema de inspeção federal, criado através do Decreto nº. 21.241/1932.

O que chama nossa atenção nesse ponto, embora a criação do sistema de inspetorias federais do ensino secundário e universitário em 1932, como exigência taxativa de concurso público de provas para que a função fosse preenchida, a prática consolidada foi a de nomeação dos inspetores, sendo que:

Governadores e interventores [...] usam-na amplamente como meio de atender aos seus compromissos de apadrinhamento. Capanema, através de quem se encaminham as nomeações à aprovação do Presidente Vargas, é inteiramente receptivo às indicações daqueles interventores, como de outros, assim como de senadores, deputados e figuras ilustres ou que ocupam cargos importantes na República (ROCHA, 2000, p. 163).

Ao trazermos essa informação acerca de como se davam as nomeações dos inspetores federais, embora a previsão da necessidade de concurso público, levantamos alguns questionamentos sobre as dificuldades que o Gymnasio Municipal de Ipameri passou a ter, ao ponto de ter subvenções federais negadas e as estaduais atrasadas, e até mesmo a sua concessão de funcionamento cassada: sendo o chefe do executivo local de Ipameri um aliado político do interventor federal no Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, pois se não o fosse não teria sido nomeado prefeito da cidade, nos perguntamos por que o desinteresse em ajudar o estabelecimento educacional ipamerino, ajuda que evitaria a solução final de sua transferência para a administração estadual anos depois.

Dentre as explicações possíveis que podem ser elencadas, embora com pouco respaldo na documentação acessada relacionada com o Gymnasio Municipal de Ipameri, consideramos que não estavam ainda nos planos da administração estadual tornar efetiva a opção de interiorização do ensino secundário, ademais quando levamos em conta o fato de que a nova capital do estado demandava ainda muita atenção para sua consolidação, inclusive em termos de estrutura e infraestrutura administrativas.

Lembramos também que, em 1938 aconteceu a transferência do Lyceu de Goyaz da Cidade de Goiás para Goiânia, passando a ser chamado logo depois de Lyceu de Goiânia, uma instituição de ensino que em “[...] um novo cenário, tornou-se outra, com novos alunos, novos objetivos, contudo, ainda cercada da tradição obtida nos seus anos de atividade na Cidade de Goiás” (BARROS, 2012, p. 17), nos levando a argumentar que se tornou mais interessante para a administração de Pedro Ludovico Teixeira investir mais na instituição no estabelecimento educacional da capital em detrimento daqueles sediados nos poucos municípios, Bonfim, Ipameri e Morrinhos, por exemplo.

Entendemos que essa se tornou uma estratégica política do interventor goiano, Pedro Ludovico Teixeira, isto é, apoiar o Lyceu de Goiânia, uma instituição voltada para a formação das elites goianas muito mais próxima a ele e de todo o centro de poder estadual, tornando-se pouco atrativa a opção de investir nessa mesma formação em localidades mais distantes da capital e do seu raio de ação e influência, o que pode ter levado também várias famílias influentes em seus respectivos municípios a entender essa sinalização, inclusive algumas de Ipameri, pois se o Gymnasio Municipal de Ipameri passou a atender a demanda de formação secundária de seus filhos, essa formação se daria longe do centro de poder que a capital goiana passou a representar.

Feitas essas considerações, voltamos a considerar que a cooperativa mantenedora do Gymnasio Municipal de Ipameri buscava junto aos poderes públicos em suas diferentes esferas, auxílio para a manutenção da instituição e que, sem o auxílio federal e com os atrasos das subvenções estaduais, o caminho que os administradores do Gymnasio Municipal de Ipameri escolheram foi o da sua doação ao poder público municipal ou à Igreja Católica, o que não foi aceito por nenhuma das partes, fato que só foi concretizado em 1946, quando se deu o encampamento pelo Estado de Goiás, assunto que trataremos no tópico abaixo.

3.4 Encampamento do Gymnasio pelo poder público estadual em 1946

O Gymnasio Municipal de Ipameri foi idealizado para suprir a necessidade do ensino secundário na cidade e, para tanto, recebeu subvenções municipais e estaduais, sendo que a estadual atrasou durante os anos de 1934 a 1937, conforme descrito no tópico anterior. Percebemos nessa dinâmica que o contexto relacionado com sua administração financeira, associado à necessidade da construção de um novo prédio para abrigá-lo, influenciou na tomada de decisão da cooperativa de entregá-lo para outra entidade que desejasse dar continuidade às suas atividades.

Antes do Gymnasio Municipal de Ipameri ser encampado pelo Estado de Goiás, a cooperativa negociou sua doação para o município ou para a Igreja Católica, como constatado no livro de atas disponibilizado na Biblioteca Pública de Ipameri, na página 15, que trata de uma reunião realizada em 01 de maio de 1938 para “[...] tratar da dissolução voluntária da sociedade, a fim de ser cedida a Prefeitura dessa cidade, o Ginásio Municipal de Ipameri [...]”, lendo-se ainda que:

Em virtude de não haver, o Sr. Dr. Prefeito Municipal desta cidade respondido ao officio que lhe foi dirigido pelo director-gerente desta Cooperativa, em data de 14 de Abril passado, solicitando ao mesmo a confirmação de seu governo quanto a seção do Gymnasio a prefeitura desta cidade, foi levantada uma discussão sobre a data para convocação da terceira e última Assembleia, digo, terceira e última reunião desta Assembleia afim de ser resolvido definitivamente este assunto. Depois de acalorados debates, ficou resolvida a designação de uma comissão para levar e apresentar ao dito Sr. Prefeito Municipal desta cidade um novo officio com as condições de salvaguarda dos motivos, interesses desta Cooperativa e da Prefeitura Municipal, para que o mesmo prefeito responda quanto a aceitação destas condições afim de que possa ser resolvida o assunto na referida terceira e última reunião que ficou marcada para o dia oito corrente mez de Maio, ficando dita comissão composta dos Srs. Consórcios: Elias Miguel Daher, Vicente Marot, Bechara Daher, Romão Edreira, Jose Francisco dos Santos e João Evangelista de Sales que levará ao mesmo Sr. Prefeito o officio acima aludido (LIVRO DE ATAS, p. 15, 10/04/1938).

Em concordância com as datas apresentadas, o ofício tratando da cessão do Gymnasio à prefeitura foi encaminhado para o prefeito em 14 de abril de 1938. Diante do silêncio dele, não emitindo nenhum parecer, convocaram uma nova reunião realizada em 01 de maio de 1938, para tratar da questão, decidindo-se pela formação de uma comissão para buscar junto ao representante do poder público municipal o parecer.

No conjunto dos documentos analisados, considerando o que o Decreto nº. 21.241/1932, determina que o prédio para funcionar uma instituição de ensino secundário teria que estar de acordo com as determinações estabelecidas pelo Departamento Nacional de

Ensino e, pela fotografia do estabelecimento em 1936, percebemos que era um prédio adaptado, de início recebeu a oficialização, porém cassada em 1938. Não temos dúvidas de que os responsáveis pela instituição estavam cientes das providências as quais deveriam ser tomadas, ou seja, a construção de um local apropriado para abrigá-lo, contexto que mudaria com a resposta positiva do prefeito, porque assumiria essa responsabilidade.

No mesmo livro de atas consta uma reunião com objetivo de “[...] tratar da dissolução voluntária da sociedade, a fim de ser o activo e passivo do Ginásio Municipal de Ipameri, cedido a Prefeitura Municipal desta cidade”, realizada no dia 08 de maio de 1938:

[...] dar conhecimento do que havia ficado resolvido, com o dito sr. Prefeito Municipal desta cidade, em relação a transferência do Ginásio para a Prefeitura, conforme as condições estabelecidas no ofício que ao mesmo Prefeito foi encaminhado por intermédio da referida comissão, em data de 2 do corrente mês. Pela mesma comissão que foi composta de seis sócios desta Cooperativa, foi apresentada uma carta assignada pelo dito sr. Prefeito Municipal, que foi, pelo sr. Presidente, mandada transcrever nesta Ata, depois de ser lida perante a Assembleia e cujos dizeres são os seguintes “Ipameri, 7 de Maio de 1938. Presado amigo Bechara Daher, saldações. Tenho seu ofício de 2 de Maio de 1938, firmado por mais dois amigos os srs. Elias M. Daher e Cecílio Daher que com muito praser respondo hoje, na impossibilidade de fazel-o antes de ter um entendimento com o sr. Arcebispo. Iciente dos seus dizeres, levo ao seu conhecimento que o sr. Arcebispo recusou terminantemente a proposta. Nesta conformidade fica o nobre amigo com plena liberdade de agir da forma que melhor entender. Agradecendo a atenção que dispensou-me, firmo-me com muita consideração, pedindo-lhe a gentileza de faser esta conhecida dos outros dois signatários do offício em apresso. Do amigo grato (assinada) Dr. Gomes da Frota”. [...] foi endereçado ao Exmº Sr. Dr. Prefeito desta cidade o ofício que vai abaixo transcripto: Ipameri, 8 de Maio de 1938, Exmº Sr. Dr. Antônio Raymundo Gomes da Frota, Sr. Prefeito Municipal desta cidade. Cumprimos o grato dever de comunicar a V.Excia que a Sociedade Cooperativa de responsabilidade Limitada (Ginasio Municipal de Ipameri), em 3ª e última reunião para a Assembleia Geral Extraordinária de seus associado realizada hoje, nesta cidade, resolveu tomar conhecimento dos dizeres de vossa honrosa carta datada de 7 deste mês, pela qual V.Excia. Se dignava trazer os conhecimentos desta Diretoria a resolução Exmº Rev.mo sr. Arcebispo deste Estado, com referência a transferência do Ginasio desta cidade para direção daquele prelado ou de uma Congregação Religiosa que fosse escolhida pelo governo desse Município. Outrosim, por proposta de um dos membros ou associados presentes foi consignado em Acta da mesma reunião um voto de agradecimento a V.Excia, pelos esforços por vós empregados no sentido de levar avante essa negociação, infelizmente fracassada por motivos independentes da vontade desta diretoria, tendo também ficado assente, nesta dita reunião, a construção de um prédio para a localização do referido educandário, nas condições exigidas pelo Departamento Nacional do Ensino, cuja as obras pretendemos dar início o mais urgente possível, para cuja realização contamos, desde já, com elevado patriotismo de V.Excia. a par do vosso valioso auxílio moral e material para esse nosso empreendimento, visto ser o mesmo de reconhecida e insofismável utilidade

para este Município e Grande parte deste Estado (LIVRO DE ATAS, p. 16, 08/051938).

Em concordância com os dados apresentados na ata, a comissão encarregada de falar com o prefeito e trazer a resposta, constatamos que ele intermediou a negociação com o arcebispo de Goiás³⁷ sobre a transferência do Gymnasio Municipal de Ipameri para a responsabilidade da Igreja Católica.

Com as respostas da prefeitura e da Igreja Católica, ambas negativas, cabe lembrar que quem se responsabilizasse pela administração do Gymnasio Municipal de Ipameri, teria de providenciar um novo local para seu funcionamento, assumindo uma instituição sem sede própria, problema o qual teria que ser resolvido com investimentos financeiros, condição não atrativa e, certamente, influenciou no fracasso da sua transferência.

A direção da instituição continuou a administrá-la e seus responsáveis decidiram pela construção de um prédio próprio, erigido de acordo com as exigências do Departamento Nacional de Ensino. Para o levantamento do capital para realização da obra ficou decidido que venderiam ações e que “[...] vendendo essas ações, os juros de dez por cento (10%) ao ano e que deverá começar a ser contados da data da conclusão das obras e consequente ocupação do prédio pelo Ginasio e sendo essas mesmas ações garantidas pelo próprio prédio [...]” (LIVRO DE ATAS, p. 16).

Quando houve a cassação da inspeção determinada pelo Ministério da Educação em 1938, a cooperativa já havia decidido construir uma sede própria para transferência da instituição, o que é alardeado em matéria jornalística, lendo-se que “[...] ingentes esforços levaram os membros da Cooperativa à construção de almejado prédio” (O IPAMERI, 1957, 13ªp.).

Segundo matéria no jornal, “[...] sua construção foi iniciada nos anos de 1938. Concluída em 1940 uma parte da obra [...]”. A mudança foi feita mesmo com o prédio inacabado e não identificamos nos documentos analisados o dia e mês da transferência do Gymnasio. O prédio recebeu a visita do Inspetor Federal José Baphista Calazans que fez a verificação prévia da nova sede, assentando em seu relatório que “[...] oferece, todavia, boas condições para o seu funcionamento” (O IPAMERI, 30/05/1957), conforme visualização na Figura 19.

³⁷ “Dom Emanuel Gomes de Oliveira, que foi bispo de Goiás de 1923 a 1955. Emanuel nasceu no dia 9 de janeiro de 1874, em Benevente, atual Anchieta, no estado do Espírito Santo, filho de José Gomes de Oliveira e Maria Matos de Oliveira. Seu pai era tenente coronel do exército brasileiro e faleceu em 1881, quando Emanuel tinha sete anos. Ele foi formado no seio de uma família católica tradicional e, por meio de sua mãe, recebeu os primeiros princípios da fé católica”. Disponível: <https://www.arquidiocesedegoiania.org.br/comunicacao/noticias/1640-dom-emanuel-gomes-de-oliveira-um-pouco-de-sua-historia> Acesso: 12/01/2022

Figura 19: Prédio do Gymnasio Municipal de Ipamery.



Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipamery.

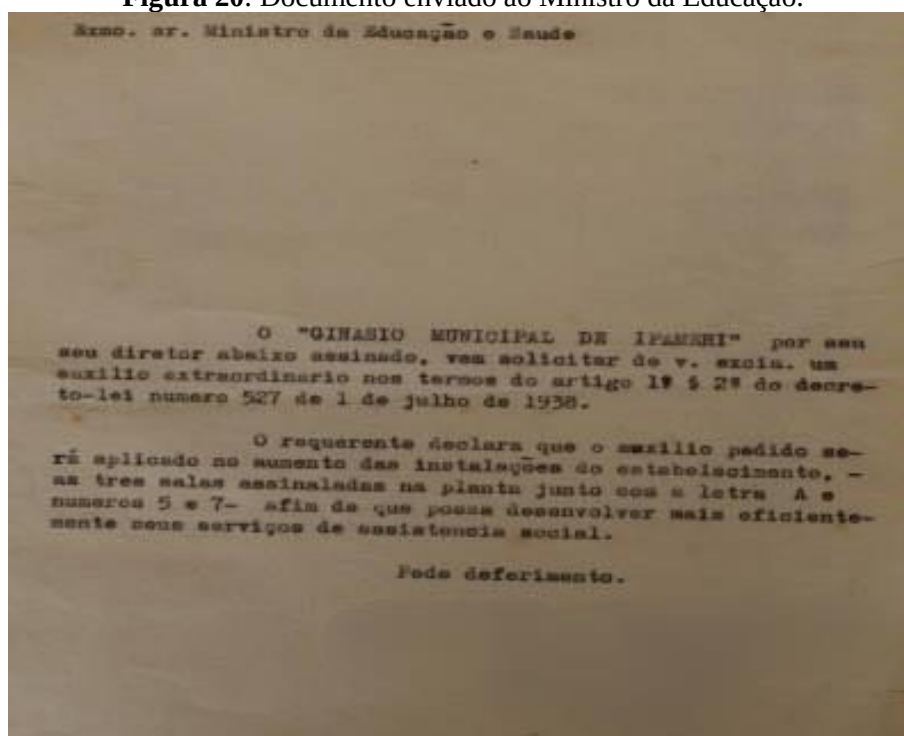
Encontramos no arquivo do Gymnasio Municipal de Ipameri uma pasta identificada como “1942, pedido de subvenção federal para o Ginásio Municipal de Ipameri”, com 22 (vinte e duas) folhas, não constando uma sequência de assuntos tratados nos documentos, dando a impressão de que foram arquivados aleatoriamente. Entre eles, dois nos chamaram atenção: um deles está relacionado a um pedido de subvenção extraordinária federal para ampliação do Gymnasio, cabendo aqui a reflexão de que, de acordo com o Decreto-Lei nº. 527, de 1º de julho de 1938, que regula as formas de cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, está determinado que:

Art. 1º A cooperação financeira da União com as entidades privadas, através do Ministério da Educação e Saúde, será de duas modalidades: ordinária e extraordinária.

§ 1º A cooperação ordinária consistirá na concessão anual da subvenção federal às instituições regularmente organizadas, para auxiliar a realização de seus objetivos normais.

§ 2º A cooperação extraordinária consistirá na concessão da subvenção federal a qualquer entidade de caráter privado para auxiliar a realização de atividades de natureza especial ou temporária (BRASIL, 1938).

O diretor do Gymnasio se baseou no decreto supracitado para fazer o pedido de subvenção extraordinária federal, endereçada ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde, conforme se vê na Figura 20.

Figura 20: Documento enviado ao Ministro da Educação.

Fonte: Arquivo do Gymnasio Municipal de Ipamery.

Na mesma pasta encontramos outro documento com a data de 20 de abril de 1938, um atestado feito pelo Sr. Prefeito da cidade, Dr. Antonio Raymundo Gomes da Frota, informando que:

[...] tem patrimônio próprio e renda regular constituída das contribuições dos alunos, que não recebe auxílio do governo federal concedido por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, que não dispõe de recursos próprios para o aumento de suas instalações e ampliação de seus serviços de assistência social gratuita [...] (ARQUIVO DO GYMNASIO).

Entendemos que os dois documentos se complementam, porque o diretor do Gymnasio Municipal de Ipameri, ao pedir subvenção extraordinária para o estabelecimento, sustentou seu pedido no que determina o Decreto-lei Lei nº. 527/1938, confirmado pelo prefeito, atestando que a instituição prestava serviços de assistência social gratuita, de acordo com o decreto, era pré-requisito para solicitação da subvenção e no estabelecimento havia alunos que estudavam isentos de pagamentos de mensalidades.

No livro de atas, na p. 58, consta uma reunião do dia 28 de outubro de 1945 para tratar da doação do Gymnasio Municipal de Ipameri para o Estado de Goiás e, por falta de número legal para validar o decidido na assembleia, ela não aconteceu. Em seguida, na mesma página 58, consta outra reunião no dia 04 de novembro de 1945 para tratar do mesmo tema, que tam-

bém não ocorreu por falta de número legal de membros associados da cooperativa, sendo deliberada a realização de uma última reunião que aconteceria independentemente do número de presentes, para o dia 11 de novembro de 1945 para discutir os problemas atinentes a situação da instituição.

Notamos que duas reuniões não aconteceram por falta de número suficiente de membros, o que nos leva a concluir que, mesmo sendo tratados temas importantes, a dissolução da cooperativa e doação do Gymnasio Municipal de Ipameri para o Estado de Goiás, parte dos associados estava negligenciando tais assuntos, demonstrando-se com isso algum descaso com a cooperativa e seus administradores.

No livro de atas disponibilizado na Biblioteca Pública, consta essa reunião do dia 11 de novembro de 1945 para tratar da doação do Gymnasio para o Estado de Goiás, lendo-se que:

Fez uso da palavra o professor José Cunha Bastos Júnior que propôs a nomeação da comissão, digo, propôs a dissolução da cooperativa e a seguir a nomeação de uma comissão para com plenos poderes ir a Goiânia e tratar diretamente com o atual interventor dr. Eladio de Amorim sobre a encampação do ginásio ..." [...] posta a votação simbólica, a dissolução da Cooperativa-Ginásio Municipal de Ipameri..." A seguir foi nomeada uma comissão composta pelos Srs. Dr. João de Pinho Costa Júnior, Gomes da Frota, Sr. Romão Edreira, Sebastião Carneiro e Dr. José Amimj. Daher, Jorge Bechara Daher, Monir Cosac e como convidado o dr. Joaquim Augusto Perilo, como professor do Ginásio, o Sr. José Joaquim de Souza promotor público desta comarca, pelo Sr. Presidente foi proposto que se fizesse constar do corpo desta Ata a carta circular que acompanha a citada convocação da Assembleia na qual o presidente da cooperativa e faz a atual situação deste Ginásio e a necessidade de ser ele encampado pelo Estado..." [...] O teor da carta circular dirigida pelos associados é a que segue: "Exmo sr. Tendo o governo do Estado publicado um decreto criando um Ginásio no Sul do Estado e estando a Cooperativa Ginasio Municipal de Ipameri Limitada, da qual V.S. é acionista,- em sérias dificuldades para prosseguir no seu funcionamento como é do domínio público os pretendemos aproveitar esta oportunidade transferir o Ginasio ao Estado sobre a condição de se continuar os nossos objetivos estando certos, nos enviará com muita urgência o seu apoio, comparecendo a Assembleia já convocada para o dia 28 do mez de Outubro, caso V.S. não possa comparecer a esse importante reunião solicitamos-lhe que nos envie uma procuração com poderes amplos e ilimitados para resolvermos como melhor e mais conveniente nos parecer, a até mesmo doação se preciso for. Contudo, certo com a sua colaboração e boa vontade, o bem da Cooperativa e do Município nos subscrevemo-nos (LIVRO DE ATAS p. 60, 11/11/1945).

Na reunião em que tratou da dissolução da cooperativa e da transferência do Gymnasio Municipal de Ipamery para o Estado de Goiás, foi nomeada uma comissão para falar com o interventor estadual, o argumento utilizado para a transferência foi que a cooperativa passa-

va por dificuldades, certamente financeiras, pois funcionava em um prédio inacabado e, com os constantes atrasos das subvenções estaduais, a cooperativa se via impedida de continuar na sua administração, acrescentando-se que os membros acionistas, entre eles os administradores da cooperativa, estavam certos que aceitando a transferência, o Estado de Goiás continuaria com os mesmos objetivos educacionais.

Doar a instituição para o Estado de Goiás obteve sucesso na gestão de Eládio de Amorim, com a proposta sendo concretizada e confirmada em uma pasta, sem identificação na capa, disponível no arquivo do Gymnasio Municipal de Ipamery. Nela encontra-se uma cópia do Diário Oficial do Estado de Goiaz, publicado no dia 29 de janeiro de 1946, onde consta que ele foi encampado de acordo com o Decreto nº. 63, de 24 de janeiro de 1946. A partir do encampamento, ele passou a denominar-se Ginasio Oficial de Ipameri.

3.5 Considerações parciais

Nesse capítulo constatamos que para a ampliação do ensino oferecido pelo Colégio Sírrio-Brasileiro se estendendo ao secundário, segmentos da sociedade ipamerina foi convidada a participar com os administradores da instituição promovendo reuniões e apresentando a proposta, que foi acolhida. Para sua materialização, os responsáveis pela proposta seguiram as determinações legais do período, ou seja, o que estabelecia os decretos de 1931 e 1932 da Reforma Francisco Campos.

Constatamos que havia subvenções por parte dos poderes públicos municipal e estadual concedidas ao Gymnasio Municipal de Ipamery. Quanto às subvenções federais, apesar de solicitadas, não foram concedidas. Os valores dessas subvenções influenciavam, certamente, na administração e manutenção da instituição, visto que funcionava em um prédio ainda inacabado, conduzindo ao entendimento que se tivessem renda suficiente teriam concluído a sede da instituição.

A alternativa de doar o Gymnasio Municipal de Ipamery, ou seja, transferir sua administração para outro ente, político ou religioso, foi a solução encontrada naquele momento, pois os interessados em criar o ensino secundário na cidade se associaram e fundaram a cooperativa para mantê-lo, receberam autorização para funcionar, porém, cassada por apresentar deficiência em relação às instalações prediais.

A sociedade local foi convidada a participar da construção de uma sede própria para o estabelecimento educacional através da compra de ações da cooperativa e, assim, levantaram capital para execução de parte do prédio porque, como vimos, ficou inacabado até 1951.

As ações tomadas pelos administradores do Gymnasio Municipal de Ipameri para mantê-lo dentro das determinações legais envolviam recursos financeiros e, diante do que constatamos, não foram suficientes, resultando na decisão da administração em transferi-lo, ação concretizada em 1946, aponta também para as dificuldades de criação e consolidação do ensino secundário, uma ação que começou a ganhar força a partir da “Era Vargas”, cujo compromisso educacional era a formação das elites nacionais e regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início destacamos a importância de se pesquisar a constituição e o funcionamento de instituições de ensino em diferentes períodos históricos, estando claro que esse trabalho exige esforços significativos de pesquisadores no exercício de compreender, entender e interpretar as motivações de seus idealizadores, o que traz a necessidade de se identificar os vários atores envolvidos no processo e suas concepções de educação e os objetivos que desejam alcançar ao oferecer espaços, formas e meios de formação educacional.

A época histórica em que situamos nossa investigação sobre a criação do Gymnasio Municipal de Ipamery, a Era Vargas, foi marcada por uma efervescência política já no seu início, momento em que Getúlio Vargas ascende ao poder através de um golpe chamado de revolucionário, promovendo mudanças nos rumos políticos e sociais de todo o país, inclusive na área da educação.

No início do seu governo provisório entre os anos de 1930-1934, Getúlio Vargas (re)cria o Ministério da Educação, que passa a ser Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, e empossa Francisco Campos como seu primeiro ministro, que será o responsável por reformas as quais trazem organicidade para o ensino no país em seus diferentes níveis, notadamente no secundário e no superior, ambos ficando sob a fiscalização do governo central, deixando para estados e municípios a responsabilidade do elementar ou fundamental.

A análise da legislação do período foi importante, pois trouxeram organicidade para o ensino secundário e superior, as reformas de Francisco Campos realizadas pelo Decreto nº. 19.890/1931 e Decreto nº. 21.241/1932, operam também a equiparação entre o poder público e a iniciativa particular na oferta do ensino secundário, criando-se normas e regras rigorosas para seu funcionamento, bem como instrumentos e meios para sua fiscalização.

O estudo realizado demonstra que o Gymnasio Municipal de Ipamery foi criado, nesse contexto, pela iniciativa particular no ano 1933, atendendo as demandas pelo ensino secundário em Ipameri, ficando claro em nosso percurso investigativo que, embora os esforços para ofertá-lo na cidade, manteve-se como privilégio das classes mais abastadas da sociedade local, apesar de atender de forma assistencial alguns alunos, entre eles, indicados pelo poder público municipal.

Constatamos, no período da criação do Gymnasio Municipal de Ipamery, havia apenas mais 2 (duas) instituições de ensino secundário no Estado de Goiás: o Lyceu, localizado na Cidade de Goiaz e posteriormente transferido para a nova capital, Goiânia, e o Colégio Anchieta em Bonfim, atualmente Silvânia, que recebiam alunos de todo o Estado, fato limitante

para o ingresso nessa modalidade de ensino, posto que existência de poucas instituições dificultava o acesso.

Vimos que, embora ninguém fosse impedido de frequentar o Lyceu e o Colégio Anchieta, alunos de Ipameri que queriam cursar o ensino secundário, teriam que se deslocar por estradas quase intrafegáveis dada a infraestrutura deficiente, sendo a opção mais viável ir para os estados de Minas Gerais ou São Paulo. Esse deslocamento foi favorecido com a chegada da estrada de ferro em Goiás e, em Ipameri nos anos 1910, o que favoreceu o rompimento com o isolamento do estado das regiões consideradas mais desenvolvidas do país.

Notamos também que tanto a chegada da energia elétrica e da estrada de ferro em Ipameri nos anos 1910, impulsionaram o desenvolvimento socioeconômico da cidade e de seu entorno, favorecendo um novo capítulo de sua história em que se notam características consideradas modernas para o período, tornando-se então atrativa para imigrantes que desejavam desenvolver suas atividades comerciais.

Tendo em vista que os alunos os quais precisavam cursar o ensino secundário se deslocavam para outras localidades, ficou claro para nós que passou a existir uma demanda maior por essa modalidade de ensino na cidade, a qual contava com o Colégio Sírrio-Brasileiro, instituição particular de ensino que era administrada pelos professores José Lombardi e Eduardo Mancini, mantida por uma sociedade comercial, desse modo, propuseram a ampliação do ensino oferecido naquele colégio, se estendendo ao secundário.

Em relação ao objetivo geral proposto para esta pesquisa, verificamos que os pais os quais viam seus filhos se deslocando para outras localidades se convenceram das vantagens da proposta de se ter uma instituição de ensino secundário na cidade e, para tanto, se mobilizaram junto com outros membros da sociedade ipamerina para concretização de tal objetivo, constatando-se que os poderes públicos municipal e estadual não tomaram a iniciativa para a criação da instituição, mas mantiveram boas relações políticas com ela, porque sempre que solicitados recorriam a outras instancias públicas para ajudá-la em suas demandas.

Os documentos consultados mostram que para a abertura e funcionamento do Gymnasio Municipal de Ipamery se criou uma Sociedade Cooperativa, favorecendo os idealizadores o capital necessário através de quotas-partes vendidas para as pessoas que quisessem se associar, sendo que a sociedade comercial que mantinha o Colégio Sírrio-Brasileiro de Ipameri a partir de 1933, como constatado pelos documentos, foi transformada em Cooperativa, passando a ter uma nova denominação, de Gymnasio Municipal de Ipamery, uma instituição particular de ensino secundário, cujo acesso implicava, dentre outros pontos, no pagamento de men-

salidades, uma indicação que era destinado por sua vez, às classes mais abastadas da sociedade local.

Vimos na pesquisa também que a manutenção da instituição se dava com as mensalidades dos alunos e as subvenções municipal e estadual. A estadual, conforme apontado pelos documentos, ficou em atraso por quatro anos. Verificamos também que a cooperativa tinha dificuldades financeiras e que, para contorná-las, decidiu-se pelos pedidos de subvenções federais, que não foram concedidas por entenderem que o Gymnasio Municipal de Ipameri tinha fins lucrativos.

Observamos no estudo sobre a criação Gymnasio que a cooperativa, diante das dificuldades limitantes para sua administração, decidiu transferi-lo para outra instituição, travando negociações com a prefeitura e com a Igreja Católica, sem sucesso. Acreditamos que essa negativa da prefeitura e da Igreja tem a ver com a situação da instituição de não ter sede própria, o que impunha o dever de providenciar um outro local, como determinava o Ministério da Educação, não podendo ser adaptado como estava. Assim, transferindo o Gymnasio, transferia-se a responsabilidade com a construção de um novo local.

Outro aspecto relevante é que a instituição foi encampada pelo Estado de Goiás em 1946, ano em que já possuía prédio próprio, mesmo inacabado, finalizado só em 1951 com verbas públicas, intermediada por um deputado da região.

Acerca do problema de pesquisa do estudo, ou seja, as relações entre o poder público e a iniciativa particular em relação à criação de instituições de ensino secundário no interior de Goiás, observamos que no caso do Gymnasio Municipal de Ipamery, tanto o governo estadual quanto o municipal destinavam os apoios indispensáveis à instituição, ou por meio de destinação de subvenções ou assessorando nas questões burocráticas junto ao governo federal, como vimos no caso em que o Gymnasio tem sua concessão de funcionamento suspensa em 1938, bem como no atestado enviado pelo prefeito de Ipameri para reforçar o pedido de subvenção junto ao governo federal em 1942.

A elaboração do trabalho proporcionou grande alegria nas suas diversas etapas de desenvolvimento e impõe também o reconhecimento de que tivemos acesso a documentos a qual possibilitariam ampliar ainda mais a discussão, ficando assim o desejo e a motivação de dar continuidade a diferentes estudos com base em outras problemáticas e objetivos, ampliando o entendimento da criação do Gymnasio Municipal de Ipamery, que teve e ainda tem relevância na formação da sociedade Ipamerina.

REFERÊNCIAS

Livros, legislações e periódicos

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução da 1. ed. brasileira coordenada e revisa por Alfredo Bosi; revisão e tradução dos novos textos por Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo-SP: Martins Fontes, 2007.

ALARCÃO, Adolvando Carlos de. **Relembrando Ipameri**: anotações de Adolvando Carlos de Alarcão e amigos. Goiânia-GO: Kelps, 2014.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo-SP: Revista dos Tribunais, 1989.

ALVES, Amone Inácia. O campo da educação em Goiás: o dilema do ensino público. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, João Pessoa, Paraíba, Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em <https://silo.tips/download/o-campo-da-educacao-em-goias-o-dilema-do-ensino-publico> Acesso: 12 de jan 2022.

BARROS, Fernanda. Lyceu de Goiás: equiparação ao Colégio de Pedro II e inclusão no universo do ensino secundário brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, n.2 4, p. 40-50, 2006.

BARROS, Fernanda. **Lyceu de Goyaz**: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937. 2006. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2006.

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás**: formação humanística e intelectual. 2012. 212 f. (Tese de doutoramento). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

BARROS, Fernanda.; CARVALHO, Carlos Henrique de (Orgs.). **Inspirações (in)acabadas e trajetórias imperfeitas dos Liceus na Euroamérica**: séc. Séc. XIX-XX. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2020.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de política**. Coordenação da tradução de João Ferreira, tradução de Carmem C. Varriale et al. e revisão geral de João Ferreira e Luiz Guerreiro Pinto Cacaís. 11. ed., v. 1. Brasília-DF: Editora UnB, 1998.

BORGES, Barsanufu Gomides. **O despertar dos dormentes**. Goiânia-GO: UFG, 1990.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido**: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX). 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil**, de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Imperio, oferecida e jurada por sua majestade o Imperador. 1824 [on-line]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em jun./2022.

BRASIL. **Lei nº. 16**, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. 1834 [on-line]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em jun./2022.

BRASIL. **Decreto nº. 981**, de 08 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em jun./2021.

BRASIL. **Decreto nº. 3.890**, de 01 de janeiro de 1901. Approva o Codigo dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministério da Justiça e Negocios Interiores. 1901 [on-line]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1900-1909/D3890.htm. Acesso em jul./2022.

BRASIL. **Decreto nº. 8.659**, de 05 de abril de 1911. Approva a lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na República. 1911 [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em jul./2022.

BRASIL. **Decreto nº. 11.530**, de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. 1915 [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em jul./2022.

BRASIL. Decreto nº. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências. 1925 [on-line]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16782aimpressao.htm. Acesso em jul./2022.

BRASIL. **Decreto nº. 19.398**, de 11 de novembro de 1930. Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. 1930 [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em mai./2021.

BRASIL. **Decreto nº. 19.402**, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública. 1930 [on-line]. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacacao/pdf/d19402.pdf. Acesso em jun./2022.

BRASIL. **Decreto nº. 19.890**, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. 1931 [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em mar./2021.

BRASIL. **Decreto nº. 21.241**, de 04 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. 1932 [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acesso em jun./2022.

BRASIL. **Decreto nº. 22.239**, de 19 de dezembro de 1932. Reforma as disposições do decreto legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. 1932a [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22239-19-dezembro-1932-501764-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em ago./2022.

BRASIL. **Decreto Lei nº. 8.529**, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. 1946 [on-line]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em jun./2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo-SP: Editora Contexto, 1998.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In.: FREITAS, Marcos Cézár de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo-SP: Contexto, 2000.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo-SP: Difel, 1976.

CARVALHO, João Batista. **Fragmentos da história de Ipameri**. Ipameri-GO: Impressora e Tipografia Minerva, 1958.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2003.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das instituições escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In.: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; SAVIANI, Dermeval (Orgs). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. São Paulo-SP: Autores Associados, 2007.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2. ed. Goiânia: EdUFG, 2001.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares. Princípio do internato escolar: primórdios, práticas e permanências no Brasil. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 7, n. 2, p. 107-120, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6 eds. São Paulo-SP: Unesp, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. A universidade temporã: da Colônia à Era Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: Livraria Francisco Alves, 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a reforma Rivadávia. **Rev. Educ. Soc.**, v. 30, n. 108, p. 717-738, 2009.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 185-191, 2009.

DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto; LAMEIRÃO, Camila Romero. O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e as implicações políticas para Goiás. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. 1-17, 2021.

DINIZ, Anamaria. **Goiânia de Atílio Corrêa Lima (1932-1935): ideal estético e realidade política**. 2007. 250 f. (Dissertação) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – Brasília-DF – 2007.

DOURADO, Benvinda Barros. **Educação no Tocantins: o Ginásio Estadual de Porto Nacional**. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiânia, Goiás, 2010.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Da Colônia à Reforma Francisco Campos (1931): análise histórica do ensino secundário no Brasil. **História & Ensino**, v. 2, n. 17, p. 327-338, 2011.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 14 ed. Brasília-DF: Brasiliense, 1994.

FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. 2003. 123 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, Minas Gerais, 2003.

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Educação, escola e trabalho: projetos e reformas educacionais entre o Império e a República brasileira (1878-1909)**. 2015. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2015.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Decreto n.º 4.941, de 01 de setembro de 1934**. Fica criado o Departamento de propagando e Venda de terras, no local demarcado a construção da Nova Capital. Disponível em https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/71302/decreto-4941. Acesso em abr./2021.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Decreto n.º 800, de 6 de março de 1931** Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v1/arquivos/15143>. Acesso em abr./2021.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Brasil Império**. 2. ed. São Paulo-SP: EDUSP, 2008.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. rev. Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

KUSCHNIR, Karina; PIQUET-CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Ipameri. 2020 [online]. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/ipameri/panorama>. Acesso em ago./2022.

INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia nos cursos de graduação**. 3 ed. Uberlândia-MG: Edufu, 2003.

LEVINE, Robert. **O regime de Vargas, 1930-1948: os anos críticos**. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1980.

LOPES, Natalina Francisca Mezzari; RIBEIRO, Ricardo. Institucionalização da gestão escolar no Brasil: em foco as primeiras décadas do século XX (1911-1950). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 9, n. 2, p. 378-389, 2014.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de.; CATANI, Denice Bárbara (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo-SP: Escrituras, 1998.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista-SP: EDUSF, 2004.

MARTINS, Luciana da Silva; TIBALLI, Eliandra Figueiredo Arantes. A educação em Goiás após 1930: entre os ideais do manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e do estado novo. **Revista Científica de Inhumas**, v. 2, n. 1 p. 19-34, 2017.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula. Era Vargas: a educação como instrumento político. **Id on Line Rev. Mult. Psico.**, v. 14, n. 50, p. 835-853, 2020.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da educação no Brasil**. 2 ed. Fortaleza-CE: UAB/IFCE, 2012.

MIRANDA, Avelino Fernandes de. Entre-rios: o sertão que virou mar. **Revista HABITUS**, v. 6, n. 1/2, p. 117-152, 2008.

MONTALVÃO, Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o ensino secundário no Brasil: a invenção de um legado. **Revista História da Educação**, v. 25, p. 1-31, 2010.

MOREIRA, Kênia Hilda. Os livros didáticos de História do Brasil para o ensino secundário na Era Vargas: entre autores, didáticas e programas curriculares. **Cadernos de História da Educação**, v. 15, n. 2, p. 723-742, 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. Rio de Janeiro-RJ: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão pedagógica: 1930-1945 – estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia-GO: Editora da UFG, 1994.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas-SP: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso. “Pelo direito da força”: a valentia como componente da personalidade política de Pedro Ludovico Teixeira. **Psicologia Política**, v. 20, n. 49, p. 532-547, 2020.

PALMA FILHO, João Cardoso. A República e a educação no Brasil: Primeira Republica (1889-1930). In.: PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação – História da Educação**. 3. ed. São Paulo-SP: UNESP / Santa Clara Editora, 2005a.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In.: PALMA FILHO, João Cardoso (Org.). **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação – História da Educação**. 3. ed. São Paulo-SP: UNESP / Santa Clara Editora, 2005b.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In.: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Duce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do estado novo: Segunda República (1930-1945)**. 9. ed. rev. e atual. v. 2. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 2019.

PEIXOTO, Patrícia Rodrigues Luiz. **O Educandário Nossa Senhora Aparecida - Ipameri-GO**. 2013. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História da Educação, Universidade Federal de Goiás, Catalão, Goiás, 2013.

PINTO, José Marcelino de Rezende et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. **Rev Bras Est Pedag.**, v. 81, n. 199, p. 511-524, 2000.

PINTO, Rubia-Mar Nunes. **Goiânia, no ‘Coração do Brasil’ (1937-1945): a cidade e a escola reinventando a nação**. 364 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

QUINAN, Juliana Maria Corallo. **A Escola Normal do “Colégio das Freiras” (Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida): histórias de uma Escola em Ipameri Goiás**. 129 f. (Dissertação de Mestrado), Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Goiás, 1999.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 1995.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação conformada: a política da educação no Brasil 1930-1945**. Juiz de Fora-MG: Editora UFJF, 2000.

RODRIGUES, Fernando Rocha. História política de Goiás: o governo de Pedro Ludovico Teixeira e a dominação tradicional. **Multi-Science Journal**, n. 1, v. 2, p. 3-12, 2015.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-243, 1990.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. **Locus: Revista de História**, v. 13, n. 2, p. 31-48, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da construção de um sistema nacional articulado de educação. **Revista Trabalho, Educação & Saúde**, v. 6, n. 2, p. 1-20, 2005.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STALING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 66, n. 153, p. 165-172, 1985.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo-SP: FGV, 2000.

SILVA, Breno Carlos da. **Gustavo Capanema: a construção das relações entre a *intelligentsia* nacional e o Estado no Brasil (1934-1945)**. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP, Araraquara, São Paulo, 2010.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico**. Brasília-DF: IPEA, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo-SP: Cortez, 2008.

SOUZA, Agnes Cruz de. Gustavo Capanema: presença e onipresença na educação brasileira. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2014.

TOBIAS, José Antônio. **História da educação brasileira**. 3 ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2003.

VEIGA, João. **Ipameri histórico**. vol. 1. São Paulo-SP: Minox, 1968.

VEIGA, João. **Ipameri histórico**. vol. 2. São Paulo-SP: Minox, 1994.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e a escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas-SP: Papirus, 1990.

Jornais da época

O ENSINO, 1927.

YPAMERI, 30 de outubro de 1927.

YPAMERI, 25 de dezembro de 1927.

YPAMERI, 15 de agosto de 1936.

YPAMERI, 29 de novembro de 1936.

YPAMERI, 06 de dezembro de 1936.

O IPAMERI, 14 de fevereiro de 1932.

O IPAMERI, 03 de junho de 1932.

O IPAMERI, 30 de maio de 1957.

REVISTA DO CLUBE MONTE LÍBANO DE GOIÁS. Números 5, 6, 7 e 8. Ano 3 – N. 5
Goiânia, outubro de 1998.

APÊNDICES

Apêndice 1

Dissertações e teses sobre o ensino secundário

Ano / Instituição	Autoria / Título	Considerações gerais
2006 / UFU	Fernanda Barros / <i>Lycey de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937</i> .	A dissertação teve como objeto de pesquisa o Lyceu de Goyaz, analisado com base na chamada “revolução francesa da historiografia” e sua interação entre história e as demais ciências sociais, apresentando aspectos que permitem sua classificação como um sistema de práticas e organização por seus agentes em períodos variados. O estudo foi favorecido pela diversidade de documentos encontrados em arquivos e explicita que a instituição funcionou como uma “alavanca social”, ficando claro que quem detinha dinheiro e posses depois de passar pelo Lyceu de Goyaz tinha cultura e, quem não tinha e passava por ele angariava respeito social, levando ao entendimento de que a elitização no período estudado não se deu apenas em termos econômicos, mas como prestígio social. A elite, nesse contexto, consistia na elite pensante que ascendia aos cargos políticos e públicos e estava ligada à cultura educacional goiana.
2006 / UFU	Daniela Soraya Resende de Araújo Ghanous / <i>Gymnasio Mineiro de Uberlândia: o processo de disciplinarização do espaço escolar (1937-1945)</i> .	A pesquisa de mestrado analisa a cultura no espaço escolar do <i>Gymnasio Mineiro de Uberlândia</i> , atualmente a Escola Estadual de Uberlândia, tendo como objetos as disciplinas escolares enquanto elementos sedimentadores de padrões de comportamentos durante o período do Estado Novo, entre 1937 a 1945. Valendo-se do levantamento das disciplinas escolares ministradas e das condutas valorizadas, o trabalho identificou a influência do contexto econômico, político e social do país na formação do alunado e desvelou o papel exercido pela escola na materialização dos fundamentos estadonovistas, com destaque para a relação que passou a existir entre a organização dos espaços escolares e a necessidade da separação entre os sexos, bem como a questão da disciplinarização dos corpos, etc.
2006 / UFU	Melina Brasil Silva Resende / <i>O curso normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)</i> .	O trabalho de mestrado se debruça sobre a criação e funcionamento do curso normal ofertado pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus no município de Araguari-MG entre os anos de 1930 a 1947, ano em que a instituição dirigida pelas religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria recebeu autorização para ministrar também o ensino normal de 2º Ciclo. A pesquisa buscou compreender o processo de criação e consolidação do curso normal por meio da observação dos discentes e docentes, sobretudo, bem como das práticas pedagógicas e os saberes transmitidos. As conclusões são de que a abertura do colégio correspondeu ao esforço do catolicismo de recristianizar a nação brasileira, sendo que o curso normal focava mais a formação de “moças” capacitadas para a transmissão da fé católica às futuras gerações mais do que profissionalizá-las.
2007 / UFU	Kellen Cristine Costa Alves Bernadelli / <i>História e memória do Liceu de Uberlândia, MG – 1928 a 1942</i> .	A pesquisa de mestrado buscou reconstruir a gênese e consolidação do Liceu de Uberlândia entre os anos de 1928 e 1942, evidenciando algumas perspectivas analíticas sobre instituições escolares através da história e da memória e demonstrando, dessa forma, os caminhos da historiografia atual que valorizam mais o particular em relação ao geral, valorizando mais as especificidades locais e regionais. O estudo

		deixa claro que o Liceu de Uberlândia contribui consideravelmente na cultura uberlandense e que a escolha do termo “liceu” foi mais uma jogada de <i>marketing</i> , pois as pesquisas relacionadas com os liceus brasileiros demonstram que havia poucas semelhanças com os liceus franceses. O trabalho desvela ainda que o Liceu de Uberlândia passou por crises financeiras ao longo o período de sua existência, mas foram crises que não abalaram sua credibilidade e seu prestígio junto à sociedade uberlandense.
2010 / UFG	Benvinda Barros Dourado / <i>Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional</i> .	A tese de doutorado discute a história da educação no Tocantins quando era ainda parte de Goiás através da escolarização do município de Porto Nacional, mais especificamente pela trajetória histórica do Ginásio Estadual, abordando processos de formação e de evolução das institucionais educacionais. A pesquisa deixa claro que até o início de 1940 persistia no Norte Goiano, atual Tocantins, uma herança histórica de insuficiência estrutural da escola pública no atendimento da população, o que fazia predominar uma rede de escolas primárias isoladas e oferta de aulas avulsas no ensino secundário. As conclusões são de que, com o Ginásio Estadual, uma instituição secundária fundada em 1945 na cidade de Porto Nacional-TO, contribuiu-se de forma decisiva para institucionalização do ensino secundário público tocaninense.
2010 / UFU	Giseli Cristina do Vale Gatti / <i>Tempo de cidade, lugar de escola: dimensões do ensino secundário no Gymnásio Mineiro de Uberlândia (1929-1950)</i> .	A tese teve como objeto o <i>Gymnásio Mineiro de Uberlândia</i> , Minas Gerais, no recorte temporal de 1929 – data da estadualização da instituição – e 1950 – período em que se vê o início da massificação do ensino secundário brasileiro. Os resultados da pesquisa apontam quatro pontos principais: 1) reflete metodológica e teoricamente acerca das pesquisas históricas abarcando instituições escolares com o uso da categoria cultura escolar, 2) compreende as finalidades mais amplas que eram exigidas nacionalmente para o ensino secundário, 3) apreende o processo de modernização em Uberlândia-MG com base em aspectos diversos, com mais ênfase no fenômeno da escolarização e, mais detidamente, a partir do <i>Gymnásio Mineiro de Uberlândia</i> e, por fim, 4) entende o papel de uma instituição escolar que oferecia, concomitantemente, ascensão e distinção social com base na compreensão do público que frequentava a escola, as metodologias de ensino utilizadas, formas de controle disciplinar, os conteúdos patrióticos trabalhados, o caráter de centro de convivência, cultural e esportivo e, ainda, as ações de discentes e docentes no ambiente do <i>Gymnásio Mineiro de Uberlândia</i> .
2012 / UFG	Fernanda Barros / <i>O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectual 1906-1960</i> .	O objeto da tese foi o ensino secundário goiano e se detém sobre o Lyceu de Goyaz entre os anos de 1906 a 1960, uma instituição de ensino centenária criada ainda no século XIX, época em que se buscavam perspectivas de desenvolvimento local e regional em Goiás, estando entre as principais instituições de ensino secundário no cenário nacional, ganhando destaque pela sua organização e objetivos de elitização dessa modalidade de ensino no país. O objetivo da tese foi identificar e analisar os alunos do Lyceu e entender se o aluno formado pela instituição pode ser considerado um intelectual. As conclusões do estudo apontam que o Lyceu de Goyaz se trata de uma instituição educativa elitista que formava de o intelectual goiano tradicional.
2012 / UNESP	Carlos Alberto Diniz / <i>Educação secundária no</i>	A dissertação analisa o estabelecimento das relações entre o poder público municipal e o estadual na difusão da

	<i>interior paulista: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965).</i>	educação secundária paulista tendo como objeto o Ginásio Estadual de Matão para, desse modo, se entender o jogo político implicado entre os anos de 1940 a 1965. As conclusões do trabalho são de que os atores políticos desempenharam papel decisivo na difusão do ensino secundário, difusão essa alinhada estrategicamente com os municípios que, valendo-se da demanda social por essa modalidade de ensino, serviu como artifício para ganhos políticos. O trabalho aponta ainda que o acesso restrito ao Ginásio Estadual de Matão era uma realidade, o que lhe deu caráter seletivo, garantido pelo rigor e o elevado índice de evasão escolar.
2012 / UFU	Simone Beatriz Neves Pacheco / <i>Colégio São José: gênese e funcionamento da escola dos estigmatizados em Ituiutaba-MG (1940-1971).</i>	O estudo de mestrado busca compreender o processo de multiplicação das congregações religiosas em missão pelo mundo levando em consideração o Movimento Ultramontano enquanto resposta do catolicismo ao liberalismo. Seu objeto de análise é Colégio São José desde sua fundação em 1940 e seu declínio em 1971, tratando-se da primeira instituição confessional de Ituiutaba-MG. Dentre as conclusões do trabalho, esclarece-se que o colégio atendeu por mais de três décadas parte da juventude da camada privilegiada da cidade e de outras regiões, o que confirma a visão de que a educação secundária brasileira nas primeiras décadas do século XX visava o atendimento das demandas das elites locais e regionais.
2012 / UFU	Adilour Nery Souto / <i>Do ensino público ao ensino privado: uma análise da Escola Santa Terezinha de Ibiá-MG (1937-1959).</i>	A pesquisa de mestrado abarca o período circunstâncias e contextos das relações entre o ensino privado e público em Ibiá-MG e os debates sobre a democratização da educação, bem como os consensos e disputas envolvendo a estruturação e generalização das instituições privadas e públicas entre os anos de 1937 e 1959 em âmbito local e nacional. Dentre as principais conclusões, tem-se que no plano nacional o debate ideológico e político sobre a iniciativa de ensino privado e público era acirrado, mas na esfera local as instituições privadas e pública mantinham relações ambíguas, alternadas entre conflito e complementaridade.
2014 / UNESP	Mara Rúbia dos Santos Antônio / <i>A presença feminina nos estudos secundários no Estado de São Paulo (1930-1947).</i>	O estudo de mestrado buscou a constituição dos indícios do processo de expansão do ensino secundário em relação às mulheres na rede pública paulista no período de 1930 a 1947, apontando que o processo de escolarização do público feminino nos ginásios públicos é uma temática ausente na historiografia educacional e, com base em análises da bibliografia e de documentos oficiais como os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo e legislações federais, esclarece o quanto ela foi ínfima em relação ao público feminino.
2015 / UFU	Edilene Alexandra Leal Soares / <i>O Colégio Triângulo Mineiro e o ensino secundário em Uberaba (MG) entre 1940 e 1960.</i>	O trabalho de mestrado investiga o processo de criação e instalação do Colégio Triângulo Mineiro no município de Uberaba-MG e identifica algumas práticas pedagógicas que foram vivenciadas no estabelecimento. Trata-se de uma instituição privada conhecida também como Liceu Triângulo Mineiro e desenvolvia suas atividades com os cursos de admissão, madureza, preparatório, pré-primário, primário e pleiteou, em 1941, verificação prévia para ofertar o ginásio, recebendo então a denominação de Ginásio Triângulo Mineiro, sendo reconhecido como tal só em 1946. As conclusões do trabalho são de que o Colégio Triângulo Mineiro obteve número expressivo de alunos matriculados entre os anos de 1942 a 1956 no 1º Ciclo do Ensino Secundário, o Ginásio, demonstrando-se a importância que era dada à conduta disciplinar e moral de discentes e docentes, mostrando também

		que a rotatividade de professores que se incumbiam do ensino de mais de uma disciplina, desempenhando papel essencial na construção da identidade educacional da instituição.
2017 / UFPI	Juliana Brondani da Costa / <i>Ginásio Parnaibano: história e memória (1927-1959)</i> .	A dissertação analisa a história e memória do Ginásio Parnaibano e aponta que sua criação é resultado da articulação da elite econômica e intelectual da cidade de Parnaíba-PI, para oferecer à sua juventude, em especial a masculina, o ensino secundário indispensável para o acesso ao ensino superior. O trabalho verificou que a criação de um estabelecimento de ensino público que disponibilizasse o ensino secundário estava no imaginário social da sociedade local há muito tempo e que, nesse contexto, o poder público municipal atuou consideravelmente para que o processo de estadualização acontecesse, o que contribuiu para a ampliação do ensino, pois possibilitou melhores oportunidades aos parnaibanos.
2019 / PUC-SP	Nádia Arabadgi de Andrade / <i>A luta pela educação: conflitos e impasses pelo acesso ao ensino secundário no Estado de São Paulo (1930 a 1942)</i> .,	A dissertação investiga a trajetória histórica do ensino secundário no estado paulista no período de 1930 a 1942 com base no mapeamento da atuação dos entes federativos, ou seja, União, Estados e Municípios, dando destaque ao papel de cada um deles no que diz respeito à elaboração e promulgação de decretos e leis relacionados com a educação secundária, investigando ainda seus impactos sobre os sujeitos envolvidos, tratando também dos conflitos e interesses que perpassavam os estabelecimentos de ensino criados. O trabalho confirma, por sua vez, a atuação forte do executivo estadual paulista na criação de ginásios estaduais a partir de uma quantidade considerável de leis, embora sem regime de colaboração na maioria delas, explicitando que decretos ou leis que envolviam contrapartidas municipais se tornaram em obstáculos para a conclusão de projetos de expansão do ensino secundário em razão, principalmente, dos poucos recursos dos municípios para investimentos educacionais em função da grande demanda por essa modalidade de ensino.
2020 / UFU	Tamiris Alves Muniz / <i>Educação protestante em Goiás: entre modernidade e tradição nos Institutos Samuel Graham – Jataí e Granbery – Pires do Rio (1942-1963)</i> .	A tese de doutorado tem como objeto de estudo a história da educação protestante em Goiás com base em duas escolas confessionais instaladas no início dos anos 1940: uma presbiteriana – Instituto Samuel Graham em 1942 na cidade de Jataí-GO – e outra metodista – Instituto Granbery em 1943 na cidade de Pires do Rio. O objetivo geral da pesquisa consistiu em conhecer os elementos fundantes dos dois institutos, suas finalidades, sua materialidade, suas representações e práticas e seus sujeitos, bem como estabelecer relações entre eles e, a partir disso, inferir em que medida eles apresentaram tais aspectos e foram inovadores na educação goiana, estado de maioria católica. Os resultados do trabalho confirmam o peso do elemento religioso na criação das instituições em Jataí e Pires do Rio e que utilizando o discurso de modernidade, elas operaram a partir de alguns elementos inovadores muito próximos do modelo educacional norte-americano e protestante que se refletiram mais na infraestrutura escolar, enfatizando mais um conjunto de aspectos tradicionais nas esferas disciplinar e pedagógica, entretanto. As conclusões do estudo são de que, não obstante a manutenção dos tradicionalismos disciplinar e pedagógico, os institutos se revelaram importantes na educação goiana, notadamente no ensino secundário, ocupando parte das lacunas educacionais no período, principalmente no interior goiano.